

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

WILTON LIMA DOS SANTOS

A ALMA E O LIVRE-ARBÍTRIO EM SANTO AGOSTINHO:
UMA TRAJETÓRIA DA PEDAGOGIA DO CIRCUITUM NOSTRUM

São Leopoldo

2014

WILTON LIMA DOS SANTOS

A ALMA E O LIVRE-ARBÍTRIO EM SANTO AGOSTINHO:
UMA TRAJETÓRIA DA PEDAGOGIA DO CIRCUITUM NOSTRUM

Dissertação de Mestrado
Para obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação
Área de concentração: Religião e
Educação

Orientador: Oneide Bobsin

São Leopoldo

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237a Santos, Wilton Lima dos
A alma e o livre-arbítrio em Santo Agostinho: uma trajetória da pedagogia do Circuitum nostrum / Wilton Lima dos Santos ; orientador Oneide Bobsin. – São Leopoldo : EST/PPG, 2014.
122 p.

Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Teologia. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2014.

1. Agostinho, Santo, Bispo de Hipona, 354-430. 2. Livre arbítrio e determinismo. 3. Alma. 4. Razão. I. Bobsin, Oneide. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

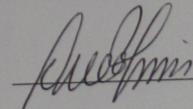
WILTON LIMA DOS SANTOS

**A ALMA E O LIVRE – ARBÍTRIO EM SANTO AGOSTINHO: UMA TRAJETÓRIA
DA PEDAGOGIA DO CIRCUITUM NOSTRUM.**

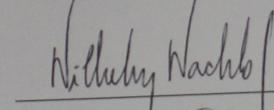
Dissertação de Mestrado
Para a obtenção do grau de
Mestre/a em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Área de Concentração: Religião e Educação

Data de Aprovação: 25 de agosto de 2014

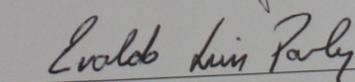
Prof. Dr. Oneide Bobsin (Presidente)



Prof. Dr. Wilhelm Wachholz (EST)



Prof. Dr. Evaldo L. Pauly (Unilasalle)



AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por me ter apresentado com essa oportunidade única de estar mestrando na Escola Superior de Teologia – EST.

À minha família, por me apoiar nesse empreendimento educacional que me isola frequentemente do convívio social que eles tanto precisam e reclamam.

Aos meus pais por acreditarem na educação dos seus filhos.

Ao meu orientador professor Dr. Oneide Bobsin pelas correções, incentivos, orientação e apoio para a produção desse trabalho de pesquisa.

Aos professores Drs. Rudolf von Sinner, Laude Brandenburg, Wilhelm Wachholz e Remí Klein, pela dedicação, conhecimento, orientação, apoio, oportunidade e incentivo dentro e fora da sala de aula.

À FBB pelo pioneirismo e coragem de acolher um Curso de Mestrado em convênio com a EST – MINTER em Salvador/BA.

À Igreja Batista Nacional Monte Calvário pela compreensão e amor demonstrado nas minhas ausências ministeriais, em decorrência dos trabalhos executados no mestrado.

Aos colegas de sala de aula pela amizade e incentivo em permanecer no Curso, especialmente ao Pr. Nilton Marinho.

Aos meus colegas pastores da ORMIBAN metropolitana da CBN/BA pelo incentivo.

A todos aqueles que me apoiaram nessa viagem educacional direta ou indiretamente, porque acreditaram em meu potencial.

RESUMO

O Trabalho de dissertação se baseia principalmente nos livros “Sobre a Potencialidade da Alma: *De quantitate animae*” e *De libero arbitrio*, escritos por Santo Agostinho. Discorremos sobre o processo de conceituação do ente alma e da solução do problema do livre arbítrio através do sistema pedagógico agostiniano *circuitum nostrum*. Veremos que esse “ente imaterial” que nos faz racionais e, portanto, humanos, é o que mais se aproxima de Deus, de todos os entes da criação. Um ente Imortal, com ideias inatas, sem divisão e que monitora todas as funções do corpo, possibilitando ao ser humano o uso das memórias, da razão e da racionalidade. Subsistindo em si mesma, ela permanece mesmo depois da separação do corpo, como uma entidade única e portadora de todas as lembranças do corpo que animava para a vida. Apresentando-se como um dualista, Santo Agostinho, nos revela que embora a alma esteja no corpo ela não está presa ao corpo, porém no corpo. Sem crescimento ou envelhecimento esse ente imaterial, sem dimensões é real, porém desconhecido do próprio sujeito que a acolhe. Um ente que mantém o princípio vital e de animação (*animus*) do corpo. Quando essa alma é educada pela racionalidade permite ao ser humano o uso pleno da liberdade na escolha moral do agir, ou livre arbítrio. Veremos que a influência de Sócrates, Platão e do neoplatonismo através dos diálogos inseridos no sistema pedagógico agostiniano – *circuitum nostrum* – e, a relação entre o pedagogismo de Paulo Freire como um espelho do agostiniano, através do diálogo como produtores de sujeitos ativos na transformação da sociedade.

Palavras-chave: Alma. Razão. Dialogicidade. *Circuitum nostrum* e Livre arbítrio.

ABSTRACT

This thesis is based mainly on the books “About the Potentiality of the Soul: *De quantitate animae*” and *De libero arbitrio* written by Saint Augustine. We discourse about the process of conceptualization of the being soul and of the solution of the problem of free choice through the Augustinian pedagogical system *circuitum nostrum*. We will see that this “immaterial being” which makes us rational, and therefore human, is what comes closest to God of all the beings of the creation. An immortal being, with innate ideas, without division and which monitors all the functions of the body, making it possible for the human being to use the memory, reason and rationality. Subsisting in itself, it remains, even after the separation from the body, as a whole entity and carrier of all the memories of the body which animated it for life. Presenting himself as a dualist, St. Augustine reveals to us that although the soul is in the body it is not bound to the body, but is in the body. Without growth and aging this immaterial being without dimensions is real, however unknown to the subject him/her self who houses it. A being which maintains the vital principle and that of animation (*animus*) of the body. When this soul is educated by rationality it permits the human being the full use of freedom in the moral choice of action, or free will. We will see the influence of Socrates, Plato and neoplatonism through the dialogs inserted in the Augustinian pedagogical system – *circuitum nostrum* – and the relation between the pedagogism of Paulo Freire as a mirror of augustinianism, through the dialog as producers of active subjects in the transformation of society.

Keywords: Soul. Reason. Dialogicity. *Circuitum nostrum* and Free will.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O QUE É A ALMA PARA SANTO AGOSTINHO	19
1.1 A alma como sopro de Deus: origem criacionista	19
1.2 Definição de alma para Santo Agostinho	22
1.3 A alma como ente imaterial.....	24
1.4 A alma como ente indivisível.....	26
1.5 Só através da alma vemos o incorpóreo.....	34
1.6 A alma racional e a alma sensitiva (irracional).....	37
1.7 Alma: sujeito ou eu (pessoa)?.....	40
1.8 A alma e a memória	43
1.9 A alma e a verdade.....	46
2 O LIVRE ARBÍTRIO EM SANTO AGOSTINHO	53
2.1 A alma e a vontade	54
2.2 A alma e o pecado	64
2.3. O problema do mal e o livre-arbítrio na alma	76
3 O MÉTODO DIALÉTICO AGOSTINIANO	91
3.1 Um método socrático de perguntas e respostas	91
3.2 <i>Circuitum nostrum</i> : uma pedagogia da autonomia.....	99
CONCLUSÃO	113
REFERÊNCIAS.....	119

INTRODUÇÃO

Como estaremos utilizando textos do próprio Santo Agostinho, fazem-se necessárias informações sobre sua biografia. Santo Agostinho, cujo nome verdadeiro era Aurélio Agostinho (Aurelius Augustinus), nasceu em 13 de novembro de 354 e faleceu em 28 de agosto de 430 como Bispo de Hipona (Hippo Regius – Argélia na atual cidade Annabade), quando a cidade foi cercada pelos vândalos.¹ Segundo Aloysio Jansen de Faria², Santo Agostinho foi o primeiro a escrever um estudo monográfico sobre a imortalidade do espírito e um estudo sobre o ente alma, na concepção cristã católica.

Para a confecção do livro “Sobre a Potencialidade da alma”, 338 d.C, Evódio, amigo de Santo Agostinho na busca do conhecimento verdadeiro, inicia um diálogo fazendo cinco perguntas sobre o ente alma: 1) A origem da alma; 2) o que ela é (*qualis sit*); 3) qual a sua natureza; 4) sua potencialidade e, 5) porque foi unida ao corpo, como atua unida no corpo e separada deste corpo?³ Sempre com o cuidado de “demonstrar filosoficamente”, ou seja, racionalmente no que cria, Santo Agostinho preparou Evódio para um longo percurso pedagógico para encontrar a resposta exigida, por isso responde:

Ora, uma coisa é acreditar segundo o argumento de autoridade, outra coisa é o argumento de razão. Aceitar a autoridade alheia é grandemente tranquilo, e não dá trabalho. Se lhe agrada esse meio de estudo, poderá ler o que grandes e inspirados homens disseram comentando o assunto. [...]. se você acha mais seguro esse argumento de autoridade, não me oponho, e até o aprovo muito.

Mas, se quer manter o desejo antes afirmado, de entender a verdade pelo argumento da razão, e assim chegar a se convencer, deverá tolerar pacientemente toda a sequência demorada que leva a um raciocínio correto e capaz de chegar à verdade de um modo especificamente racional, ou seja, a razão verdadeira. Não apenas verdadeira, mas certa, e livre de toda a aparência de falsidade.⁴

Uma resposta racional filosófica demanda tempo, já que eles estariam seguindo o criterioso sistema pedagógico agostiniano, chamado por ele mesmo de

¹ COSTA, Marcos R. Nunes. 10 lições sobre Santo Agostinho. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 9.

² AGOSTINHO, Santo. *Sobre a Potencialidade da Alma: De quantitate animae*. Tradução de Aloysio Jansen de Faria. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005. p. 9.

³ AGOSTINHO, 2005, p. 21.

⁴ AGOSTINHO, 2005, p. 44-45.

“*circuitum nostrum*”.⁵ No sistema dialógico agostiniano a resposta não deve recorrer aos argumentos de autoridade, da Bíblia ou dos pais da Igreja, mas somente dos argumentos racionais. A resposta do questionamento de Evódio precisava ser de tal maneira clara e lógica que deveria desfazer os argumentos dos maniqueus sobre o problema do mal e a liberdade humana no agir, já que o ente alma proporciona o bom agir no ser humano.

Através dessas premissas e condições o sistema pedagógico agostiniano, usado para a confecção dos livros “*De quantitate animae*” e “*De libero arbitrio*”, produzirá um crescente conceito sobre o tema “A alma e o livre arbítrio em Santo Agostinho: uma trajetória da pedagogia do *circuitum nostrum*”, que servirá como uma resposta apologética, filosófica/teológica sobre o problema do mal e do livre agir no ser humano, um problema que o perseguirá por sete anos até finalizar a obra citada acima. Verificaremos no percurso da dissertação que o sistema pedagógico agostiniano tenta explicar e analisar a fé racionalmente, pois seu objetivo maior é mostrar pela ciência (filosofia) a verdade aos incrédulos, através de um processo dialógico:

Desde o princípio pedi e aconselhei que você tivesse paciência com este meu processo de raciocínio (*circuitum nostrum*), e insisto em fazer assim. Não é coisa sem importância o que buscamos entender. E não é de fácil entendimento. E desejamos obter um conhecimento o mais completo possível.⁶

O *circuitum nostrum* é um processo dialógico de perguntas e respostas que assegura que a fé pode ser explicada pela razão e a racionalidade, eliminando qualquer apelo à autoridade. Esse processo garantiria mostrar a superioridade da fé católica frente aos filósofos antigos, aos incrédulos e especialmente aos maniqueus.

Santo Agostinho desejava convencer os que não são cristãos à fé católica. O seu livro não é uma prova para os católicos, mas uma demonstração de uma verdade para os não católicos, valendo-se de premissas e conclusões ele refuta verdades ensinadas pelos filósofos antigos, neoplatônicos e principalmente pelos maniqueus, e ao mesmo tempo, concluir que as verdades das Escrituras bíblicas são eternas e inquestionáveis, diante das confrontações e do saber da sua época.

⁵ AGOSTINHO, 2005, p. 44.

⁶ AGOSTINHO, 2005, p. 44. Grifos nosso em Negrito e itálico, para destacar o processo dialógico pessoal de Agostinho.

Portanto, as verdades ensinadas por Santo Agostinho são derivadas de argumentações filosóficas racionais bem elaboradas e corroboradas pelos poucos materiais de Platão e pelo neoplatonismo, principalmente através do filósofo Plotino⁷, que, ao afirmar que o corpo era essencialmente mal e a alma boa, faz com que Santo Agostinho desenvolva os conceitos de alma, livre-arbítrio, pecado, liberdade, graça, agir e pecado original, no intuito de refutar alguns ensinamentos do próprio Plotino, e refutar completamente os ensinamentos dos maniqueus.⁸ Através de um elaborado e criterioso sistema pedagógico Santo Agostinho vai criar conceitos que vão influenciar grandemente na teologia, na filosofia, na pedagogia e na vida religiosa católica por muitos séculos.

O uso de citações longas decorre da metodologia escolhida: a análise de citações diretamente das fontes primárias, que em geral são transcrições argumentativas lógicas, em forma de premissas e conclusões, possibilitando-nos compreender como o próprio autor construiu seus conceitos, utilizando o sistema pedagógico pessoal. Compararemos esses conceitos com alguns teóricos que trabalharam esses temas. As fontes deram sustentação à dissertação e, a metodologia escolhida analisa as fontes primárias. A pesquisa entende que o método pedagógico é a ponte que conecta mestre e discípulo na construção do saber.

Ao introduzir, na presente pesquisa, uma forma não muito usual de debate na contemporaneidade entre religião e educação, através da formulação agostiniana do conceito de alma, um tema da teologia sistemática e da filosofia, sem o uso sistemático do rigor exegético, demonstraremos como o próprio autor da patrística possibilitou a construção do conceito do saber filosófico e antropológico de livre-arbítrio, criado como resposta à questão teológica da justiça de Deus no ser humano. Possibilitamos uma pesquisa dinâmica e atual, porém, como já citado, sem o rigor exegético histórico-crítico. Ao fazermos essa escolha acreditamos que possibilitará uma fragilidade a essa pesquisa, concernente a estes conceitos da patrística. Porém, também acreditamos que atingimos o objetivo de demonstrarmos como esses saberes foram desenvolvidos através do sistema pedagógico agostiniano.

⁷ AGOSTINHO, Santo. *Patrística: Solilóquios; A vida feliz*. Tradução de Aduary Fiorotti. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1998. p. 12.

⁸ COSTA, 2012, p. 12.

E, para que a compreensão desse sistema pedagógico agostiniano, especialmente na questão do diálogo na contemporaneidade, seja efetiva fizemos uma comparação com a pedagogia de Paulo Freire passando pelo processo dialógico Socrático. Não tivemos a preocupação de demonstrarmos a questão antropológica em Paulo Freire, até porque, concernente à alma como ente eterno, não encontrará suporte nesse pedagogo contemporâneo. Por isso desenvolveremos os capítulos desta dissertação como explicado a seguir.

No capítulo 1 discorreremos como Santo Agostinho desenvolveu o conceito filosófico da alma através do *circuitum nostrum*. Mostraremos como uma educação crítica intelectual possibilita à alma o relembrar das verdades inatas, implantadas por Deus na hora da criação desse ente imaterial pessoal e, o porquê a verdadeira felicidade do ser humano encontra-se na contemplação do sumo bem – Deus.

No capítulo 2 estaremos discorrendo filosoficamente sobre o livre-arbítrio, o problema do mal, o pecado, a vontade, liberdade humana, vontade *versus* graça e vontade *versus* pecado. Também estaremos mostrando como o *circuitum nostrum* é utilizado para a concepção desses conceitos e a solução do problema do mal.

No capítulo 3 estaremos comparando o sistema pedagógico agostiniano com o freiriano, já que são métodos onde o mestre-discípulo, professor-estudante, estão intimamente ligados para a construção da solução do problema, através da palavra e do diálogo constante, chamado por Freire de práxis.

É nesse contexto e com o objetivo de pesquisa e análise que estaremos desenvolvendo o nosso trabalho sobre a alma e o livre-arbítrio em Santo Agostinho, percorrendo o longo percurso do seu sistema pedagógico.

Verificaremos, através da leitura direta dos seus escritos, *De libero arbitrio e De quantitate animae* (Sobre a potencialidade da alma), como ele conceitua o que é alma e o que é livre-arbítrio e quais os recursos utilizados para garantir que a sua solução proposta atinja o objetivo. Portanto, veremos passo a passo o modelo pedagógico utilizado por Santo Agostinho (*circuitum nostrum*) para solucionar o problema do livre-arbítrio, incluindo o problema do mal e o que seja a alma no ser humano. Utilizaremos também outras obras de Santo Agostinho para mostrarmos como ele se posiciona posteriormente sobre esses dois temas na teologia e na filosofia.

Seguindo o modelo pedagógico agostiniano verificaremos que o livre-arbítrio tem a sua origem na vontade que se localiza na alma e essa alma procede de Deus, sendo que a sua natureza (*qualis sit*) é semelhante a Deus (imortal) e não se refere ao princípio animante (animais e plantas). É graças a essa natureza espiritual que o ser humano recebe o “dom” divino da imortalidade da alma, ou seja, a imortalidade não é intrínseca à alma, é uma dádiva de Deus.

A alma foi criada por Deus e tem natureza própria porque assim lhe foi concedida pelo mesmo que criou a alma e criou os quatro elementos, ou seja, por Deus.⁹

Ao analisarmos o conceito do ente alma em Santo Agostinho no *De quantitate animae* e o de livre-arbítrio no *De libero arbitrio*, seguindo a sua solução lógica argumentativa filosófica e teológica, percorrendo o método (caminho) pedagógico agostiniano *circuitum nostrum*, apresentaremos a ponte na discussão de livre-arbítrio na contemporaneidade com os escritos de Eleonore Stump¹⁰, bem como apresentar a solução do problema do mal, do agir livre e da ação moral do ser humano através do ente alma, mostrando como a Graça, a vontade, a iluminação, o pecado, a educação racional e os sentidos do corpo influenciam no livre agir do ser humano.

Acreditamos que é de relevância na contemporaneidade a pesquisa sobre *Alma, livre-arbítrio* e o sistema pedagógico aplicado por Santo Agostinho para a solução e conceituação desses dois temas, mostrando como o método pedagógico agostiniano *circuitum nostrum* possibilita o desenvolvimento dos conceitos desejados através do intenso envolvimento do mestre/discípulo, professor/estudante.

Mostraremos que as soluções propostas foram buscadas na ponte entre quem ensina e quem é ensinado e, por isso, a pesquisa justifica-se pela relevância teológica, filosófica e pedagógica para melhorar a compreensão sobre esse ente alma, que é formador do que somos e, ao mesmo tempo, o que determina o que somos, enquanto seres racionais, e como esse ente alma interfere no agir do livre-

⁹ AGOSTINHO, 2005, p. 23.

¹⁰ **Eleonore Stump** é professora de Filosofia na Universidade de Saint Luis/USA desde 1992. Doutora em Filosofia Medieval pela Cornell University/USA. Ela publicou extensivamente na filosofia medieval e da metafísica contemporânea a questão do problema do mal. Ela é a autora do capítulo X do livro Agostinho e o livre-arbítrio, que estaremos utilizando citações nesta dissertação.

arbítrio através da vontade, fazendo com que os seres humanos possam se identificar como sujeitos no mundo.¹¹

Proporcionar uma explicação sobre a Justiça de Deus, fatalmente levaria Santo Agostinho a criar uma literatura teológica e, não atingir o seu objetivo último que seria convencer os não católicos das verdades eternas, ou imutáveis. Então, as narrativas que compõem os seus vários livros, mesmo que inicialmente partam de questionamentos de fé, seguirão um sistema pedagógico que descreverá uma busca pela solução do problema em um sistema de linguagem filosófica, com vários usos de argumentações lógicas para nos permitir “distinguir o raciocínio correto do incorreto”.¹²

Explicar um questionamento de fé através de argumentos, premissas e conclusões lógicas foi o caminho proposto por Santo Agostinho para falar sobre o ente alma e o livre-arbítrio. Esse conhecimento possibilitará ao pesquisador ser um teólogo na descrição dos temas, um filósofo na compreensão crítica racional¹³ e um pedagogo na construção dos textos escritos.

Percorreremos a partir de agora a formação do conceito do que seja ente alma e, como o *circuitum nostrum* foi usado por Santo Agostinho na solução das cinco indagações iniciais sobre a alma, que são: A origem da alma; O que é ela (*qualis sit*); Qual a sua natureza; Sua potencialidade (*quanta sit*); por que foi unida ao corpo; como atua unida e separada deste corpo?¹⁴

¹¹ AGOSTINHO, 2005, p. 96.

¹² COPI, Irving M. *Introdução à lógica*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1974. p. 5.

¹³ TILLICH, Paul. *Teologia Sistemática*. Tradução de Getúlio Bertelli. 2. ed. São Paulo: Paulinas; São Leopoldo, RS: Sinodal, 1987. p. 28.

¹⁴ AGOSTINHO, 2005, p. 21.

1 O QUE É A ALMA PARA SANTO AGOSTINHO

1.1 A alma como sopro de Deus: origem criacionista

Santo Agostinho ao responder as cinco questões sobre o ente alma a Evódio busca formular conceitos teológicos-filosóficos sobre um tema bíblico criacionista, por isso, para entendermos a fonte primária e de fé sobre o ente alma agostiniano, precisamos conhecer o que “A Bíblia Sagrada”, no livro do Gênesis, na sua narrativa de formação do mundo, da natureza e do homem, nos relata como Deus cria e sopra este ente no ser humano. Vejamos então:

E formou o Eterno Deus ao homem [Adám], pó da terra, e soprou em suas narinas o alento da vida; e foi o homem alma viva. E formou o Eterno Deus, da terra, todo animal do campo e toda ave dos céus, e trouxe ao homem para ver como os chamaria; e tudo o que chamaria o homem à alma viva, esse seria o seu nome. E o homem deu nomes a todo quadrúpede e ave dos céus e a todo animal do campo.[...].¹⁵

Santo Agostinho explica que quando Deus soprou ou insuflou, do grego *enephyseisen*¹⁶, criou a alma no ser humano.¹⁷ Uma alma criada do nada¹⁸, uma alma que pela “sua mutabilidade mostra claramente que se tornou disforme pelos vícios e embustes, e que se forma pelas virtudes e pela doutrina da verdade.”¹⁹

Nessa narrativa criacionista percebemos claramente que Deus ao soprar sobre o homem o alento de vida, possibilita-o imediatamente a se utilizar da sua razão para colocar nomes sobre todos os animais criados por Deus. Segundo Santo Agostinho esse conhecimento é possível porque Adão era espiritual no tocante à mente:

¹⁵ Gênesis 2:7,19,20. *Torá: A Lei de Moisés*. 2001, p. 5-6. אֲשֶׁר הַמַּיִם בֵּין וַיִּבְדֹּל אֶת־הָרִקִיעַ אֱלֹהִים וַיַּעַשׂ וַיְהִי־כֵן: לָרִקִיעַ מֵעַל אֲשֶׁר הַמַּיִם וּבֵין לָרִקִיעַ מִתַּחַת

¹⁶ AGOSTINHO, Santo. *Comentário ao Gênesis*. Tradução de Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2005. Livro VII, Capítulo I, 2. p. 240. Soprar é um termo “antropomórfico” muito utilizado para referir-se às ações de Deus na sua criação e/ou ação no mundo, na natureza e nos seres humanos. Por isso, os autores bíblicos em sua narrativa mítica/heroica, utilizam-se de termos antropológicos para relatarem a ação de Deus na criação. O Gênesis também traz em suas narrativas as sagas de heróis, que sempre vão se utilizarem de expressões como: a boca de Deus, os olhos de Deus, as mãos de Deus, etc. Claro que aqui não é um soprar literal, posto que Deus sendo espírito e imóvel não tem boca, é uma expressão usada para acentuar a ação de Deus na criação do homem, como um ser dotado de imagem e semelhança do próprio Criador. Portanto, a expressão sopro de Deus é apenas um reforço linguístico para a criação do intelecto ou da alma.

¹⁷ AGOSTINHO, 2005, p. 242.

¹⁸ AGOSTINHO, 2005, p. 243.

¹⁹ AGOSTINHO, 2005, p. 244.

Portanto, de acordo com esta sentença, Adão foi dotado de corpo animal, não somente antes do paraíso, mas também quando estabelecido no paraíso, ainda que fosse espiritual no homem interior pela imagem daquele que o criou; perdeu-o pecando e mereceu a morte do corpo aquele que, não pecando, mereceria a transformação para um corpo espiritual.²⁰

Ter uma mente espiritual significa que Adão tinha, até o momento antes da queda, o acesso às verdades eternas de Deus, e por isso não era necessário o acesso à fórmula agostiniana: “crer para entender”.²¹ Adão em pleno relacionamento com Deus (Verdade Eterna), já que ainda não havia pecado, pode ter tido a capacidade de acessar o conhecimento impresso em seu ente alma no momento em que foi criado. Essa possibilidade pode lhe ter proporcionado o saber necessário para nomear todos os seres animais que lhes são apresentados.

Utilizando-se desse exemplo no seu comentário sobre o Gênesis, Santo Agostinho conclui que “a matéria não representa o declínio da alma, mas a alma, o declínio da matéria”²², ou seja, a alma que não for educada pela virtude da verdade possibilita ao homem afastar-se cada vez mais das verdades eternas, que só são reveladas e lembradas mediante a Graça de Deus e a uma educação crítica racional. O declínio da alma é o apegar-se às coisas temporais e materiais.

Ao dar nome aos seres animais da terra, o homem estava lembrando-se das impressões feitas por Deus na alma. Aqui não há uma referência à “Teoria das Ideias inatas de Platão” (reminiscência platônica), já que Agostinho tem a preocupação de afirmar que a alma é criada no instante em que Deus sopra na face do homem. Utilizando-se do argumento da “impossibilidade da matéria da alma irracional possa ser subjaz como matéria da alma racional”²³, ou seja, a impossibilidade do menor gerar o maior, do incompleto gerar o completo, Santo Agostinho conclui afirmando que era inconcebível que houvesse transmigração de almas, e/ou transmigração de almas de animais irracionais para os seres racionais.²⁴ Para Santo Agostinho a reminiscência deriva das ideias inatas gravadas por Deus quando da criação da alma e, que fica gravada na memória, memória como potência da alma:

²⁰ AGOSTINHO, 2005, p. 236.

²¹ AGOSTINHO, Santo. *Livre-Arbítrio*. 1995, p. 28.

²² AGOSTINHO, 2005, p. 247.

²³ AGOSTINHO, 2005, p. 247.

²⁴ AGOSTINHO, 2005, p. 247.

Grande é a potência da memória, ó meu Deus! Tem não sei quê de horrendo, uma multiplicidade profunda e infinita. Mas isto é o espírito, sou eu mesmo. E, que sou eu, ó meu Deus? Qual é a minha natureza? Uma vida variada de inumeráveis formas com amplidão imensa.²⁵

Santo Agostinho acredita que Deus soprou no rosto do homem porque é nessa parte anterior do cérebro onde todos os sentidos se originam²⁶, e, é no rosto onde se localizam os órgãos dos sentidos e, nada mais coerente do que o sopro ser exatamente no local que deve possibilitar que a alma, sede da razão, possa prover aos sentidos uma condição “de se perceber sentindo” – já que a alma é influenciada pelo modo de agir dos sentidos corporais²⁷ e, por ser a entrada de tudo o que se vê toda alma move-se pela visão²⁸, embora a alma racional utilize o arbítrio da vontade para aceitar ou não o que vê através do discernimento.²⁹

Utilizando-se da “Teoria Criacionista”, Santo Agostinho, procura explicar filosoficamente o que os escritos postulam como fé cristã. Durante boa parte do seu livro “Comentários ao Gênesis” ele busca refutar as teorias dos filósofos e dos maniqueus que ensinam a possibilidade da transmigração da alma e, a possibilidade da alma ter uma vida anterior à criação dos corpos que habitam. Para Santo Agostinho a alma é uma criação de Deus quando é criado o ser humano, no instante da sua criação e, sua alma racional não é constituída da substância de Deus, nem dos anjos, nem dos elementos da terra, ela tem uma substância própria.³⁰

A narrativa bíblica do Gênesis descreve que Deus ao soprar sobre o ser humano o torna alma vivente. Para Santo Agostinho o sopro de Deus apenas cria a alma racional, advinda do próprio Deus, no ser humano (homem e mulher). Esse ente racional possibilita que o ser humano se conheça a si mesmo, por si mesmo.³¹ Então, através do pecado o ser humano, decaído da graça de Deus, voltou-se inevitavelmente para o sensível e mutável, criando um processo de afastamento das verdades eternas que estavam esquecidas em seu ente alma.

²⁵ AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Tradução de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. 11. ed. Petrópolis/RJ: Vozes. 1992. p. 234.

²⁶ AGOSTINHO, 2005, p. 255.

²⁷ AGOSTINHO, 2005, p. 305.

²⁸ AGOSTINHO, 2005, p. 332.

²⁹ AGOSTINHO, 2005, p. 556.

³⁰ AGOSTINHO, 1997, p. 22.

³¹ AGOSTINHO, Santo. *Patrística: A trindade*. Tradução de Agostinho Belmonte. 4. ed. São Paulo: Paulus. 2008. p. 290.

O sistema educacional do ente alma, através da educação do inteligível, possibilita o ser humano repudiar o sensível. Afastar-se do conhecimento derivado da realidade sensível, garantirá ao ser humano o desapego das coisas materiais que faculta vícios e que o afastam das verdades eternas. Uma educação que busca o conhecimento através da reflexão, da filosofia e da lógica.

1.2 Definição de alma para Santo Agostinho

A alma humana, porém, não adere ao corpo, e pela racionalidade e a inteligência, potências superiores aos sentidos corporais, é superior ao corpo, dele tende a se desligar por sua potencialidade, e se dirige mais aos bens interiores do espírito.³²

Com o objetivo inicial de livrar os seus amigos do maniqueísmo e, ao mesmo tempo mostrar a superioridade das concepções do catolicismo frente aos heréticos e aos filósofos da sua época, Santo Agostinho elabora de forma cuidadosa teológica e filosófica o *De quantitate animae* (Sobre a Potencialidade da Alma) em 388, em Roma³³. Através do diálogo com Evódio, Santo Agostinho, segue um processo pedagógico muito comum na sua época de responder um questionamento através do diálogo com o seu discípulo.³⁴

Um sistema pedagógico agostiniano utilizado para sistematicamente criar e solidificar o conceito de ente alma, mente e intelecto. Utilizando, inclusive, o termo racionalidade para descrever a função da alma, ou mente, em compreender as verdades da fé explicada racionalmente pela filosofia.

Santo Agostinho através do método do diálogo com perguntas e respostas, chamado por ele mesmo de meu processo de raciocínio³⁵, se propõe a explicar algo imaterial que dá animação ao corpo em que está inserido, possibilitando ao ser humano o acesso às verdades eternas. Mas, vejamos como o próprio Santo Agostinho define o ente alma:

A alma, criada por Deus, tem substância própria que não é a de nenhum dos quatro elementos. A não ser que se possa imaginar ter Deus concedido à terra não ser mais que terra, e não desse à alma não ser mais que alma. E se quer uma definição da alma, e saber o que ela é, respondo facilmente:

³² AGOSTINHO, 2005, p. 129-130.

³³ AGOSTINHO, 2005, p. 9.

³⁴ AGOSTINHO, Santo. *Patrística: Solilóquios; Vida feliz*. Tradução de Adaury Fiorotti e Nair de Assis Oliveira. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1998. p. 11.

³⁵ AGOSTINHO, 2005, p. 44.

É substância dotada de razão, apta a reger um corpo (*substantia quaedam rationis particeps, regendo corpori acomodata*).³⁶

Essa é a clássica definição sobre o que é alma em Santo Agostinho. Essa definição permeará todo o livro *De quantitate animae*. Ele explica a Evódio que o termo latino *quantitate* (potencialidade) não tem significado de grandeza dimensional, e sim qualitativo, já que na visão de Santo Agostinho a alma por não ser material deve ser explicada pela questão da potencialidade qualitativa:

Evódio: Considero suficiente o que foi dito sobre a natureza da alma. Explique sua potencialidade (quanta sit).

Agostinho: Em que sentido fala em quanta? Na relação de dimensões e tamanho? Ou naquilo que é capaz por sua potencialidade? Pois falamos, por exemplo, do mito de Hércules, ora sobre sua estatura, ora sobre seu poder.

Evódio: Gostaria de saber as duas coisas.

Agostinho: O primeiro aspecto não pode ser aplicado à alma. Não a podemos imaginar, no sentido dimensional, tamanho, largura, vigor físico, porque tudo isso é corpóreo, e só poderíamos falar da alma nestes termos como um tipo de comparação, relativamente aos corpos.³⁷

Nessa concepção de descrever, ou melhor, entender o significado da palavra alma (mente), Santo Agostinho propõe que se mantenha um processo de raciocínio pelo argumento da “Razão”. Mesmo que existam argumentos de autoridade (Bíblia e pais da Igreja), é importante permanecer na argumentação crítica filosófica, através da razão, para se chegar à verdade, livre de qualquer falsidade e aparência.

Um processo longo e sistemático é que os leva a uma verdade imutável. Segundo o próprio Santo Agostinho esse processo é necessário porque eles não vão apelar para argumentos de autoridade, deverão distinguir filosoficamente o termo alma e espírito:

[...] alma (*ruah* em hebraico, *psyché* em grego e *animus* em latim) ou espírito (*pneuma* em grego; *spiritus* em latim) falamos da mesma coisa em dois aspectos: princípio vital e de animação (*animus*) e substância própria e imaterial (*spiritus*).³⁸

³⁶ AGOSTINHO, 2005, p. 67.

³⁷ AGOSTINHO, 2005, p. 27.

³⁸ AGOSTINHO, 2005, p. 10.

No processo da elaboração do conceito de alma, esses conceitos tinham naquele momento quase o mesmo significado e, por isso o lento e sistemático processo de elaboração conceitual do termo alma precisava ser tão somente crítico filosófico. Conclui-se daí que o termo “O sopro de Deus”, *ruah* em hebraico, é a própria criação da alma. Deus cria a alma quando “Insufla” na face do homem o espírito de vida.³⁹ Uma alma que potencializa o conhecimento sensível e o inteligível⁴⁰, por ser uma substância que mais se assemelha a Deus no nosso corpo e no mundo⁴¹.

1.3 A alma como ente imaterial

Santo Agostinho para conduzir Evódio pelo *circuitum nostrum*, brilhantemente, inicia o circuito da busca pela verdade mostrando a importância da noção de imaterialidade como substância própria, portanto um ente que existe, em contraponto à noção de inexistência ou de um conceito apenas abstrato. Para mostrar que um ente mesmo não tendo dimensões, não tendo crescimento ou decréscimo, sem envelhecimento e morte (ente alma), é um ente real e incorpóreo, diferentemente de um nada, de um conceito apenas, Santo Agostinho através de uma analogia entre uma árvore e a justiça cria uma série de argumentos para mostrar que o conceito de justiça é superior ao conceito de árvore. Vejamos a transcrição desse diálogo que descreve a diferença entre ente, imaterialidade e conceito:

Agostinho: Entretanto, quero fazer algumas perguntas. Talvez você já saiba aquilo que vou indagar. Duvidaria dizer, sobre aquela árvore que ali observamos, que ela é algo real?

Evódio: E quem duvidaria disso?

Agostinho: Hesitaria em afirmar também que a justiça é algo superior (*mellioem*) em relação a essa árvore?

Evódio: Isso é ridículo, nem há comparação.

Agostinho: Inteiramente de acordo. E se lhe parece que a árvore é algo real por ter extensão, altura, largura, volume, a seu modo próprio, admite que, se tirarmos tudo isso, a árvore parece não ser nada.

³⁹ AGOSTINHO, 2005, p. 555.

⁴⁰ AGOSTINHO, 2005, p. 70. Aqui Agostinho afirma que a visão da alma é a racionalidade, somente a própria racionalidade, pois procuram exclusivamente a verdade.

⁴¹ AGOSTINHO, 2005, p. 24. “Parece-me semelhante a Deus, se está perguntando sobre a alma humana”. Uma resposta dada por Santo Agostinho a Evódio para mostrar-lhe que a alma foi a criação mais próxima da realidade de Deus.

Evódio: É o que parece.

Agostinho: Por conseguinte, se a justiça não tem as dimensões referidas, nem por isso dizemos que é nada. E a alma ainda parece não ser nada por não ter extensão material?⁴²

Com este argumento, através de uma analogia (mesmo que árvore e alma tenham sentidos bem diferentes), da não materialidade da “justiça”, Agostinho mostra a Evódio que a justiça, mesmo não tendo dimensões, não pode ser considerada um nada⁴³, embora seja apenas um conceito. Semelhantemente por não ter o ente alma dimensões não pode ser considerado um nada também e, por ele ser imaterial pode compreender o imaterial, por ser uma substância própria não sofre os reveses que são associados ao corpo, embora nada lhe seja oculto. Veja como Santo Agostinho conclui o porquê da alma não ser corpórea:

Logo, o corpóreo, por singular semelhança natural, é visto com os olhos. E a alma, pela qual vemos o incorpóreo e entendemos seu conceito, é preciso que não seja corpo, nem algo corpóreo.⁴⁴

Há uma clara necessidade lógica do ente alma não ser material, pois só assim ele pode ter pleno acesso ao imaterial e às verdades eternas. “Não sendo corpo, a alma é superior a ele”⁴⁵ tendo por isso poder de governá-lo totalmente. O ente alma é o responsável por propiciar todas as ações e movimentos dos membros e órgãos, “como um eixo motor (cardo)”, tendo a capacidade de, através da inteligência, poder ver a si mesma⁴⁶ e, ele tem a capacidade de lembrar, ou memorizar, já que “a memória é a potência da alma”.⁴⁷

Demonstrada a diferença entre imaterialidade, não existência e conceito Santo Agostinho, seguindo os passos do sistema pedagógico *circuitum nostrum*, deseja agora que Evódio entenda que alguns conhecimentos só podem ser percebidos pela inteligência intelectual,⁴⁸ enquanto outros podem ser compreendidos pelos sentidos e, por isso uma série de demonstrações por figuras geométricas são evocadas no intuito de se chegar a uma analogia por comparação de semelhanças e dessemelhança, com o desejo de Evódio compreender que necessitará de

⁴² AGOSTINHO, 2005, p. 30-31.

⁴³ AGOSTINHO, 2005, p. 31.

⁴⁴ AGOSTINHO, 2005, p. 66.

⁴⁵ AGOSTINHO, 2005, p. 68.

⁴⁶ AGOSTINHO, 2005, p. 69.

⁴⁷ AGOSTINHO, 2005, p. 37.

⁴⁸ AGOSTINHO, 2005, p. 41.

abstração intelectual para compreender o que seja o ente alma, já que eles estarão lidando com a imaterialidade.

Verificando a ansiedade de Evódio em ouvir logo a resposta desejada, Santo Agostinho avisa que a resposta enfrentaria um longo percurso pedagógico. Ouçamos Santo Agostinho:

Sugiro que, acompanhando a orientação que lhe dou, observe a direção do raciocínio. Não leve a mal que, por vezes, o caminho pareça um tanto cansativo, e se demoram a chegar as conclusões.⁴⁹

1.4 A alma como ente indivisível

Mais uma vez o *circuitum nostrum* é evocado através do argumento do fio de teia de aranha, para mostrar a diferença entre longitude, latitude e profundidade.⁵⁰ Saber através da percepção – dos sentidos – que mesmo uma fina linha de uma teia de aranha tem profundidade e largura só é possível através de uma visão intelectual. Talvez na contemporaneidade esse exemplo não tenha muita força como analogia por dispormos de ferramentas tecnológicas que podem ampliar milhões de vezes um fio de teia de aranha e, assim poder avaliar as três dimensões nele. Porém, para a época de Santo Agostinho essa compreensão só se dava no intelecto. Veja o que Santo Agostinho diz a Evódio:

O que você imagina como noção inteligente é incorpóreo, é a noção de incorpóreo que eu desejo que você entenda. A noção pura e simples de longitude só pode ser percebida pelo inteligível, e não pela visão dos corpos.⁵¹

Desenvolvendo a noção de longitude e latitude, que também se encontra presente em solilóquios⁵² com o objetivo de atribuir somente aos sábios o saber da ciência, o *circuitum nostrum* demonstrará através dessa analogia a criação de um argumento metafísico para se compreender o significado da imaterialidade do ente alma. Os argumentos possibilitam que o estudante, didaticamente partindo de conceitos e entes materiais, evolua nos vários graus de abstração intelectual

⁴⁹ AGOSTINHO, 2005, p.32.

⁵⁰ AGOSTINHO, 2005, p. 41.

⁵¹ AGOSTINHO, 2005, p. 42.

⁵² AGOSTINHO, 1998, p. 26. Aqui Santo Agostinho faz com que Evódio entenda que não se pode dividir uma linha longitudinalmente em duas, ao passo que uma linha na latitude pode ser cortada em infinitas outras linhas. Latitude: São linhas horizontais que acompanham a circunferência terrestre. Longitude: São linhas verticais que se estendem de um polo a outro do globo terrestre.

necessários à compreensão do que apenas pode ser visto pelo intelecto. O olhar intelectual é tão importante que em “A ordem” (*De Ordine*) e em “Solilóquios” lemos:

Percebo duas coisas em que a potência e a força da razão pode se oferecer aos mesmos sentidos: as obras humanas que são vistas e as palavras que se ouvem. Em ambas a mente se utiliza de um duplo mensageiro em prol das necessidades do corpo: o dos olhos e o outro dos ouvidos. Assim quando vemos algo composto de partes coerentes entre si, dizemos com propriedade que tal coisa parece ser razoável.⁵³

Eu te havia perguntado não se conhecias algo semelhante a Deus, mas sim se conhecias algo até o ponto como desejas conhece-lo. Ora, conheces a linha do mesmo modo como conheces a esfera, visto que a linha não é igual à esfera. Então, responde-me se te é suficiente conhecer a Deus como conheces a esfera geométrica, isto é, ter conhecimento de Deus de tal modo que não venhas a duvidar.⁵⁴

Percebemos que a intenção real de Santo Agostinho é fazer com que Evódio tenha certeza do conhecimento racional *versus* as noções advindas dos sentidos. O sistema pedagógico agostiniano é necessário para que Evódio tivesse certeza de que uma visão intelectual necessariamente é imaterial e incorpórea. “[...], e é a noção de incorpóreo que eu desejo que você entenda.”⁵⁵ Uma noção que só pode ser percebida pelo intelecto e não pela visão dos corpos, pelos sentidos. Todo esse percurso pedagógico é necessário para que a noção de alma seja clara e distinta.

Depois do uso do estudo da linha da teia de aranha, Evódio afirma que a resposta além de demorada está sendo confusa para ele: “Gostaria de entender também, e mais diretamente, onde isso vai parar, ou o que tem isso a ver com a noção de alma.”⁵⁶ A resposta de Santo Agostinho a Evódio é que ele tivesse paciência ao seguir o processo pedagógico de raciocínio, pois eles estavam buscando “um conhecimento o mais completo possível”,⁵⁷ sem apelarem para argumentos de autoridade.

⁵³ AGOSTINHO, Santo. *Patrística: Contra os acadêmicos, A ordem, A grandeza da alma, O mestre*. Tradução de Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus. 2008. p. 231.

⁵⁴ AGOSTINHO, 1998, p. 27.

⁵⁵ AGOSTINHO, 2005, p. 42.

⁵⁶ AGOSTINHO, 2005, p. 43.

⁵⁷ AGOSTINHO, 2005, p. 44.

Para que possa responder a um questionamento de Evódio sobre o número de almas⁵⁸, Santo Agostinho agora vai utilizar-se da comparação da alma com as figuras geométricas.⁵⁹ É importante destacar que o objetivo de Santo Agostinho ao adentrar na geometria, começando com a linha, é efetivamente demonstrar que a noção de incorpóreo só pode ser percebida pelo inteligível. Dessa proposição teremos então a visão inteligível do ente alma.

Na época de Santo Agostinho ainda persistia a concepção de que tudo o que Deus criou tem um número, crença dos filósofos gregos (Parmênides, Pitágoras, Platão, Aristóteles) com uma versão em Plotino que foi o alvo do questionamento de Evódio a Santo Agostinho. O conceito do número das coisas ou substância tem como substrato a noção metafísica e ontológica, que objetiva identificar a individualização de cada alma no indivíduo comum, ou da individualização dos entes existentes. Santo Agostinho foi o primeiro a postular a noção de número ligado à fé católica⁶⁰. Podemos ver isso no *De ordine*: “[...] a razão entendia que dominavam os números (as cadências) e que estes completavam tudo.”⁶¹

Neste texto Santo Agostinho explica que a razão compreendia que existiam, também, números divinos e eternos que foram os responsáveis pela concepção da harmonia e do ritmo dos sons existentes na música, na criação dos céus e na formulação da geometria, tudo fora formado por esses números divinos e eternos, portanto perfeitos em si mesmos.

Por essa compreensão agostiniana só existe a harmonia nas coisas criadas devido à perfeição de sua criação, seguindo a medida e ritmo derivado dos números eternos utilizados por Deus para a formulação de toda a matéria. Por isso o sistema pedagógico agostiniano precisava levar Evódio à compreensão de que só e somente só através da razão é possível contemplar essa realidade, que mesmo se percebendo pelos sentidos necessita da racionalidade para transformar esses *inputs* em ciência. Lembrar que em Santo Agostinho só há conhecimento como verdade

⁵⁸ AGOSTINHO, 2005, p. 36. É importante observar que o número para os medievalistas ainda influenciavam bastante desde Pitágoras, que acreditava que o número era sinônimo de harmonia, beleza e perfeição. Toda a matéria estava ligada aos números devido ao processo permanente de mutabilidade da matéria e, era também pelos números que se chegava a noção de limitado e ilimitado, perene e eterno, perfeito e imperfeito, harmônico e disforme, ou seja toda a noção de opostos é advindo dos números.

⁵⁹ AGOSTINHO, 2005, p. 46.

⁶⁰ AGOSTINHO, 2005, p. 176. Conforme as notas explicativas do Dr. Aloysio Jansen de Faria nas informações preliminares dessa tradução.

⁶¹ AGOSTINHO, 2008, p. 239. Contra os acadêmicos, A ordem, A grandeza da alma, O mestre.

eterna pela razão: “[...] mas considerava as coisas que se percebem pelos sentidos apenas como sombras e vestígios daquelas intuídas pela mente.”⁶²

O *circuitum nostrum* tem o objetivo de dar subsídios metafísicos e ontológicos para o discípulo que através das suas próprias respostas e perguntas estará apto para entender o conceito metafísico do ente alma. Santo Agostinho não dá uma resposta completa a Evódio sobre o significado do número das almas, porém capacitou o seu discípulo na área metafísica e ontológica para o próximo passo desse sistema pedagógico.

Neste passo lógico, para que entendamos a sequência pedagógica do ensino agostiniano, Aloysio Jansen de Faria nos informa que nesta época dos escritos do *De quantitate animae*, Evódio ainda não tinha seus estudos superiores⁶³, portanto Santo Agostinho inicia os estudos da geometria pelo básico, mostrando a importância da linha e das figuras geométricas, com o intuito de derivar conceitos de perfeição e imperfeição, completo e incompleto. É por isso que ele começa com triângulos, quadrados e losangos na demonstração de lados em oposição ao outro. Com essas oposições demonstra-se a imperfeição desses corpos, que só podem ser compreendidos pelo intelecto.

Tentando mostrar a diferença entre imaterial e o nada. Esse é o argumento central de Santo Agostinho nesse momento ao dialogar com Evódio. Para que a noção de imaterialidade se distinga do nada, ele inicia o *circuitum nostrum* fazendo uma comparação entre uma árvore (ente material real) e a justiça (apenas um conceito criado pelos seres humanos): “*Hesitaria em afirmar também que a justiça é algo superior (melliores) em relação a essa árvore?*”⁶⁴

Então, através do argumento de mostrar a materialidade da árvore (extensão, altura, largura, volume) do “*hyle*” (matéria ou substância) que diz o que é a árvore. Ele, então, começa a usar o argumento da remoção de todos os atributos materiais da árvore para mostrar que ela é árvore por ser matéria e, sem essa materialidade deixa de existir como ente árvore. Já a “justiça” que não tem nenhum desses atributos, por ser apenas uma conceituação que a torna o que é, não passa

⁶² AGOSTINHO, 2008, p. 240.

⁶³ AGOSTINHO, 2005, p. 29.

⁶⁴ AGOSTINHO, 2005, p. 30.

apenas de um nada, não é um ente real, não é material. Justiça é apenas um conceito criado.

O ente alma mesmo sendo imaterial é algo real e, portanto diferente de um nada. A alma é um ente existente no corpo humano. Um ente que dá movimento (*animus*) a todos os órgãos e membros do corpo em que está ligado.

Mas, então, Evódio muito sabiamente replica dizendo que a alma não parece ser do mesmo gênero da analogia utilizada para a comprovação desse argumento existencial do ente alma.⁶⁵

Muito embora sejam de gêneros diferentes as analogias entre árvore e justiça, o importante é a compreensão apreendida pelo discípulo entre puro conceito e conceito de um ente real, porém incorpóreo. Para que a compreensão do discípulo seja completa ele lança mão de outro recurso para demonstrar que alguns assuntos só podem ser conhecidos através do intelecto, uma vez que os sentidos não podem ser empregados para apreenderem verdades no plano metafísico. Para mostrar que todo corpo sempre é delimitado por latitude, longitude e profundidade: “*Não há corpo sem as três dimensões*”⁶⁶. Santo Agostinho sabiamente mostra a Evódio que ele só percebe as três dimensões em um fio de aranha pela inteligência⁶⁷ e, agora afirma que a apreensão do que é a alma, só é possível de ser compreendida pelo inteligível. Com esse jogo de palavras Evódio percebe que a alma é um ente real que só pode ser apreendido pela razão, pelo intelecto:

E foi com a inteligência que você viu, e poderá também, afastada a visão externa, imaginar somente a noção de comprimento, e sem ter necessidade de olhar determinado corpo, uma vez que no corpo tais dimensões jamais faltariam. O que você imagina como noção inteligente é incorpóreo, e é a noção de incorpóreo que eu desejo que você entenda. A noção pura e simples de longitude só pode ser percebida pelo inteligível, e não pela visão dos corpos.⁶⁸

Seguindo o processo pedagógico agostiniano percebemos que todo o discurso filosófico que compara as coisas materiais com as imateriais, pretendeu colocar como argumento principal a conclusão de que as coisas imateriais são mais

⁶⁵ AGOSTINHO, 2005, p. 32.

⁶⁶ AGOSTINHO, 2005, p. 32.

⁶⁷ AGOSTINHO, 2005, p. 41.

⁶⁸ AGOSTINHO, 2005, p. 41-42.

“dignas de estima”⁶⁹ do que os corpos materiais. Essa conclusão visa dar suporte ao argumento de que o ente alma é superior ao corpo que ocupa porque é imaterial, portanto é mais digno do que o próprio corpo ou de todos os outros entes corpóreos do mundo.

Além de ser incorpóreo ele contém a memória, que é a potência da alma, e é a sede da razão, onde a inteligência guiada pela razão e pelo intelecto possibilita o ser humano ter acesso às verdades eternas de Deus. O acesso a essas verdades se dá pela ciência, ou seja, eliminando-se a ação dos sentidos e potencializando ao máximo o intelecto, mediado pela Graça divina.

Segundo o sistema agostiniano todo acesso ao conhecimento e à descoberta da verdade se dá no ente alma e pelo ente alma, que guarda em seus recônditos depósitos, a memória de todo esse acúmulo de saber, por isso ela é potência da alma e não do corpo. E, não podemos esquecer que como essas verdades eternas são imateriais, só o ente alma que é imaterial pode, pelo olhar do intelecto, vê-las na sua completude.

O passo seguinte do *circuitum nostrum* parte da linha para confeccionar a figura geométrica mais simples: o triângulo. A ideia desse passo é possibilitar uma demonstração dos significados de perfeição *versus* imperfeição; semelhança *versus* dessemelhança para que o discípulo possa compreender a necessidade do raciocínio do inteligível, a fim de compreender o que seja o ente alma, que só pode ser visto pelo inteligível. Do crescente estudo das figuras geométricas eles avançam para a figura formada por quatro linhas: quadrado e sua derivação para losango. Depois de observar os quadriláteros eles concluem que a imperfeição ainda persiste através dos ângulos em oposição, daí a necessidade de se estudar uma figura perfeita para silogizar com o ente alma que é a perfeita criação de Deus.

Encontramos em Solilóquios uma afirmação de Santo Agostinho sobre o conhecimento de Deus e o conhecimento das figuras geométricas, que ambos só podem ser alcançados através do intelecto, embora para a geometria os sentidos sejam de alguma ajuda. Vejamos nas palavras de Santo Agostinho: “Pelo que parece-me antes que se possa navegar na terra do que conseguir a ciência

⁶⁹ AGOSTINHO, 2005, p. 31.

geométrica com os sentidos, embora pareça que estes sejam de alguma ajuda para os que começam a aprender.”⁷⁰

A função do sistema pedagógico agostiniano é permitir que o discípulo possa compreender se conhece algo “até o ponto como desejas conhecê-lo”. Essa profundidade do conhecimento sobre algo deve servir para que se deseje o conhecimento de Deus e das verdades imutáveis até o ponto de não ser mais enganado pelos sentidos, nem perder a fé e duvidar dessa realidade intelectual.

Conforme Aloysio Jansen de Faria o *circuitum nostrum* é necessário para que Evódio aprenda passo-a-passo o desenvolvimento do estudo da geometria, já que o importante nesse passo é compreender que só o intelecto pode ver as figuras geométricas; uma visão que não se obtém pelos sentidos, só é possível pelo olhar da mente, da alma, da razão.⁷¹

Com esses passos de oposições (contrários) e igualdade Santo Agostinho mantém no seu *circuitum nostrum* um jogo de antíteses como condição muito comum na dialética com Evódio.⁷² Seguindo esses passos Evódio se possibilita chegar à descrição do círculo que segundo Santo Agostinho é a mais constante entre todas as figuras geométricas pela sua forma:

Quanto à figura mais excelente, não duvidará que seja aquela cujo perímetro está distante do centro de tal maneira que qualquer ponto da superfície dista igualmente do centro, sem ângulos que impeçam a igualdade, e de cujo centro podemos traçar linhas iguais para qualquer ponto dos limites da figura.⁷³

Essa forma perfeita a faz melhor que as outras figuras. O grande problema é que mesmo sendo perfeita ela é divisível, por isso eles avançam na busca para ver “[...] se existe alguma coisa nesta ordem das figuras representadas que não possa dividir-se de modo algum.”⁷⁴

O processo pedagógico agostiniano deseja levar Evódio à compreensão da indivisibilidade da alma⁷⁵ e, até esse ponto todas as figuras geométricas são

⁷⁰ AGOSTINHO, 1998, p. 26.

⁷¹ AGOSTINHO, 2005, p. 28.

⁷² AGOSTINHO, 2005, p. 54.

⁷³ AGOSTINHO, 2005, p. 58.

⁷⁴ AGOSTINHO, 2005, p. 60.

⁷⁵ AGOSTINHO, 2005, p. 35. À pergunta sobre a quantidade da alma, merece uma resposta sobre a qualidade da indivisibilidade da alma enquanto ente no corpo.

divisíveis – inclusive a linha – por isso a discussão sobre a importância do ponto como “origem da linha”⁷⁶ é fundamental na compreensão da necessidade da indivisibilidade do ente alma, por ser uma matéria simples.

Para que o sistema pedagógico agostiniano atinja a solução do problema proposto é de suma importância que o percurso seja através do diálogo, ou seja, o discípulo deve atuar ativamente nas formulações dos conceitos. Mestre e discípulo solucionam juntos ativamente a construção do saber.

“Para mim, o indivisível é o ponto central da figura e de onde partem linhas para todos os extremos.”⁷⁷ exclama Evódio, para acertadamente compreender o porque discutiram sobre geometria: estavam se apropriando de partes de um saber (interdisciplinaridade) para entenderem o conceito do ente alma. O discípulo ao seguir o sistema pedagógico alegra o mestre com a resposta. Torna-se ativo nas conclusões e suscita dúvidas que corroborarão na busca da solução do problema.

Santo Agostinho mostra-se feliz em perceber que o discípulo soube crescer através dos passos do *circuitum nostrum*, pois parte do próprio Evódio a identificação do ponto como algo sem divisão, portanto superior ao círculo. O discípulo estava agora preparado para compreender o porquê do estudo sobre figuras geométricas. Santo Agostinho então finaliza essas explicações dizendo:

Pois isto que você mostra ter entendido é o mais importante de tudo o que devemos demonstrar. O que não padece divisão alguma e se chama ponto, quando ocupa o centro da figura. E se for princípio da linha é sinal indicador (signo) da linha, ou de várias linhas, e também indica o fim da linha, recebendo o nome de **signo**. Logo, o signo é um sinal sem partes distintas, e o ponto é um sinal que se coloca no centro de uma figura. Todo ponto é também um signo, mas nem todo signo é ponto.⁷⁸

Para Santo Agostinho o ensino se dá através dos sinais,⁷⁹ já que a própria linguagem é sinal que se expressa a si mesma⁸⁰. Conforme o próprio Santo Agostinho alguns sinais são preferidos às coisas que eles significam e, o conhecimento das coisas é melhor que os signos. Então, para que Evódio não

⁷⁶ AGOSTINHO, 2005, p. 60.

⁷⁷ AGOSTINHO, 2005, p. 60.

⁷⁸ AGOSTINHO, 2005, p. 61. Negrito e grifo nosso para destacar o intuito do *circuitum nostrum* em revelar o que seja signo como criação humana que relata as ideias humanas e suas sensações, conforme Aloysio Jansen de Faria em nota explicativa.

⁷⁹ AGOSTINHO, Santo. *Patrística: Contra os acadêmicos; A ordem; A grandeza da alma; O mestre. Tradução de Agostinho Belmonte.* – São Paulo: Paulus, 2008, p. 399.

⁸⁰ AGOSTINHO, 2008, p. 400.

tivesse “como conhecidas coisas desconhecidas”⁸¹ foi importante desenvolver lentamente o sistema pedagógico agostiniano, demonstrando que os signos são criados intelectualmente para manifestar ideias e pensamentos.

Os passos do *circuitum nostrum* proporcionaram a produção das notas, que Agostinho chama de signos, sobre o conceito, para que ele seja claro e distinto. Quanto maior o número de notas mais saber temos sobre o conceito e mais claro e distinto fica.

Agora fica claro a discussão sobre o ponto como signo de indivisibilidade e, como só pode ser compreendido pela abstração da realidade material. O discípulo estava sendo preparado pelos símbolos e sinais a perceber o ente alma com os olhos da razão, compreendendo que esse ente alma é substância própria, potência da memória e concebe as abstrações intelectuais.⁸²

Evódio compreende que os passos do *circuitum nostrum* tem a finalidade de formular um conceito que necessita ser como a representação intelectual de um objeto - um termo intelectual através de notas identificadoras, ou de signos identificadores.

1.5 Só através da alma vemos o incorpóreo

Para demonstrar que a noção de incorpóreo é melhor do que corpóreo, o processo pedagógico *circuitum nostrum* explica que os conceitos de linha, ponto, latitude, figuras geométricas só podem ser vistos pelo olhar do inteligível e nunca pelo olhar sensível. “E a alma, pela qual vemos o incorpóreo e entendemos seu conceito, é preciso não seja corpo, nem algo corpóreo”⁸³, sendo por isso que o ente alma é superior ao corpo, não crescendo com a idade, mas pode elevar-se a uma progressão na virtude – os que são educados pela razão possibilitam que a alma se lembre das verdades eternas – ou de uma regressão, afastamento e obscurecimento, aos que vivem tão somente pelos sentidos e pela materialidade do mundo.

Comprovar que a alma é superior ao corpo, deduzido do incorpóreo ser superior ao corpóreo, transforma-se no argumento principal de Santo Agostinho para

⁸¹ AGOSTINHO, 2008, p. 401.

⁸² AGOSTINHO, 2005, p. 65.

⁸³ AGOSTINHO, 2005, p. 66.

demonstrar que só é possível o entendimento dos conceitos dos incorpóreos através da visão do ente alma⁸⁴, que por ser incorpórea possibilita através da razão essa compreensão, que não pode ser apreendida pelos sentidos. Daí a necessidade do ente alma ser educado racionalmente para ter acesso à virtude e à contemplação das verdades eternas. É através da educação que o ente alma se harmoniza com o caminho de acesso à verdade (inteligência) utilizando a razão e debaixo da Graça de Jesus Cristo.

Para que isso fique mais bem compreendido Santo Agostinho utiliza-se de um argumento socrático da ironia, ao afirmar que se a alma cresce com o tempo deve ser maior nos mais fortes, nos mais gordos e, depois de envelhecer deve começar a decrescer, pois perde boa parte do seu corpo da juventude. Racionalmente, ele faz com que Evódio perceba que se a alma não tem materialidade e é criada com as verdades impressas por Deus ela não pode aumentar nem diminuir, pois já é perfeita em si mesma – por ser a criação de Deus – mas, que ela pode voltar-se através das virtudes para a contemplação da verdade ou decair através dos vícios, já que se relaciona praticamente através dos sentidos e, por isso mesmo, se esquece da sua realidade eterna.⁸⁵ Então como ela aprende? Vejamos isso através da fala de Santo Agostinho: “Não devemos, por causa disso, imaginar que a alma cresce com a idade quando, pelos costumes (*usu*) e pela continuidade, ela vai aprendendo muitas coisas.”⁸⁶

Em *Soliloquios* Santo Agostinho descreve como o ente alma, no uso da razão se possibilita ter acesso à visão de Deus: “Estás numa boa direção; pois a razão, que fala contigo, promete que mostrará Deus à tua mente como o sol se mostra aos olhos”.⁸⁷ Só um ente imaterial pode levar o ser humano à contemplação das verdades eternas, já que só pelo olhar da mente, do ente alma, se dá o uso da razão, ou como chamado por Santo Agostinho de “faculdades da alma”.⁸⁸

Para que o olhar da mente não seja enganado, já que através das enfermidades e dos sentidos o olhar pode ser enganado, é importante que o ente alma esteja afastado dos vícios e dos sentidos materiais, já que:

⁸⁴ AGOSTINHO, 2005, p. 66.

⁸⁵ AGOSTINHO, 2005, p. 79.

⁸⁶ AGOSTINHO, 2005, p. 79.

⁸⁷ AGOSTINHO, 1998, p. 30.

⁸⁸ AGOSTINHO, 1998, p. 30.

O olhar da alma é a razão. Mas como não se segue que todo aquele que olha vê, o olhar correto e perfeito, isto é, ao qual segue o ato de ver, se chama virtude: a virtude é, então, a razão correta e perfeita.⁸⁹

No conhecimento do objeto, que se deseja conhecer, a visão é o entendimento, que tem a sua sede no ente alma, possibilitando ao ser humano ser inteligente e racional.

O *circuitum nostrum* possibilitou a Evódio o conhecimento do que seja signo através do estudo da geometria. Para Santo Agostinho havia uma necessidade do conhecimento, do significado, do que seja signo, pois só a partir dele compreendem-se os conceitos inteligíveis racionalmente. Mas, por que é tão importante conhecermos o significado, o sentido, se quisermos falar como os “filósofos analíticos”, do ente alma? Para Santo Agostinho a resposta é simples: porque é nela, ente alma, que reside a Razão: “*E se quer uma definição da alma, e saber o que ela é, respondo facilmente: É substância dotada de razão, apta a reger um corpo*”.⁹⁰

Uma alma que está apta a reger o corpo e saber tudo o que o ser humano sente, através dos sentidos, possibilitando à memória (potência da alma)⁹¹, ao intelecto, a razão e ao raciocínio⁹², fazer com que o ser humano faça a distinção entre sentir e saber que sente⁹³ tornando-o distinto, então dos animais irracionais, que não podem ter ciência por não saberem (entenderem com o olhar da mente) que sentem, pois os animais apenas sentem, ou seja, não se identificam como sujeito no mundo e não transformam sensações em ciência.

Quero destacar aqui nesse ponto como Santo Agostinho distingue bem o que seja razão e raciocínio, eles não são sinônimos. Para ele razão é o olhar da mente e raciocínio é o exercício da inteligência.⁹⁴ Raciocínio é o caminho que a razão percorre para obter a verdade. Essas distinções são importantes porque para ele só há ciência se houver a utilização da razão e, como o ente alma é a sede da razão conclui-se que esse ente deve ser adequadamente educado para proporcionar ao ser humano o acesso às verdades eternas.

⁸⁹ AGOSTINHO, 1998, p. 31.

⁹⁰ AGOSTINHO, 2005, p. 67.

⁹¹ AGOSTINHO, 2005, p. 37.

⁹² AGOSTINHO, 2005, p. 126.

⁹³ AGOSTINHO, 2005, p. 133.

⁹⁴ AGOSTINHO, 2005, p. 126.

Vamos a partir de esse momento compreender um pouco mais sobre esse ente tão desconhecido que habita no ser humano, conforme o pensamento de Santo Agostinho.

1.6 A alma racional e a alma sensitiva (irracional)

O ente alma. Como pode essa parte do homem ser tão desconhecida e, ao mesmo tempo, tão importante para que se possa ter acesso ao verdadeiro, ao real, ao imutável e, assim poder atingir a felicidade? É a alma que é a condutora dos sentidos para a razão, possibilitando ao raciocínio e a Racionalidade o acesso à verdade, buscada pelo ser humano, dirimindo as suas dúvidas e garantindo as suas aspirações, tanto materiais quanto espirituais, na busca pela felicidade.

Para Santo Agostinho a única forma de atingir a verdade eterna é através da educação crítica intelectual do ente alma, mas é muito importante a ação da “Graça”, que é a iluminação de Deus, para que não sejamos enganados. A educação intelectual é necessária porque o ente alma se aproxima das virtudes, ou “potência moral da alma”⁹⁵ que tem como finalidade (*telos* - objetivo final), o afastar-se cada vez mais das coisas sensíveis (materiais) e voltar-se para a visão intelectual, à contemplação das verdades eternas, que é propriedade exclusiva do ente alma. Para entendermos a diferença entre alma racional e sensitiva é importante voltar-se para as escrituras sagradas, que forneceram a base teológica desenvolvida sobre esses tipos de almas.

A ideia de tornar-se “alma vivente”, ou alento da vida, é bem diferente da criação das “almas viventes” (no sentido de *animus*) de todos os outros animais criados na terra, pois ao serem criados “costuma-se entender todos os animais carentes de razão”.⁹⁶ A criação da alma vivente no ser humano, através do sopro do hálito de Deus em sua face, possibilita-o agir racionalmente, com uma alma que habita (compartilha regendo) o seu corpo. Um ente alma que age para mover o corpo humano e, só deve apreender o conhecimento (através da ciência) naquilo

⁹⁵ AGOSTINHO, 2005, p. 80. Santo Agostinho fala sobre uma força moral da alma, virtude, que a faz com que se volte para a contemplação na busca da verdade.

⁹⁶ AGOSTINHO, 2005, p. 96.

que percebemos e entendemos através da razão, que tem a sua sede nesse próprio ente.⁹⁷ Santo Agostinho define claramente o que é raciocínio, razão e inteligência:

[...]. Agora concordamos em que esta passagem do conhecido ao desconhecido não se chama razão, pois assim procede a inteligência normal, de vez que usa a razão a qualquer tempo. A essa maneira de agir chamamos raciocínio, ou indagação racional. Razão é olhar da mente, e raciocínio é o exercício da inteligência, ou seja, o movimento do olhar da mente sobre aquilo que deve examinar. Essa indagação, ou raciocínio, é necessária para a procura. O olhar da mente, ou racionalidade, é necessário para ver intelectualmente.

Quando esse olhar da mente, chamado razão, dirigido a algo, é capaz de ver, chamamos ciência. Quando não conseguimos ver, por mais esforço que empregue, chamamos ignorância.⁹⁸

Mediante essas distinções, Santo Agostinho nos descreve a diferença entre a alma racional do ser humano e a irracional dos animais:

Logo, a ciência não existe nos animais. Entretanto, se algo não é oculto, isso é conhecimento. E, se toda impressão do corpo conhecida em si mesma pela alma é sensação, os animais não seriam capazes de sensação. E eles sentem, como já foi dito.⁹⁹

Nota-se que na narrativa da criação dos animais, Deus não precisou soprar sobre as narinas desses entes para tornarem-se almas viventes, embora Santo Agostinho conceba a existência de uma alma nos animais que lhe possibilita a memória, mas não a razão, ou seja, uma alma que capacita esses entes de perceberem as sensações, mas por não possuírem mente (razão) e entendimento¹⁰⁰ não conseguem transformar essas sensações em conhecimento. Nas palavras de Santo Agostinho: “[...] nos animais, os órgãos dos sentidos, favorecidos por uma força instintiva (*consuetudine*) e natural, conseguem distinguir os que lhes é prazeroso ou desagradável”,¹⁰¹ possibilitado pela alma sensitiva que está presa ao corpo e é o princípio animante para o prazer corporal.

Como explicado já anteriormente, o ente alma não está preso ao corpo, ele está aderido intimamente ao corpo através da racionalidade e da inteligência e, por isso é mister que a educação crítica intelectual faça com que a alma deixe de ser dominada pelos sentidos e, passe a ser livre das impressões sensoriais, voltando-se

⁹⁷ AGOSTINHO, 2005, p. 120.

⁹⁸ AGOSTINHO, 2005, p. 126.

⁹⁹ AGOSTINHO, 2005, p. 120.

¹⁰⁰ AGOSTINHO, 2005, p. 129.

¹⁰¹ AGOSTINHO, 2005, p. 129.

para ela mesma, diferentemente dos animais que sentem mas não possuem entendimento, conhecimento, da natureza da sensação: “[...], na distinção entre homem e animal, uma coisa é sentir e outra é saber que sente?”¹⁰² Sabemos pela razão e sentimos pelos sentidos, porém só os racionais percebem e identificam através da ciência (com o uso da razão e da racionalidade), ou seja, os seres humanos sabem que sentem e transformam o sensível em intelectual. Esse perceber que sente as sensações é “o movimento do olhar da mente sobre aquilo que deve examinar”,¹⁰³ ou visão intelectual. É o processo de introjeção da mente para entender porque está sentindo e o que está sentindo. Essa diferença entre alma racional e alma sensitiva torna-se básico na formulação agostiniana da alma como sede da razão:

A alma, criada por Deus, tem substância própria que não é a de nenhum dos quatro elementos... E, se quer uma definição da alma, e saber o que ela é, respondo facilmente: É substância dotada de razão, apta a reger um corpo (*substantia quaedam rationis particeps, regendo corpori accommodata*).¹⁰⁴

Sensação, derivada de qualquer dos cinco sentidos, para Santo Agostinho “é não ser oculto à alma o que sofre o corpo (*non latere animam quod patitur corpus*)”.¹⁰⁵ Provavelmente é o ente alma que possibilita ao ser humano ser um ente racional, e a educação crítica intelectualiza o acesso às verdades eternas. No conceito agostiniano todas as ações mentais se encontram na alma e a memória (potência do ente alma) se bem educada através da necessidade do uso sistemático da razão e da racionalidade, fará com que os sentidos ao serem usados possibilitem ciência (ou conhecimento verdadeiro).

Da teoria agostiniana da “alma como sede da Razão” podemos concluir que é o ente alma que nos diferencia dos animais irracionais. Portanto, segue-se que o ente alma significa mente ou intelecto, já que ele é um ser composto pela Razão. Então, a única coisa que nos difere da gênese da vida animal é o sopro de Deus na face do ser humano, que nos faz ser a imagem e semelhança de Deus, o que nos possibilita decidir, pensar, querer, desejar e agir com livre arbítrio:

¹⁰² AGOSTINHO, 2005, p. 133.

¹⁰³ AGOSTINHO, 2005, p. 126.

¹⁰⁴ AGOSTINHO, 2005, p. 67.

¹⁰⁵ AGOSTINHO, 2005, p. 101.

[...] e que se fala no homem criado à imagem de Deus segundo o homem interior, no tocante à razão e à inteligência; motivo pelo qual tem domínio sobre os peixes do mar, as aves dos céus e todos os animais e feras, e sobre toda a terra e todos os répteis que rastejam sobre a terra.¹⁰⁶

1.7 Alma: sujeito ou eu (pessoa)?

No livro *Solilóquios*¹⁰⁷ surge o termo sujeito como formação integral, entre alma e corpo:

Agostinho: Quanto àquilo que perguntaste: quem concederia, ou a quem poderia parecer viável, que permaneça aquilo que está no sujeito, perecendo o mesmo sujeito? A esse respeito tenho a dizer que é abominável e muito alheio à verdade afirmar que o que não subsiste se não estiver no mesmo sujeito possa também subsistir quando já não existe o próprio sujeito.¹⁰⁸

E, em De anima, como matéria de fé:

Depois da morte, quem poderá imaginar a potencialidade e a capacidade da alma em conhecimentos a serem adquiridos pelo espírito? E isso, até nas almas que se condenaram eternamente. Que grau de nova forma de conhecimento poderão desenvolver, uma vez separadas do corpo corruptível? E quem poderia investigar como podem as almas boas e más utilizar os sentidos interiores, seja por semelhança dos corpos, seja por boas ou por más impressões da mente, sem qualquer semelhança dos corpos?¹⁰⁹

Portanto, os termos, ou conceitos, sujeito, alma, pessoa (com o significado de self ou eu) estão aqui intimamente ligados. E, como o conceito de pessoa é central em nosso pensamento, pós-moderno, acerca de nós mesmos, de nossa natureza e de nossas relações morais, éticas, políticas e religiosas.¹¹⁰

É fundamental entendermos que para Santo Agostinho o que chamamos de dualidade (corpo e alma) na realidade torna-se um único ente, já que a alma como eterna sobreviverá à morte do corpo, até que o próprio corpo seja restaurado por Deus para mais uma vez se unir a essa alma, que não perde a capacidade de lembrar, sentir, aprender. A cerca desse termo, o comentarista James Wetzel escreve:

¹⁰⁶ AGOSTINHO, 2005, p. 527.

¹⁰⁷ AGOSTINHO, 1998, p. 73. Santo Agostinho dá o nome ao livro de Solilóquios, porque entende que é uma conversação entre ele e a sua razão.

¹⁰⁸ AGOSTINHO, 1998, p. 86.

¹⁰⁹ De anima et eius origine 4, 19, 30: In: AGOSTINHO, 2005, p. 179.

¹¹⁰ HACKER, P. M. S. *Natureza Humana: Categorias Fundamentais*. Artmed. 2010, p. 289.

A concepção agostiniana de um eu central, ou alma, é muito distinta da noção idealizada de individualidade que Agostinho herda das Escolas filosóficas de seu tempo. Estoicos, epicuristas, céticos, platônicos e peripatéticos (seguidores de Aristóteles), tinham todos visões diferentes acerca do bem mais elevado e diferentes prescrições sobre como viver por ele... Agostinho era capaz de obter uma moral comum: a de que o signo de uma sabedoria melhor é sempre um eu mais seguro, um eu menos propenso a ser dilacerado por amor, arruinado pela tristeza, ou confundido sobre a fonte de seu verdadeiro poder.¹¹¹

Como já descrevemos antes, a alma procede de Deus e é de certa forma semelhante a Deus,¹¹² ou seja, para Santo Agostinho a coisa que mais se aproxima de Deus em nós e no mundo é a nossa alma. Uma alma imortal, que não tem dimensões (tamanho, largura, peso, vigor físico ou profundidade), imaterial e que traz em si a razão, a racionalidade, a memória e a intelectualidade.

Sobre a alma imortal temos um registro de quando Santo Agostinho estava em Cassiciaco, aldeia ao norte da Itália, ao lado de seus amigos e da sua mãe Mônica quando emprega o método pedagógico agostiniano ou dialógico, formulando o eu e a razão como interlocutora das questões a serem resolvidas na produção do livro *Soliloquios*. Santo Agostinho, o eu, se separa da sua própria razão. O seu “eu” e a “sua razão” estão em um diálogo (seguindo o *circuitum nostrum*), chamado por ele mesmo de *Soliloquios*, tendo a sua razão como o mestre e o seu eu como o próprio discípulo dele. Isso é surpreendente porque nas “Confissões” Santo Agostinho ainda não tem uma clara definição do que seja o eu.¹¹³ Vejamos o que Agostinho nos relata sobre a imortalidade da alma humana:

Razão: Não lamentos. A alma humana é imortal.

Agostinho: Como provas?

Razão: Com base naqueles princípios com os quais concordastes antes, a meu ver, com muita cautela.

Agostinho: Não me lembre se, estando eu menos atento, tenha concordado com algumas coisas nas perguntas que me fizeste. Faze, então um resumo. Vejamos até aonde chegamos com tantos rodeios, nem quero que me perguntes mais. E se fizeres um breve resumo dos assuntos com os quais concordei, afinal para que se requer uma resposta minha? Ou é para retardar, sem motivo, minhas alegrias no caso de termos obtido algo de bom?

Razão: Farei o que quer, mas está muito atento.

Agostinho: Fala; estou atento. Por que me matas aos poucos?

¹¹¹ WETZEL, James. *Compreender Agostinho*. Tradução de Caesar Souza. Petrópolis/RJ: Vozes. 2011. p. 42-43.

¹¹² AGOSTINHO, 2005, p. 24.

¹¹³ WETZEL. Vozes. 2011, p. 119.

Razão: Se tudo o que é próprio do sujeito permanece para sempre, é de necessidade que o próprio sujeito permaneça. Toda ciência está na alma como sujeito. E se a ciência permanece sempre, necessariamente permanece a alma para sempre. Ora, a ciência é verdade, e a verdade como a razão o demonstrou no início deste livro, permanece para sempre. Por isso, a alma permanece para sempre e não se diz que a alma tenha morrido. Sem absurdo, só poderia negar a imortalidade da alma aquele que provasse que algumas das afirmações discutidas acima não estejam bem fundamentadas.¹¹⁴

E, no mesmo Solilóquio Agostinho nos dá mais uma prova filosófica sobre a imortalidade da alma:

Razão: Que necessidade existe de investigarmos ainda sobre a disciplina do método dialético? Quer estejam as figuras geométricas na verdade, quer esteja a verdade nelas, ninguém duvida que elas estão contidas em nossa alma, isto é, em nossa inteligência; e daí se conclui que também a verdade está em nossa alma. Se qualquer ciência está na alma como algo inseparável num sujeito – e a verdade não pode perecer – por que, então, duvidamos da vida perpétua da alma por influencia não sei de que familiaridade com a morte? Por acaso, aquela linha, quadrado ou esfera, para serem verdadeiros, possuem algo que imitam?

Agostinho ...

Razão: Por que então, ficamos indecisos? Acaso a verdade não está onde há tais coisas?

Agostinho: Deus me livre de tal disparate.

Razão: Então, a ciência não está na alma.

Agostinho: Quem afirmaria isso?

Razão: Mas, talvez, pode ser que, morrendo o sujeito, permaneça aquilo que está no sujeito.

Agostinho: Quando me convencerei disso?

Razão: Só resta, então, que pereça a verdade.

Agostinho: Mas como isso pode ser possível?

Razão: Portanto, a alma é imortal: creia em seus raciocínios, creia na verdade; ela clama que habita em você e que é imortal e que sua sede não lhe pode ser tirada pela morte corporal. Afasta-te de tua sombra; volta-te para ti mesmo; não sofrerás destruição alguma a não ser esquecendo-te de que é algo que não pode perecer.¹¹⁵

Já Marcos Roberto Nunes Costa, professor da Universidade Federal de Pernambuco, escreve que Santo Agostinho ao supervalorizar a alma, levou-o a denominar o ser humano como simplesmente alma e, que ele desejava ressaltar a faculdade de raciocínio da alma, sem desmerecimento do corpo, como os antigos filósofos e Plotino que considerava a matéria como o lugar da indeterminação, do informe:

¹¹⁴ AGOSTINHO, 1998, p. 87-88.

¹¹⁵ AGOSTINHO, 1998, p. 101-102.

A supervalorização da alma como parte mais importante no homem, levou Agostinho, em certos momentos, a denominar o homem simplesmente de alma.

Entretanto, isso não passa de uma linguagem alegórica para demonstrar a superioridade da alma sobre o corpo, pois apesar de reconhecer que, embora o homem participe da perfeição do Ser através da alma, considerada um bem superior, nem por isso o corpo, considerado como parte inferior, deixa de fazer parte da natureza humana.¹¹⁶

1.8 A alma e a memória

Chego aos campos e vastos palácios da memória onde estão tesouros de inumeráveis imagens trazidas por percepções de toda espécie. Aí está também escondido tudo o que pensamos, quer aumentando quer diminuindo ou até variando de qualquer modo os objetos que os sentidos atingiram. Enfim, jaz aí tudo o que se lhes entregou e depôs, se é que o esquecimento ainda não absorveu e sepultou.¹¹⁷

Como potência da alma¹¹⁸, a memória, é a parte da alma que guarda todas as imagens criadas por todos os tipos de sensações, inclusive as impressas diretamente por Deus. As imagens são de coisas corporais.¹¹⁹ Na memória todas as sensações estão guardadas com distinção e classificadas (cores, sons, formas, duro, mole, quente, saboroso, salgado, áspero, pesado, leve, etc).¹²⁰ Todas as impressões passam pela porta das sensações respectivas, para serem usadas quando necessário. São as memórias que possibilitam o gostar de algumas coisas e de outras não, sentir um perfume de uma flor e identificá-la sem vê-la, olhar para a fumaça e saber que existe fogo - mesmo sem sentir o calor ou ver as chamas.¹²¹

A memória lembra-se de se lembrar: “Por isso lembro-me de que me lembrei. E assim, se mais tarde me lembrar que agora pude recordar estas coisas, será pela força da memória”.¹²² É através dessa memória que recordo todo conhecimento adquirido e é lá que faço todas as operações mentais e intelectuais (memória intelectual).

A memória como potência da alma, pode ser compreendida através da alegoria dos palácios da memória¹²³, onde se encontram os tesouros das imagens

¹¹⁶ COSTA, Marcos R. Nunes. 10 lições sobre Santo Agostinho. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes. 2012, p. 67.

¹¹⁷ AGOSTINHO, 1992, p. 224.

¹¹⁸ AGOSTINHO, 2005, p. 37.

¹¹⁹ AGOSTINHO, 2005, p. 38.

¹²⁰ AGOSTINHO, 1992, p. 225.

¹²¹ AGOSTINHO, 2005, p. 109-110.

¹²² AGOSTINHO, 1992, p. 230.

¹²³ AGOSTINHO, 1992, p. 225-226.

produzidas pelos sentidos e pelos nossos próprios pensamentos. Esses palácios são representações de diversas impressões que ficaram organizadas por cores, sons, gosto, etc., que nos voltam à mente quando necessitarmos dessas imagens representativas da realidade que nos cerca. Vejamos alguns desses palácios da memória:

- ✓ A memória intelectual: Se encontra “num lugar mais íntimo, que não é lugar”.¹²⁴ Uma memória que guarda as próprias imagens (não a ciência, que se encontra em nós), noções de dialética, literatura e todos os conhecimentos adquiridos. Santo Agostinho diferencia realidade e imagens da realidade, para explicar que na memória intelectual se encontram as imagens destas realidades, armazenadas em “células admiráveis”.¹²⁵
- ✓ A memória e os sentidos: Para Santo Agostinho é a própria realidade que adentra na memória, pelos sentidos, embora não saiba precisar quais e quantos agiram para que essa realidade fosse apreendida pela memória:

Que digam, se podem, por onde entraram em mim. Percorrendo todas as portas do corpo não consigo saber por qual entraram.

Donde e porque parte me entraram na memória? Ignoro-o, porque quando as aprendi não acreditei, nelas fiado num parecer alheio, mas reconheci-as existentes em mim admitindo-as como verdadeiras.¹²⁶

- ✓ A memória e as matemáticas: Uma certeza Santo Agostinho tinha: não foi por meio dos sentidos que a memória apreendeu os números e as dimensões. “Não foram os sentidos que nos gravaram estas ideias, porque estas não têm cor, nem som, nem cheiro, nem gosto, nem são tácteis.”¹²⁷ Na memória estão os números reais, não são as suas imagens. Afetos da alma Versus afetos da memória: Agostinho percebe um conflito entre os prazeres, afetos, da memória e os da alma quando se recorda de algumas situações vividas:

Sendo assim, por que será que, ao evocar com alegria as minhas tristezas passadas, a alma contém a alegria, e a memória a tristeza, de modo que a minha alma se regozija com a alegria que em si tem, e a memória não se entristece com a tristeza que em si possui? Será porque não faz parte da alma? Quem se atreverá a afirmá-lo?

¹²⁴ AGOSTINHO, 1992, p. 227.

¹²⁵ AGOSTINHO, 1992, p. 227.

¹²⁶ AGOSTINHO, 1992, p.228.

¹²⁷ AGOSTINHO, 1992, p. 229.

Não há dúvida que a memória é como o ventre da alma. A alegria, porém, e a tristeza são o seu alimento, doce ou amargo. Quando tais emoções se confiam à memória podem ali encerrar-se depois de terem passado, por assim dizer, para esse estômago; mas não podem ter sabor.¹²⁸

Alimentar a alma através da alegria e da tristeza *possibilita* que o desejo, a alegria, o medo e a tristeza perturbem a alma. Com essas perturbações a memória é posta em ação e, mesmo sem materialidade é possível reviver cada sensação, cada lembrança. As lembranças se dão pelos afetos da alma e das ideias inatas:

Quantas destas espécies nos traz a nossa memória as quais já antes havíamos encontrado e – como já me expressei – as tivemos como que à mão! Nós somos de parecer que já em tempos aprendemos e conhecemos estas coisas. Mas se deixar de as recordar, ainda que seja por pequeno espaço de tempo, de novo imergem e como que escapam para esconderijos mais profundos. [...] Porém a inteligência reivindicou como próprio este verbo (cogito), de tal maneira que só ao ato de coligir (colligere), isto é ao ato de juntar (cogere) no espírito e não em qualquer parte, é que propriamente se chama “pensar” (cogitare).¹²⁹

Agostinho concebe, portanto uma teoria da reminiscência. J. Oliveira Santos, tradutor da obra *Confissões*, afirma em uma nota:

Alusão à teoria agostiniana da reminiscência. Segundo esta, Deus, iluminando a nossa mente, deporia em nós muitos conhecimentos que viriam depois a ser utilizados pela alma, à medida que os recordasse, Santo Agostinho adotou assim em parte a teoria platônica das idéias, segundo a qual a alma, ao encarnar, ao encarnar num corpo, trazia do outro mundo as imagens das coisas. Aprender seria portanto, recordar o que vira noutros tempos.¹³⁰

Embora parecida com a teoria das ideias de Platão, as ideias inatas em Santo Agostinho foram impressas por Deus na hora da sua criação, elas não viviam em um outro plano e depois encarnaram para posteriormente lembrarem. Em Santo Agostinho a virtude (educação) faz com que a alma lembre aquilo que tem impresso, aprenda outras coisas e se volte para uma realidade contemplativa, no desejo de se apegar às verdades. Por outro lado, os vícios e a dependência dos sentidos fazem com que a alma se volte para o material e não se recorde das coisas imateriais.

¹²⁸ AGOSTINHO, 1992, p. 231. Negrito e grifo nosso, com o objetivo de destacar uma metáfora que realmente é perturbadora para a compreensão dos sentimentos que alimentam e perpetuam as lembranças guardadas na memória.

¹²⁹ AGOSTINHO, 1992, p. 229.

¹³⁰ AGOSTINHO, 1992, p. 229.

Possibilitar argumentos tão somente racionais, e por isso, não poder lançar mão dos argumentos de autoridade, faz com que Agostinho se atenha ao significado das palavras e dos conceitos, possibilitando ao entendimento crítico racional e intelectual o significado das palavras e dos conceitos, dentro dos discursos, dentro da linguagem, dentro das metáforas, para provar seus argumentos filosóficos metafísicos e linguísticos.

1.9 A alma e a verdade

Mas depois de ler aqueles livros dos platônicos e de ser induzido por eles a buscar a verdade incorpórea, vi que “as Vossas perfeições invisíveis se percebem por meio das coisas criadas”.¹³¹

Sabedoria como sinônima da Verdade é o caminho necessário para que todos contemplem o sumo Bem, fugindo do mal e desejando ardentemente o bem, através da vontade, da boa vontade, que possibilita o agir pelo livre arbítrio pessoal. A concepção aqui desenvolvida possibilita à instrução desenvolver a inteligência de tal maneira que para se aplicar a vontade livre é necessário que se deseje *ardentemente* o que se deve desejar – ou seja, o bem. Quando isso acontece “é impossível o erro”.¹³² Mas, é necessário que nos lembremos de que para não existir erros nas ações da vontade, ou livre arbítrio, a vontade deve ser alimentada pela inteligência ou razão, pois o proceder bem só é possível através de uma aprendizagem intelectual, porque o erro só é possível quando o ser humano renuncia à instrução, já que o erro é constitutivo da ciência.

Para que não existam erros no agir livre, o ser humano deve ser instruído, já que a instrução é um bem que desperta no ser humano a ciência, obrigando o uso pleno da razão na ação exigida como resposta pelo agir livre. O agir livre está exatamente no sentido contrário ao mal, porque o agir pelo mal demonstra que aquele ente humano renunciou à instrução, já que agir sem livre arbítrio é ação sem racionalidade, ou seja, sem ciência.

A equação lógica para deduzir a impossibilidade da existência do erro quando o ser humano utiliza a razão é impressionantemente clara e assertiva. Vejamos então como Santo Agostinho formula essa sequência lógica, através de

¹³¹ AGOSTINHO, 1992, p. 161-162.

¹³² AGOSTINHO, 1995, p. 106.

seis premissas: a) Toda instrução é um bem; b) Fazer o mal é renunciar à instrução; c) A verdadeira instrução só pode existir pelo uso da inteligência; d) A inteligência é o bem maior no ser humano; e) Toda instrução deve necessariamente servir-se da inteligência; f) Todo ser humano que se utiliza da inteligência aprende; logo, segue-se que Todo aquele que aprende procede bem.¹³³

Com o auxílio divino Santo Agostinho declara que se assegurou da primeira das liberdades – buscar a verdade. Então, o acesso às verdades Eternas deve ser assegurado pela ação de Deus, por isso ele depois de ler textos platônicos e dos neoplatônicos, inicia um paralelo das verdades construída pelos filósofos antigos, gregos, e desenvolve sistematicamente o que seja compreender a verdade eterna nas Escrituras com a ajuda da iluminação, sem abrir mão da inteligência, ou razão aplicada do saber através da ciência. As verdades ensinadas pelos platônicos estavam já claramente expressas nas escrituras. Vejamos como ele nos relata essa descoberta:

Comecei a lê-los e notei que tudo o que de verdadeiro tinha lido nos livros dos platônicos, se encontrava naqueles, mas com esta recomendação da Vossa graça: que aquele que vê não se glorie como se não tivesse recebido não somente o que vê mas também a possibilidade de ver.¹³⁴

Neste ponto é necessário lembrarmos que a VERDADE em Santo Agostinho não é presa ao tempo e ao espaço, à cultura, à língua ou às tradições. A verdade é eterna, imutável e imarcescível, pois está em Deus, e por isso é fundamental que o ente alma seja educado pela razão e não pelos sentidos, pois o conhecimento deriva da ciência, então o ente alma sendo educado pela razão desenvolverá as suas potencialidades e assumirá o controle sobre a vontade do corpo, afastando-o das ilusões sensíveis que tanto enganam o ser humano, fazendo-o errar. Em Solilóquios Santo Agostinho nos fala sobre a imutabilidade e a eternidade da verdade:

Razão: Se tudo o que é próprio do sujeito permanece para sempre, é de necessidade que também o próprio sujeito permaneça. Toda ciência está na alma como sujeito. E se a ciência permanece sempre, necessariamente permanece a alma para sempre. **Ora, a ciência é verdade, e a verdade,**

¹³³ AGOSTINHO, 2008, p. 26-27.

¹³⁴ AGOSTINHO, 1992, p. 163.

como a razão o demonstrou no início deste livro, permanece para sempre e não se diz que a alma tenha morrido.¹³⁵

Como Santo Agostinho havia provado que a alma é eterna, justamente por que a verdade não pode perecer, verificamos que a noção de “verdade” não está presa ao tempo e ao espaço, ela é eterna e se localiza em nossa inteligência que está na alma:

Quer estejam as figuras geométricas na verdade, quer esteja a verdade nelas, ninguém duvida que elas estão contidas em nossa alma, isto é, em nossa inteligência; e daí se conclui que também a verdade está em nossa alma.¹³⁶

Para que o ser humano tenha acesso a essa verdade é fundamental que a alma, sede da razão e localização da nossa inteligência seja educada por uma educação crítica que privilegie a intelectualidade (razão) e não os sentidos, que obrigatoriamente a levará (a alma) às coisas temporais e mutáveis, já que se baseiam no que é transitório e material. Com uma educação crítica que privilegie o intelecto e a razão, a alma tenderá a elevar-se na busca das verdades imutáveis e, em progressiva ascense tenderá a desligar-se do que é material e transitório. Uma alma educada necessariamente tende das coisas sensíveis para as coisas intelectivas.

Através dessa educação a alma desenvolverá as suas potencialidades, tendendo ao máximo, e assumirá o controle sobre a vontade do corpo no seu agir, elevando-se até o sétimo grau de desenvolvimento – colocando o homem como um contemplador das verdades eternas.

Parece-me que aqui Santo Agostinho construir filosoficamente seu conceito de verdade, desejava preservar uma verdade que não se baseasse pela fé e pela autoridade. Ele sistematiza através de argumentos lógicos conceitos, através de discursos, desenvolvidos por uma linha de raciocínio que não se debilitasse através do tempo, e por isso a necessidade dos seus argumentos serem filosóficos críticos/ racionais e lógicos.

Conceber argumentos lógicos racionais fez com que o “conceito de alma” fosse trabalhado por Descartes, na Modernidade, utilizando-se os argumentos do

¹³⁵ AGOSTINHO, 1998, p. 87-88. Grifo em negrito nosso para destacar a conclusão da imortalidade da alma, pela imortalidade da razão.

¹³⁶ AGOSTINHO, 1998, p. 101.

sono, do sonho que simula uma realidade, e a da primeira verdade: “compreendi que eu era uma substância cuja essência ou natureza consiste apenas no pensar, e que, para ser, não necessita de nenhum lugar, nem depende de qualquer coisa material.” (discurso sobre o método, V parte). Vejamos o que disse Agostinho sobre a certeza de existirmos:

Razão: Tu, que queres conhecer-te a ti mesmo, sabes que existes?

Agostinho: Sei.

Razão: De onde sabes?

Agostinho: Não sei.

Razão: Sentes-te como um ser simples ou múltiplo?

Agostinho: Não sei.

Razão: Sabes que te moves?

Agostinho: Não sei.

Razão: Sabes que te pensas?

Agostinho: Sei.

Razão: Portanto, é verdade que pensas.

Agostinho: Sim.¹³⁷

Não houve uma debilidade desse discurso porque os argumentos racionais possibilitaram um esclarecimento e, por isso ele, o conceito, não pode ser esquecido e reprimido. É por isso que Descartes vai apropriar-se densamente do conceito de alma, enquanto mente, razão, intelecto de Santo Agostinho. Santo Agostinho, percebendo o real significado ou sentido da palavra alma, nos ensina que alma é:

A alma, criada por Deus, tem substância própria que não é de nenhum dos quatro elementos. A não ser que se possa imaginar ter Deus concedido à terra não ser mais que terra, e não desse à alma não ser mais que alma. E se quer uma definição da alma, e saber o que ela é, respondo facilmente: É substância dotada de Razão, apta a reger um corpo (*substantia quaedam rationis particeps, regendo corpori acomodata*).¹³⁸

A partir dessa afirmação conceitual sobre o que vem a ser alma, Santo Agostinho, prepara o pano para os conceitos de livre arbítrio, pecado, liberdade, bondade, etc. Ao afirmar que a alma é imaterial, ou seja, não é formada pelos quatro elementos (terra, água, fogo e ar) que compõe toda a materialidade do mundo possibilitou-o a conceituar a alma como uma “*substantia quaedam rationis*”

¹³⁷ AGOSTINHO, 1998, p. 55.

¹³⁸ AGOSTINHO, 2005, p. 67.

(substância dotada de Razão) e responsável, ou apta, a reger o corpo. Esse conceito iguala a alma ao nosso intelecto, à nossa racionalidade. Então entendemos o que a Bíblia nos revela:

E disse Deus: “Façamos homem à nossa imagem segundo a nossa semelhança; [...] E criou Deus o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; macho e fêmea criou-os.¹³⁹

Imagem e semelhança de Deus através das nossas almas – “alma” como substância dotada de razão, e por isso um ente imaterial contido em si mesmo, com a capacidade de gerir e administrar o corpo, onde está inserida. É a alma então o princípio vital e animação ou *animus*, que é o próprio princípio causal e formal do ser humano. A alma é a sua Razão ou o modo de ser homem. A fé é racional e, por isso ao soprar Deus sobre o homem a sua alma, nos capacitou a um acesso ao conhecimento da verdade através da mente, da razão e do intelecto. Nesse desvelar da verdade, que já se encontra na alma, a memória tem um papel muito importante. É através da memória que o intelecto dá sentido às sensações sofridas e captadas pela alma no corpo e as racionaliza.

A “razão” alicerça a fé. Depois de iluminada pela fé a razão ajuda a argumentar seguramente os motivos da fé e dá sentidos aos conceitos da fé. Portanto, fé e razão andam juntas e uma depende da outra. O *telos* da razão é a verdade, que se encontra em Deus. Só há razão no ser humano porque a alma está no corpo. Por isso só existe ser humano, racional, se houver alma no corpo. Uma alma que o faz lembrar e *inteligir* de forma racional.

Portanto o conceito de ser humano em Santo Agostinho é dual: alma (razão, intelecto e memória) e corpo. A alma pode ser ensinada através dos sentidos, com o objetivo de conhecer as realidades sensíveis - ciência, e pela razão para chegar-se a verdade eterna.

Verificamos que os passos do *circuitum nostrum*, possibilitaram através do diálogo e das inúmeras analogias, que mestre e discípulo fizessem uso do saber desejado fragmentado nas várias disciplinas (geometria, matemática, metafísica). O somatório de esses saberes possibilitou a construção do conceito filosófico claro e

¹³⁹ Gênesis 1: 26, 27. Torá: A Lei de Moisés. 2001, p. 3.

distinto desejado. Na contemporaneidade chamamos essa soma de saberes de interdisciplinaridade.

Depois de conceituar o que seja alma, podemos agora verificar como esse ente através do controle sobre as nossas ações delibera o que seja o nosso livre-arbítrio, ou agir livre.

2 O LIVRE ARBÍTRIO EM SANTO AGOSTINHO

Ao estudarmos o livre-arbítrio em Santo Agostinho, analisando a questão do mal, de imediato somos impactados pela importância dada por ele a esse assunto, já que investiu cerca de cinquenta anos na busca da solução desse problema¹⁴⁰, que chega até nós na contemporaneidade sem estar claramente satisfeita a solução do problema do “agir livre” do ser humano. Tanto na filosofia como na teologia os argumentos prós e contras são tão bem elaborados que em muitos momentos suspendemos o juízo sobre esse assunto.

Logo após a morte de sua mãe, Santa Mônica, Santo Agostinho permanece em Roma o inverno de 387 e 388. Nesses quase dois anos ele continua preocupado com a influência dos maniqueus sobre seus amigos, e por isso inicia os escritos “De libero arbítrio”, que é um livro em forma de diálogo com Evódio, seu amigo e futuro bispo de Upsala¹⁴¹, na África proconsular. Santo Agostinho termina o livro entre 394 e 395¹⁴², porém nunca finalizará a sua busca pela solução do livre-arbítrio.

O problema do livre-arbítrio, em Santo Agostinho está diretamente ligado ao problema do mal, já que só há livre-arbítrio se houver escolha entre a boa vontade e a má vontade, ou vontade desconhedora da verdade imutável de Deus. É lógico que se não houvesse o mal na terra e/ou universo o ser humano sempre usaria a boa vontade porque ele, o ser humano, não conheceria a queda e o afastamento das verdades eternas de Deus, o seu criador.

O problema central em Santo Agostinho é a origem do mal, porque é evidente que se tudo provém de Deus – que é o bem imutável – de onde provém o mal? Para resolver essa questão ele discute filosoficamente o problema do mal metafísico ontológico; o mal moral e o mal físico. Para as suas respostas ele lança mão do neoplatônico Plotino que ensina que “o mal não é um ser, mas deficiência e privação de ser”.¹⁴³ Mas, isso ainda não responde a questão. Ainda persiste a pergunta da origem do mal. Santo Agostinho então responde para Evódio:

¹⁴⁰ EVANS, G. R. *Agostinho: sobre o mal*. Tradução João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1995. p. 9.

¹⁴¹ AGOSTINHO, 2008, p. 12. Upsala era o bispado próximo de Útica na África proconsular, segundo Nair de Assis Oliveira, na introdução ao Livre Arbítrio.

¹⁴² AGOSTINHO, 2008, p. 11-12.

¹⁴³ AGOSTINHO, 2008, p. 68.

De onde vem o praticarmos o mal?” Se não me engano tal como a nossa argumentação mostrou, o mal moral tem sua origem no livre-arbítrio de nossa vontade.¹⁴⁴

Para que compreendamos a origem do mal e o livre-arbítrio em Santo Agostinho é fundamental entendermos que, para ele, a “verdade” é eterna, perfeita e absoluta,¹⁴⁵ por isso não pode haver mudança dessa verdade ao longo do tempo e/ou variações desta verdade, devido às culturas diferentes na face da terra. Esse critério deve ser observado durante todo o trabalho.

Para entendermos o quanto é importante esse tema na atualidade, quero destacar a visão do agir bem em Kant, quando ele afirma que em um “Universo” organizado por “leis” o ser humano é o único que em vez de seguir as leis, segue as representações das leis, ou em suas próprias palavras:

*Tudo na natureza age segundo leis. Só um ser racional tem a capacidade de agir segundo a representação das leis, isto é, segundo princípios, ou: só ele tem uma vontade.*¹⁴⁶

Convidamos, então, o pesquisador para mergulhar nessa viagem, tendo como referências primárias, especialmente, os livros de Santo Agostinho: “*De libero arbítrio*” e “*Sobre a potencialidade da alma*” (*De quantitate animae*).

2.1 A alma e a vontade

Para que haja livre-arbítrio é necessária a condição de liberdade de escolha, ou seja, que pelo menos haja duas escolhas e, pela vontade própria, o ser humano possa se decidir sem ser obrigado por nenhuma ação externa a ele.

Esse problema, livre-arbítrio, tem suscitado um debate na atualidade entre “liberdade e necessidade”, e que na pós-modernidade foi nomeado de “problema dos futuros contingentes”.¹⁴⁷ Segundo Fernando Pio de Almeida Flerk:

Entre as concepções lógico-semânticas e ontológicas contidas na estrutura conceitual pré-filosófica estão, respectivamente, o princípio de ambivalência

¹⁴⁴ AGOSTINHO, 2008, p. 15-16.

¹⁴⁵ EVANS, G. R. *Agostinho: sobre o mal*. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1995. p. 10.

¹⁴⁶ KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução Tania Maria Berkopf, P. Q., R. R. T. F. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 123. [Coleção os Pensadores].

¹⁴⁷ COSTA, Marcos R. Nunes. *10 lições sobre Santo Agostinho*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 39.

e a admissão da contingência de certos eventos futuros. O problema dos futuros contingentes provém de se sustentar que tais concepções são incompatíveis e que, portanto, a estrutura conceitual pré-filosófica contém inconsistência a ser eliminada.¹⁴⁸

Mas, voltemos a Santo Agostinho que para explicar o livre-arbítrio, trabalha o conceito de vontade e da boa vontade, condições necessárias para o agir do ser humano livre. Existe em nós alguma vontade?¹⁴⁹ Com esse questionamento Santo Agostinho elabora o princípio argumentativo que defende que o livre-arbítrio é uma ação do ser humano, pois se não há vontade como então o ser humano pode agir para o bem e/ou para o mal livremente? Vejamos o que Santo Agostinho escreve sobre a vontade:

Com efeito, haveria alguma coisa que dependa mais de nossa vontade do que a própria vontade? Ora, quem quer que seja que tenha esta boa vontade, possui certamente um tesouro bem mais preferível do que os reinos da terra e todos os prazeres do corpo. E ao contrário, a quem não a possui, falta-lhe, sem dúvida, algo que ultrapassa em excelência todos os bens que escapam a nosso poder.¹⁵⁰

Segundo Santo Agostinho essa vontade deve ser exercida com prudência, força, temperança e justiça. Ter uma vida feliz ou infeliz depende do tipo das escolhas que se faz. Depende da ação da vontade exercida pelo sujeito. Todas as vezes que se toma uma ação de vontade a prudência exerce na mente do ser humano um cuidadoso estudo para saber se essa vontade deve ser desejada ou não. Nenhuma vontade deve ser exercida sem a ação da razão, ou seja, deve ser um agir a partir da educação intelectual.

Já o uso da temperança faz com que o ser humano se afaste dos apetites pelas coisas vãs. Aliado à força, o ser humano sabe que a sua alma se manterá tranquila ao desprezar todos os infortúnios que lhes acercam. E, finalmente, no uso da vontade a alma deve sempre exercer a justiça. Santo Agostinho usa a definição clássica socrática de justiça: “é dar a cada um o que é seu”.¹⁵¹ Dessa forma de agir, através da boa vontade, o ser humano pode então ser feliz. Agindo de forma contrária, ou mesmo agindo pela vontade através da força, o ser humano levará uma vida de infelicidade, pois decorrente dessa não boa vontade a sua alma estará cada

¹⁴⁸ FLERK, Fernando Pio de Almeida. *O problema dos futuros contingentes*. Porto Alegre: EDPUCRS, 1997. p. 8.

¹⁴⁹ AGOSTINHO, 2008, p. 55.

¹⁵⁰ AGOSTINHO, 2008, p. 56-57.

¹⁵¹ AGOSTINHO, 2008, p. 58.

vez mais se afastando do racional e, por isso mesmo, não potencializará a memória para ver a verdade transcendental, eterna e imutável. Viver na infelicidade é um agir voluntário, uma decisão pessoal, um livre-arbítrio.

O ente alma através da “vontade” comanda todos os impulsos no corpo do ser humano, por isso uma alma mais virtuosa tende a agir mais vigorosa do que uma alma menos virtuosa. Devido a uma potencialidade própria da alma, o agir maior ou menor depende da condição de virtude do ser humano e da sua alma. Uma alma mais harmoniosa com o seu corpo tem uma maior aplicação da vontade sobre esses movimentos e, por isso aparenta uma maior perfeição, possibilitada pela progressão da sua potencialidade própria.¹⁵²

O conhecimento sensível é todo aquele que não passa despercebido pela alma quando o corpo tem impresso em si mesmo uma ação, ou impressão (*passionem*), sensível. A alma tem a capacidade de sentir *inteligindo*, pois dentro da racionalidade uma coisa é sentir e outra é entender o que está sentindo. Isso significa que há diferença entre sentir e sentir *inteligindo* (entender através de significações), que é dar sentido ao sensível. É essa diferença que nos separa dos animais irracionais, pois sabemos que sentimos. Como sede da razão a alma decodifica os sentidos, e racionalmente dá sentido às sensações do corpo. Entretanto, nenhuma sensação dá origem à ciência, porque ciência é o conhecimento que passa pelo crivo da razão.

Santo Agostinho amplia a noção de sentido ao inferir a ação de um sentido através da razão. Como exemplo concreto ele cita a fumaça percebida ao longe por uma pessoa.¹⁵³ Ao ver a fumaça intuitivamente se compreende que há fogo, embora não se sinta o calor, nem se veja o fogo, nem perceba o seu ruído. Mas, a razão que está na alma intui uma verdade de que aonde há fumaça há fogo. Assim também no envelhecimento das pessoas ou no crescimento dos cabelos das suas peles. Não se pode sentir, provar, ouvir, ver ou degustar. Porém, pela razão, analisando os sentidos, compreende-se que os cabelos crescem e que envelhecemos sem a sensação afetada.¹⁵⁴

¹⁵² AGOSTINHO, 2005, p. 97-98.

¹⁵³ AGOSTINHO, 2005, p. 109.

¹⁵⁴ AGOSTINHO, 2005, p. 111.

Para Santo Agostinho Razão e Raciocínio são conceitos distintos. Raciocínio é o uso sistemático da inteligência sobre um problema que se deseja resolver, através de argumentos e busca de métodos, enquanto a racionalidade é a aplicação direta do olhar da alma intelectualmente. Quando a razão, ou o olhar da alma, consegue ver, chamamos isso de ciência; caso contrário, de ignorância.¹⁵⁵ Para Santo Agostinho a alma, se bem ensinada, tem a capacidade de viver sete graus de desenvolvimento, que são respectivamente:

- 1) Animação - A alma unifica, dá vida e está no corpo. Ela organiza o sistema alimentar e a organização do crescimento físico do corpo.
- 2) Sensação - Percebe e sente através dos sentidos, procura a harmonia entre os membros do corpo e busca a união dos sexos e a reprodução dos filhos, bem como protegê-los e alimentá-los.
- 3) Arte - Responsável por todos os avanços lingüísticos, sociais, culturais, políticas e as preocupações com advenços do futuro.
- 4) Virtude - Através dos conhecimentos ela aprende a ser desprendida das coisas materiais, aprecia o convívio social e busca para si sempre a purificação, afastando dos pecados do mundo.
- 5) Tranqüilidade - Contempladora da verdade anseia estar com Deus.
- 6) Ingresso - Neste estágio a alma dirige o olhar da mente para o que deve ser olhado diligentemente.
- 7) Contemplação – É a contemplação da verdade em certa mansão ou morada e, conforme Agostinho: E para que a alma não seja impedida de se unir completamente à verdade, desejaria então - [] - a-morte que antes temia,...¹⁵⁶

O ente alma sendo criado por Deus¹⁵⁷ encontra o caminho da sua libertação através dos preceitos católicos: provação das tentações, penitências, conversão das vontades a Deus, a graça da justificação, etc. Os preceitos possibilitam que a alma permaneça íntegra e sempre presa à verdade. Com essa libertação há a possibilidade da alma atingir os sete estágios, já que o afastamento das coisas materiais permite à alma um olhar diretamente para as coisas de Deus.

É através do ente alma, criado por Deus, que temos acesso às faculdades naturais: memória, inteligência e vontade.¹⁵⁸ Essas três faculdades nos permitem recordar, contemplar e amar o imutável e eterno Deus. Utilizando da Razão, da memória e do intelecto o ser humano apreende a verdade eterna de Deus. Só que para isso é necessário que a alma se afaste das sensações e se habilite no uso das

¹⁵⁵ AGOSTINHO, 2005, p. 126.

¹⁵⁶ AGOSTINHO, 2005, p. 160.

¹⁵⁷ AGOSTINHO, 2009, p. 409-411.

¹⁵⁸ AGOSTINHO, 2008, p. 537.

suas potencialidades máximas no controle das ações e vontades do corpo. Isso faz com que o livre arbítrio seja sempre utilizado pela bondade e nunca pelo pecado e afastamento de Deus.

Ao ser criado, o ente alma traz consigo mesmo as ideias inatas, dadas por Deus ao criá-lo. A educação crítica intelectual tem a função de fazer com que o ente alma se lembre daquilo que já está impresso nele. A educação proporciona o desapego desse ente às coisas sensíveis através da “alegria” de rever as verdades de Deus em si mais uma vez. Portanto, ao ser educado, ele relembra e se harmoniza com o seu corpo, assume em potência maior os desejos, e age corretamente no seu livre-arbítrio.

Não existe “algo mais nobre do que a mente dotada de razão e sabedoria”.¹⁵⁹ Viver dignamente e feliz é submeter as paixões à Razão. O ser humano sábio entende que Deus lhe proporcionou uma racionalidade e uma intelectualidade para que através da Iluminação de Cristo viva em constante e sublime contemplação do “sumo-bem”.

Encontrar a verdade imutável, que já foi impressa por Deus na sua memória, desencadeia um desapego do mundo sensível. E, por isso, ele utiliza-se da educação crítica intelectual apenas para se recordar mais ainda. Empreender uma incansável busca pelo verdadeiro conhecimento deve ser o seu objetivo, enquanto existir vida em seu corpo. O sábio sabe que quando a alma aprende, apenas está se recordando do que já sabia em Deus e isso lhe traz felicidade. Para Eleonore Stump:

Agostinho é profundamente ciente do fato de que a vontade pode comandar-se a si mesma, porém ele fica sempre tentando entender o porquê do comando não ser sempre bem sucedido, que (para usar a linguagem contemporânea) alguns movimentos de segunda ordem permanecerão no nível dos desejos, em vez de volições.¹⁶⁰

Desejos e volições na contemporaneidade são os mecanismos que desencadeiam o agir voluntário, conforme Eleonore Stump e Harry Frankfurt, filósofo contemporâneo, um influente estudioso desta área. Porém, ele faz uma distinção entre “desejos” de primeira ordem e “desejos” de segunda ordem no ser humano. Na primeira ordem ou “desejo” e, na segunda ordem ou “volições”. Volição é um desejo,

¹⁵⁹ AGOSTINHO, 2008, p. 51.

¹⁶⁰ STUMP, Eleonore; Normam Kretzmann. [Augustine on free will]. 2001, p. 127.

ou agir, em ação se nada externo a impede. Já a primeira ordem é a capacidade de enviar a vontade, de agir, para as faculdades mentais poder executar o agir.¹⁶¹

Kant escreve na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*: “*Tudo na natureza age segundo leis. Só um ser racional tem a capacidade de agir segundo a representação das leis, isto é, segundo princípios, ou: só ele tem uma vontade*”.¹⁶² Ora, é exatamente sobre o problema da vontade que Santo Agostinho vai tentar esclarecer. Para que possamos entender se existe vontade em Santo Agostinho, ele pergunta a Evódio: “E assim, pergunto-te: Existe em nós alguma vontade?”¹⁶³ Santo Agostinho começa a sua explicação sobre a vontade no ser humano, afirmando que é necessário que o ser humano tenha consciência de ter a “boa vontade”, que é a capacidade do ser humano desejar “viver em retidão e honestidade”, para chegar ao topo da sabedoria.¹⁶⁴ Santo Agostinho afirma que a vontade nossa está diretamente dependente da nossa vontade: “Com efeito, haveria alguma coisa que dependa mais de nossa vontade do que a própria vontade?”¹⁶⁵ Sobre essa questão Eleonore Stump escreve:

Estudiosos examinam o trabalho de Agostinho muitas vezes para levar a sua posição e visão, possível, do filosófico quanto à liberdade da vontade da filosofia contemporânea, que tipicamente reconhece apenas duas posições principais disponíveis para aqueles que acham que os seres humanos têm livre-arbítrio e, pelo menos, às vezes, são responsáveis por suas ações. O primeiro é o **compatibilismo**, que supõe que o mundo pode ser causalmente determinado e ainda assim conter atos livres e os atos para os quais um agente é moralmente responsável. O segundo é o **libertarianismo**. Libertarianismo é normalmente tomado para incluir pelo menos estes dois pedidos:

(L1) um agente age com vontade livre, ou é moralmente responsável por um ato, somente se o ato não é causalmente determinado por qualquer coisa fora do agente;

E

(L2) um agente age com vontade livre, ou é moralmente responsável por um ato, apenas se ele poderia ter feito de outra forma.¹⁶⁶

Santo Agostinho afirma que o ser humano é responsável por sua vontade, por ter uma razão que o incita a buscar a boa vontade e, por isso mesmo, a vontade depende da nossa vontade. Para ele não existe uma instância acima da própria

¹⁶¹ STUMP, 2001, p. 126.

¹⁶² KANT, 1980, p. 123.

¹⁶³ AGOSTINHO, 2008, p. 55.

¹⁶⁴ AGOSTINHO, 2008, p. 56.

¹⁶⁵ AGOSTINHO, 2008, p. 56-57.

¹⁶⁶ STUMP, 2001, p. 124. Grifos nosso.

vontade. A nossa vontade é soberana e só depende da nossa própria vontade ou desejo para o agir. A boa vontade deve ser a aplicação das virtudes: prudência; força (explicada como uma disposição para desprezar todos os dissabores), temperança (reprime as paixões) e justiça (dar a cada um o que é seu).¹⁶⁷ Por isso, concluímos que só o ser humano pode seguir a representação das leis, sem ser obrigado a seguir uma lei pré-determinada na natureza. Isso o coloca como o único ente que, através da vontade, se proporciona um agir livre, um livre arbítrio devido ao uso da sua razão.

Na filosofia contemporânea quanto ao livre-arbítrio, chamada de liberdade da vontade, existe duas posições principais: Compatibilismo e o Libertarianismo.

Nesse caso, Kant ao afirmar que “[...] Só um ser racional tem a capacidade de agir segundo a representação das leis, isto é, segundo princípios,[...]”¹⁶⁸ coloca Santo Agostinho como um Compatibilista. Porém, Santo Agostinho, conforme ainda Eleonore Stump também considera (L2), ou seja, o agente poderia agir moralmente livre se ele poderia ter feito de outra maneira e, como já vimos, Santo Agostinho acredita que a educação proporciona uma boa vontade ao ser humano; portanto sempre há uma escolha para ser efetuada. E, a educação crítica racional proporciona ao ser humano a escolha correta.

Considerando que Agostinho ensina que a alma deve ser educada para aprender a verdade, considerando que Deus só age com a justiça devido à liberdade – ou livre-arbítrio – através da vontade do ser humano, podemos então concluir que Santo Agostinho acreditava que o ser humano agia com liberdade de escolha e, para saber qual o agir melhor – implicando que ele tem mais de uma direção para determinar o seu agir, a educação crítica o direcionava para que não houvesse erro de escolha. Nesse caso Santo Agostinho pode ser incluído como libertarianista.

Eleonore Stump nos proporciona uma complementação sobre essas duas formas de ver o livre arbítrio:

É possível afirmar que não pode haver ato livre, nenhum ato de que um agente é moralmente responsável, em um mundo que é completamente causalmente determinado, sem sustentar também que qualquer agente que

¹⁶⁷ AGOSTINHO, 2008, p. 57-58.

¹⁶⁸ KANT, 1980, p. 123.

faz um ato livre, ou moralmente responsável, poderia ter feito outra coisa do que ele fez.¹⁶⁹

Segundo a mesma autora é possível, também, uma outra forma de libertarianismo, que ela chama de “Libertarianismo modificado”, que é semelhante a “liberdade de espontaneidade, que é a liberdade que um agente tem quando ele age espontaneamente ou por conta própria”.¹⁷⁰

Santo Agostinho afirma que somos responsáveis pela nossa vontade, independente de existir a possibilidade de existirmos e vivermos em um mundo “causalmente determinado”. Essa realidade só teria validade para os entes não racionais, pois apenas seguem as leis. A boa vontade em Agostinho é fundamental porque só ela faz com que o ser humano deixe de apenas seguir *a lei mutável*¹⁷¹ das sociedades e, tenha acesso a uma lei imutável (a verdade), a fim de que assim sua vontade seja efetivamente “boa”, independente do tempo e do espaço. Conclusão lógica de Santo Agostinho, já que a liberdade vem de Deus para o ser humano, para que assim a “justiça” da lei eterna possa ser aplicada nos seres humanos de acordo com o agir pela vontade livre.¹⁷²

Essa capacidade de escolher e agir moralmente é de total responsabilidade do ser humano, independente de Deus (imutável, eterno, todo justiça, todo amor e verdade) ter criado e propiciado um livre-arbítrio no ser humano para, segundo Santo Agostinho, possibilitar em última instância a ação do juízo e diferenciar bons e maus. Seguindo esse raciocínio, Eleonore Stump cria um argumento baseado em um dispositivo, chamado de Willer¹⁷³, que ao ser colocado em um ser humano faz com que ele não tenha mais desejo de fumar. O problema é: “O fato de esse ser humano não fumar é uma decisão moral dele? Ele teria um outro agir sem depender

¹⁶⁹ STUMP, 2001, p. 125.

¹⁷⁰ STUMP, 2001, p. 126.

¹⁷¹ AGOSTINHO, 2008, p. 40.

¹⁷² AGOSTINHO, 2008, p. 41.

¹⁷³ STUMP, 2001, p. 127-128. Willer é uma máquina criada e interligada em um ser humano, Smith, que deseja deixar de fumar. Toda vez que ele quer fumar a máquina envia um comando e ele não fuma, mesmo que ele queira muito fumar. Esse aparelho opera sobre a vontade e o faz não fumar. Por uma questão de simplicidade, suponha também que o dispositivo é tal que Smith pode colocá-lo ou retirá-lo a qualquer hora que ele queira fazer isso. O dispositivo funciona com a vontade e com eficácia causal, mas apenas durante o tempo que está conectada ao Smith; e, em qualquer momento dado, cabe ao Smith ligar ou não o dispositivo também. Agora, a questão fundamental é: quando Smith se aproveita do dispositivo que ao atuar sobre ele não permita que ele fume, faz dessa ação um ato livre quando ele sente vontade de não fumar?

dessa máquina dispositivo? Caso haja um conflito entre desejo e volição qual a ação moral real do agente?

Se esse dispositivo, que por uma analogia, pode ser Deus em Santo Agostinho, dota o ser humano de uma boa vontade para que ele venha sempre fazer o que é certo, seria o próprio ser humano responsável pelas suas decisões morais, pelo seu agir, por sua vontade e pela sua boa vontade? Por isso, em Santo Agostinho, Deus não pode fazer com que a vontade esteja fora da vontade do próprio ser humano, que deve desejar e agir pela sua própria vontade. Deus não pode ser um dispositivo como o Willer no ser humano.

Em Santo Agostinho Deus cria o ser humano e o dota da capacidade de tomar a boa vontade e agir livremente, pois fomos criados conforme a sua imagem e semelhança, e, portanto, temos a liberdade de agir racionalmente. Caso haja um conflito entre o desejo e a volição é o homem que deve, através da educação racional e intelectual da alma, da razão e da intelectualidade, saber qual é a boa vontade para o agir moral.

Provavelmente o ser humano, em Agostinho, só poderia ter uma liberdade de espontaneidade quando ele estivesse no sétimo grau de contemplação da alma à verdade, ou seja, quando o ser humano estivesse em um estágio de “beatitude”¹⁷⁴: “Grandes almas e de insuperável santidade falaram nisso, quando julgaram oportuno. Cremos que também viram tudo isso, e continuam vendo eternamente”.¹⁷⁵ Uma alma tão elevada que contempla diretamente a suprema Verdade Eterna e a Causa de todas as coisas: Deus.

Ao educar a alma pela racionalidade, o ser humano está apenas permitindo que a sua alma tenha um maior controle sobre a sua própria vida: “chego aos campos e vastos palácios da memória”.¹⁷⁶ Quando a alma se educa criticamente coloca em ação o modo do conhecimento oriundo do intelecto. Aliás, para Santo Agostinho só há ciência ou conhecimento se houver ação intelectual, portanto,

¹⁷⁴ GILSON, Étienne. *Introdução ao estudo de santo Agostinho*. Tradução de Cristiane Negreiros A. Ayoub. 2 ed. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2010. p. 30. “Se Deus é, por excelência, o objeto de nossa beatitude, como alcançá-lo? Do ponto de vista da filosofia moderna, a prova da existência de Deus é uma das ambições mais altas da metafísica; nenhuma tarefa é mais difícil, a tal ponto que alguns a estimam como impossível. Para Santo Agostinho e para aqueles que mais tarde se inspirou em seu pensamento, provar a existência de Deus parece, ao contrário, uma tarefa tão fácil que basta empenhar-se nisso”.

¹⁷⁵ AGOSTINHO, 2005, p. 159.

¹⁷⁶ AGOSTINHO, 1992, p. 224.

quando a alma se permite lembrar, e a sede da memória é a alma, imprime nas faculdades racionais do homem o conhecimento inteligente e verdadeiro em Deus.

A alma tem sua realidade própria dotada de Razão e, por isso a nossa compreensão de que somos racionais, faz com que a memória se abra às verdades que se revelam mais uma vez no intelecto. O Espírito Santo nos ilumina para que essas verdades sejam mais rapidamente recordadas e proporcione que a verdade real, eterna, imutável que é Deus permaneça agindo como realidade.

Porém, em relação à alma e à vontade em Santo Agostinho, Eleonore nos dá um importante recorte sobre o próprio em *Retractationes*:

Como Agostinho lembra a seus leitores no *Retractationes*, afirma em *De libero arbitrio* que nada de bom há em uma pessoa humana, incluindo qualquer bondade na vontade, é um dom de Deus. Em sua opinião, no *libero arbitrio*, então, os seres humanos são incapazes de formar uma boa vontade, se Deus não produz nelas ou coopera na sua produção. No entanto, quando eles vão para o pecado, de acordo com Agostinho, eles são culpados. Ele, aparentemente, conclui que uma pessoa pode ser moralmente responsável por um ato de vontade pecaminoso, mesmo quando não era possível para que ela não tivesse vontade de pecar. Parece, então, que para Agostinho no *De libero arbitrio* não é requisito para a responsabilidade moral que um agente tem a capacidade de fazer o contrário. Eu tenho colocado essa conclusão de uma forma cuidadosa (velada), porque algumas razões surgirão para reconsiderá-la, mas mesmo com essa reconsideração, tanto assim continua a ser verdade: para Agostinho, uma pessoa que está sem a ajuda da graça não pode fazer o contrário do que o pecado, e ainda assim ela é moralmente responsável pelo pecado que ela faz.¹⁷⁷

Conforme Eleonore Stump o fato de Santo Agostinho se posicionar frontalmente em desacordo com os seus primeiros escritos, como no caso do “*De libero arbitrio*”, deve ser visto como um crescimento e desenvolvimento em seus escritos. Porém, suas correções foram de âmbitos da fé e não filosóficos. Por isso ela não concorda com a suposição de muitos filósofos de que Santo Agostinho repudiou seus escritos posteriormente.¹⁷⁸ Para ela a vontade em Santo Agostinho é classificada como:

Finalmente, a insistência de Agostinho de que uma vontade determinada por natureza ou necessidade causal não é uma vontade livre (na verdade, não é uma vontade em tudo, propriamente falando), e certas outras coisas que ele diz sobre a natureza da vontade, sugerem fortemente que ele aceita a condição de (L3). Assim, por exemplo, diz ele, "Há duas fontes de pecados, um do nosso próprio pensamento e um da persuasão de alguém..."

¹⁷⁷ STUMP, 2001, p. 132.

¹⁷⁸ STUMP, 2001, p. 131.

e cada uma é voluntária. Pois, assim como não há um pecado contragosto por seu próprio pensamento, então quando ele consente alguém convencê-lo para o mal, ele consente apenas por [sua própria] vontade.¹⁷⁹

Em outros lugares, quando Agostinho está tentando explicar por que a pós-queda nos seres humanos e não a boa vontade, a sua explicação é expressa em termos de inteligência e vontade, como bem. Os seres humanos pós-queda são incapazes de fazer o que é bom, diz ele, quer porque são ignorantes do que o bem está em um determinado caso ou porque, apesar de eles verem o bom e quer ter uma vontade que deseja, eles acham que é muito difícil fazer. Principal explicação³² de Agostinho para o mal culposo que a pós-queda no ser humano, que é ao mesmo tempo a sua ignorância e sua dificuldade em governar o seu próprio querer (ou seja, na tomada de volições de primeira ordem em conformidade com bom desejos de segunda ordem). Aqui, também, em seguida, o intelecto e a vontade são escolhidos como as causas finais dos atos para os quais os agentes são moralmente responsáveis.¹⁷⁹

Até esse ponto podemos verificar que Santo Agostinho é um libertário, mesmo que em suas obras posteriores ele tenha modificado algumas das suas posições, especialmente na questão do ser humano pós-queda, mas é importante salientar que em “*De libero arbitrio*” Santo Agostinho se posiciona como um libertário, às vezes como um libertário modificado – como foi explicado antes, isso é possível acontecer quando a alma está tão educada que vive em visão direta com a verdade eterna: Deus. Com o advento do pecado a alma do ser humano não consegue governar o seu corpo através da sua boa vontade, mas como permitem as leis universais. Por isso, só uma educação e a graça para possibilitar à alma do ser humano um ascender tal que possa voltar a relembrar a verdade eterna e imutável.¹⁸⁰

2.2 A alma e o pecado

Distinguimos também, com clareza suficiente, as duas espécies de realidades, umas eternas e outras temporais. E as duas classes de homens, uns seguindo e amando as coisas eternas e outros, as coisas temporais. Estabelecemos ainda que é próprio da vontade escolher o que cada um pode optar e abraçar. E nada, a não ser a vontade, poderá destronar a alma das alturas de onde domina, e afastá-la do caminho reto.¹⁸¹

“E assim, pergunto-te: Existe em nós alguma vontade?”¹⁸² Para Santo Agostinho a vontade depende da nossa vontade, ou melhor da “boa vontade”, se os seres humanos tiverem prudência, força, temperança e justiça e agirem por uma

¹⁷⁹ STUMP, 2001, p. 133.

¹⁸⁰ AGOSTINHO, 2008, p. 188.

¹⁸¹ AGOSTINHO, 2008, p. 67.

¹⁸² AGOSTINHO, 2008, p. 55.

alma educada pelo intelecto. Porém, o grande questionamento de Evódio é: Como é possível que a vontade seja um dom de Deus se o ser humano tende a ter a sua vontade inclinada a afastar-se do Bem universal e imutável? De onde provém essa inclinação, ou como Santo Agostinho chama: “movimento”.

Como resposta inicial para a questão da vontade livre em nós, ele parte da premissa: “[...] nada pode sujeitar o espírito à paixão, a não ser a própria vontade”¹⁸³, e conclui que seja voluntário e não natural o movimento da vontade de se afastar de Deus e se aproximar das criaturas, para usufruir delas. É o ente alma que deseja e age voluntariamente afastando-se das verdades eternas e se aproximando das sensíveis (*dóxa*). Natural porque a alma ao não ser educada intelectivamente, tende a não usar o racional para transformar as informações, provenientes dos sentidos, em conhecimento (*ciência*). Em todo caso é uma decisão pessoal. Não existe nenhuma criatura superior ou inferior que o obrigue a tomar tais decisões e, portanto, necessariamente ele é o responsável pelas suas decisões livres. Por isso, Evódio contristado fala a Santo Agostinho:

Ora, não encontro, realmente, o que chamaríamos de meu, a não ser a vontade, pela qual quero e não quero. E já que por seu intermédio eu cometo o mal, a quem atribuir a não ser a mim mesmo?¹⁸⁴

Parece contraditório para Evódio que o livre arbítrio, um direito do ser humano agir livre, possa ser a condição que o leva ao pecado. Vejamos a dúvida de Evódio:

Se possível, explica-me agora a razão pela qual Deus concedeu ao homem o livre-arbítrio da vontade, já que, caso não o houvesse recebido, o homem certamente não teria podido pecar.¹⁸⁵

Esse questionamento será trabalhado através de argumentos que mostram que só o livre arbítrio permite ao ser humano ser responsável pelos seus atos diante de Deus, porque o “dom do livre-arbítrio” foi concedido por Deus para que

¹⁸³ AGOSTINHO, 2008, p. 149-150. Santo Agostinho utiliza o mesmo argumento de Aristóteles do lugar natural, ou seja, a pedra tende para o chão e o ar para cima. A diferença é que a alma pode não querer descer ou subir, ela pode deter por vontade o movimento natural. Para que a alma queira aproximar-se do que é eterno é necessário que ela seja educada para ter a boa vontade.

¹⁸⁴ AGOSTINHO, 2008, p. 150.

¹⁸⁵ AGOSTINHO, 2008, p. 73.

tivéssemos responsabilidade pelo agir da vontade¹⁸⁶, quer dizer: pelo agir da “boa vontade”. O argumento usado por Santo Agostinho, através de Evódio para provar que o livre-arbítrio é um dom de Deus, ou seja um bem para nosso uso é:

Tudo o que é bom procede de Deus. E tudo o que é justo é bom. Ora, existe algo mais justo do que o castigo advir aos pecadores, e a recompensa aos que procedem bem? Donde a conclusão: é Deus que atribui o infortúnio aos pecadores e a felicidade aos que praticam o bem.¹⁸⁷

Através desses argumentos Santo Agostinho conclui que o livre-arbítrio, quando usado sem a boa vontade é, agir moralmente fora do “*telos*” de Deus para o ser humano, por isso Deus traz o juízo, porque, segundo Santo Agostinho, está afirmando: “Eu te castigo porque não usaste de tua vontade livre para aquilo a que eu a concedi a ti?”.¹⁸⁸ O agir da vontade, através do livre-arbítrio, possibilita que o ser humano tenha uma escolha de pecar ou não pecar, pois só há pecado se existir escolha, só há pecado se o ser humano agir livremente. Conclusão: Sem o livre-arbítrio não existiria a justiça de Deus no ser humano.

Se a boa vontade tem origem em Deus, então, por que o ser humano se volta para o mal, para o pecado? Parece-nos uma contradição. Para contemplar essa questão Santo Agostinho necessita em primeiro lugar provar a existência de Deus, partindo da premissa: “existimos” com certeza, mediante três realidades: existir, viver e entender.¹⁸⁹

Para Santo Agostinho há uma verdade evidente que prova a nossa existência, derivada do argumento: “*a capacidade de entender*”.¹⁹⁰ Isso nos faz lembrar: “Penso, logo existo” de Descartes. É esse o argumento principal para Agostinho provar a existência de Deus, já que a razão humana está acima de toda realidade conhecida. Acima da Razão só a existência de Deus.

É aqui que Santo Agostinho nos surpreende com o argumento da individualidade, da diferença entre eu e o outro, através da compreensão dos sentidos e da razão individual dos seres humanos, que contemplam uma mesma

¹⁸⁶ AGOSTINHO, 2008, p. 73.

¹⁸⁷ AGOSTINHO, 2008, p. 74.

¹⁸⁸ AGOSTINHO, 2008, p. 75.

¹⁸⁹ AGOSTINHO, 2008, p. 81. Exemplo dessas três realidades, demonstrando a existência da pedra (que não se percebe enquanto pedra), a vida do animal (que não entende que vive) e o ente racional que compreende que existe e que vive pela via do entendimento.

¹⁹⁰ AGOSTINHO, 2008, p. 81.

realidade que está posta para todos. Vejamos o que Santo Agostinho escreve sobre o “eu” privativo:

Portanto, é preciso entender como sendo coisa própria e de ordem privada o que pertence a cada um de nós em particular, e assim somente cada um percebe em si mesmo, como pertencente propriamente à sua natureza. E, por sua vez, é preciso entender como coisa comum e de ordem pública o que, sem nenhuma alteração nem mudança, é percebido por todos.¹⁹¹

É com essa percepção de individualidade e, da busca de todos pela felicidade – o sumo Bem – que Santo Agostinho discorre que é através dessa busca da felicidade que acertamos e nos dirigimos à Verdade Suprema e Imutável, que se dá através do conhecimento contemplativo, até atingir o Sumo Bem, onde cada ente se torna feliz. Quando erramos o caminho da sabedoria e nos desviamos da verdade, ou seja, quando desejamos o que não devíamos, ficamos cada vez mais presos ao ilusório e material e, quanto mais erramos menos sábios ficamos. Santo Agostinho acredita que a busca da felicidade já está impressa em nossa alma antes de atingirmos a felicidade:

Desse modo, assim como antes de sermos felizes possuímos impressa em nossa mente a noção da felicidade, visto ser por ela, com efeito, que sabemos com firmeza, sem nenhuma hesitação afirmamos que queremos ser felizes. Assim também, antes de sermos sábios, nós temos impressa em nossa mente a noção da sabedoria. Em virtude da qual cada um de nós, ao ser questionado se quer ser sábio, responde sem sombra de hesitação que o quer.¹⁹²

A busca pela sabedoria tem a finalidade de alcançar a felicidade, e é por isso que a alma é ensinada a aprender pela razão, e não pelas sensações. É necessário que ela vá lentamente se distanciando dos apegos às coisas materiais, e se dirija para o conhecimento eterno, ao relembrar as coisas que Deus colocou nelas como inata. Nesse progresso a alma vai aprendendo a potencializar o agir moral dos seres humanos.

Mas, o problema que aflige Evódio continua a suscitar uma resposta de Santo Agostinho: Com esse agir em direção a Deus, por que então os seres humanos pecam? Será que a alma não pode impedir esse ser de pecar? Como é possível que Deus na sua presciência tenha permitido ao ser humano o livre-arbítrio

¹⁹¹ AGOSTINHO, 2008, p. 99. Agostinho coloca como o entender comum, sem modificação e percebido por todos o ar, a luz, o som e os corpos que tocamos: saber *dóxa*.

¹⁹² AGOSTINHO, 2008, p. 107.

e, que esse ao utilizar-se do livre arbítrio peque e afaste-se das verdades eternas e imutáveis:

Além do que, depois de Deus ter manifestado toda a sua bondade criando-o, manifestou a sua justiça, punindo o pecado, e ainda sua grande misericórdia, salvando-o. Desse modo, não digo que ele não devia ter criado o homem, mas, já que previra seu pecado como futuro, afirmo que isso devia inevitavelmente realizar-se. Como, pois, pode existir uma vontade livre onde é evidente uma necessidade tão inevitável?¹⁹³

Santo Agostinho responde a Evódio que embora Deus tenha a presciência e saiba exatamente o que nós escolheremos, mesmo para as ações futuras, o nosso agir é baseado em decisões pessoais e livres, pois agimos porque queremos na nossa vontade. Por isso, conclui Santo Agostinho: “*Logo, essa presciência não me tira o poder. Poder que me pertencerá tanto mais seguramente, quanto mais a presciência daquele que não pode se enganar previu que me pertenceria.*”¹⁹⁴

Santo Agostinho acreditava que Deus ao ter a presciência (poder de prever todos os atos do futuro) nos possibilitou por sermos a sua imagem e semelhança, atos de total liberdade, livre-arbítrio, pois “nós queremos livremente aquilo que queremos”.¹⁹⁵ Uma coisa é Deus saber de todos os atos do futuro e outra é Deus pré-determinar os atos do futuro. Conforme o próprio Santo Agostinho: “Deus, sem forçar ninguém a pecar, prevê, contudo, os que hão de pecar por própria vontade”.¹⁹⁶

O que Deus vê são os atos livre antes que ocorram. E, porque Deus não força ninguém ao pecado, apenas prevê, pode agir com a sua justiça punindo os pecadores e agraciando os bondosos. Deus se alegra quando uma criatura criada com a possibilidade de pecar não o faz por livre vontade, pelo seu próprio desejo, pelo seu livre agir. Santo Agostinho conclama que: “[...] assim uma criatura que peca por sua vontade livre é melhor do que aquela outra que é incapaz de pecar por carecer dessa mesma vontade livre”.¹⁹⁷

Para solucionar esse problema, Santo Agostinho, esclarece a Evódio que Deus não pode ser o autor do mal, já que Deus é a justiça e o bem em si mesmo,

¹⁹³ AGOSTINHO, 2008, p. 153.

¹⁹⁴ AGOSTINHO, 2008, p. 159.

¹⁹⁵ AGOSTINHO, 2008, p. 158.

¹⁹⁶ AGOSTINHO, 2008, p. 160.

¹⁹⁷ AGOSTINHO, 2008, p. 166.

portanto, não poderia contradizer-se se tornando o autor do mal¹⁹⁸. Na realidade todo ser humano é um autor do mal moral, quando comete um pecado, e é por isso que para Santo Agostinho existem vários autores do mal¹⁹⁹, ou seja, cada ser humano que peca torna-se um autor do mal recebendo, portanto, a ação da justiça de Deus, que pune os maus e agracia os bons. Ao afirmar que Deus pune os autores do pecado, Agostinho declara que só existe punição porque o agir, ou vontade livre, deliberadamente é uma vontade de pecar pessoal.

A alma existe para que o ser humano possa usufruir da inteligência²⁰⁰, pois toda a inteligência é boa. E, os seres humanos procedem pelo pecado porque não acreditam em Deus. Quando o ser humano acredita em Deus, ele entende a verdade Universal e Eterna, pois ele foi iluminado por Cristo Jesus.

Conhecer a verdade é sujeitar-se às leis imutáveis de Deus. Sujeitar-se às leis imutáveis de Deus é sujeitar as paixões desenfreadas que tentam dominar a razão. O ser racional peca porque se deixou “dominar” pelas paixões vãs e más. Porém, para Santo Agostinho, uma alma pecadora é maior do que todo o ser corporal:

Assim, pois, qualquer alma vale mais do que todo ser corporal, e nenhuma alma pecadora, seja qual for a profundidade de sua queda, por mudança alguma, torna-se jamais um corpo. Nem se pode retirar-lhe nada da perfeição que faz dela uma alma. Portanto, ela conservará sempre sua superioridade sobre o corpo.²⁰¹

Santo Agostinho usa o termo Concupiscência, para exemplificar o que sejam as paixões desenfreadas que levam o ser humano a pecar. Então, todo desejo exacerbado que tire o racional do ser humano o leva a pecar. A Razão é o único caminho para manter o controle sobre as paixões. O uso da racionalidade faz com que o ser humano se desapegue das paixões, das concupiscências, proporcionando a esse ente humano afastar-se do que é aparente e mutável.

O conhecimento das “leis eternas”, através da graça, faz com que o ser humano se posicione concernente às leis temporais. A ação da “vontade” gerenciada pelo livre arbítrio potencializa o homem a agir pela virtude na justiça para

¹⁹⁸ AGOSTINHO, 2008, p. 25.

¹⁹⁹ AGOSTINHO, 2008, p. 26.

²⁰⁰ AGOSTINHO, 2008, p. 27.

²⁰¹ AGOSTINHO, 2008, p. 167.

que as coisas permaneçam perfeitamente ordenadas²⁰², pois essa é a vontade de Deus.

É pela razão que nos distinguimos dos animais irracionais. A razão encontra-se no espírito, alma. E, como o ser humano está destinado ao conhecimento das verdades eternas, a alma precisa estar dominada pela razão, para que a mente e o espírito dominem os movimentos irracionais da alma. Quando ele domina os movimentos irracionais da alma torna-se um sábio, que contempla a verdade e se afasta do mal e do pecado das concupiscências da carne.

Quando a alma atinge o estágio da racionalidade, ou do estar sob controle da razão, o livre arbítrio entra em ação no agir e na vontade desse ser racional, para que ele domine o pecado em suas paixões. E por termos vontade própria, precisamos agir da melhor maneira possível, ou seja, um agir moral.

Aprender a dominar a vontade é aprender a não pecar. O ente alma deve agir com prudência, força, temperança e justiça nas suas ações e vontades. O ente alma ao contemplar as boas aventuras voluntariamente se alegra e se permite cada vez mais afastar-se dos apegos materiais, pois aprecia o amor imutável e eterno. Ele torna-se um amigo das coisas eternas.

Concernente aos seres humanos Santo Agostinho os classifica em duas espécies: os amigos das coisas eternas e os amigos das coisas temporais. A educação racional permite ao ente alma conduzir o ser humano à felicidade, ao contemplar a verdade eterna, as leis imutáveis.²⁰³

O amigo das coisas eternas tem um desapego dos bens materiais, especialmente do conhecimento derivado dos sentidos e, por isso, faz uso do saber intelectual de modo ordenado, justo e correto.

O sentido do uso das coisas e o seu apego ou desapego é o que faz com que haja bondade ou maldade nas suas ações, desejos e vontades. Por outro lado, o ente alma ao pecar afasta-se deliberadamente, ou seja, por vontade própria das verdades eternas por desejar as coisas mutáveis.

É bem como dizes e eu concordo em que todos os pecados encontram-se nessa única categoria, a saber: cada um ao pecar, afasta-se das coisas

²⁰² AGOSTINHO, 2008, p. 41.

²⁰³ AGOSTINHO, 2008, p. 64.

divinas e realmente duráveis para se apegar às coisas mutáveis e incertas, ainda que estas se encontrem perfeitamente dispostas, cada uma em sua ordem, e realizem a beleza que lhes corresponde.²⁰⁴

Portanto, o pecado tem a sua origem moralmente no livre-arbítrio de nossa vontade. Ou seja, o pecado se origina no próprio ser humano, quando o seu ente alma não é educado nas verdades eternas e, portanto, não tem a vontade e o livre agir sob a tutela da razão. Esse desvio educacional faz com que o ente alma se afaste de Deus e se prenda às coisas sensíveis. Por isso é que Santo Agostinho escreve que não podemos atribuir a Deus a causa do nosso pecado:

Nessas condições, as pessoas afastam-se muito da verdade, ao supor que têm direito de atribuir ao Criador os pecados das criaturas, dizendo que aquilo que Deus previu como futuro deva acontecer necessariamente. [...] ao contrário, que tudo se realiza de tal forma que sempre fica intacta a vontade livre do pecador.²⁰⁵

Como o ente alma é a substância que mais se aproxima de Deus, e é superior ao seu corpo, tenderá se corretamente educado a lembrar as verdades não perenes, mas se não educado processa-se uma deficiência e produz uma ausência de bem, que permite a este ente racional pecar.

A ordem do universo, através da ordem hierárquica das criaturas, da mais elevada a menos elevada, que se distanciam através de graus excelentemente proporcionados que, uma outra realidade tão bem ordenada só seria possível no âmbito da inveja: “só a inveja poderia levar a dizer: *“Esta realidade não deveria existir assim”*.”²⁰⁶ E, por isso, a justiça de Deus, para manter a ordem do universo punindo o pecado:

O pecado voluntário leva a um estado acidental de desordem vergonhosa, ao qual se segue o estado penal, precisamente para o colocar no lugar que lhe corresponde, para não haver uma desordem universal. Força o castigo a harmonizar-se o pecado com a ordem do universo. Assim, a pena do pecado vem a reparar a ignomínia do mesmo.²⁰⁷

Para o equilíbrio do universo toda criatura justa ou pecadora contribui. O mal é apenas ausência ou privação do bem e, como toda substância é ou procede de Deus, conclui-se que não existe substância do mal, mas a substância pode tornar-se

²⁰⁴ AGOSTINHO, 2008, p. 68.

²⁰⁵ AGOSTINHO, 2008, p. 169.

²⁰⁶ AGOSTINHO, 2008, p. 177.

²⁰⁷ AGOSTINHO, 2008, p. 180.

menos boa, ou seja uma substância corruptível e, portanto, perde a sua perfeição e se torna menos boa. Por outro lado, se essa substância tornar-se privada totalmente do bem tornar-se-á uma substância tão corrompida que não poderá mais ser corrompida e, assim, tornar-se-á uma substância incorruptível, o que é uma contradição lógica. Por isso, para Santo Agostinho: “[...] toda substância é Deus ou procede de Deus, e assim o que é bom é Deus ou procede de Deus”.²⁰⁸

Para que a ordem do universo (a beleza do universo) não seja alterada, através do pecado, é necessária uma reparação através da justiça de Deus. Em Santo Agostinho o pecado é: “*Enfim, só há culpa no caso de um ser recusar-se a ser o que tinha o poder de ser, se o quisesse. E porque aí se trata de recusar um bem que lhe foi dado, a alma se torna culpada*”.²⁰⁹ Então, conforme o próprio Santo Agostinho, cada alma é responsável pelo que recebeu, não foi criada com uma inclinação ao pecado.

A alma só peca pelo agir voluntário. Com esse pensamento Santo Agostinho escreve: “Efetivamente o pecado não consiste em suportar alguma coisa injustamente, mas sim em praticar algo injustamente”.²¹⁰ Por isso ele conclui que ninguém é forçado a pecar, por si mesmo nem pelo outro, o ser humano peca pelo seu livre-arbítrio. É pecador todo ser humano que se afasta deliberadamente, pela sua livre vontade, de Deus. E porque não há nenhuma outra instância, ou força, que esteja imperando na vontade do agir, a não ser a própria vontade do indivíduo, compreende-se que sem o livre-arbítrio não há pecado.

Para Santo Agostinho: “A raiz de todos os males é a cobiça”.²¹¹ A cobiça nas suas próprias palavras é um desejo imoderado, ou seja, o desejar além do que é suficiente para si mesmo, uma “vontade desregrada”²¹² por estar em desarmonia com a natureza. Ele faz uma demonstração sobre a condição necessária do livre-arbítrio no ser humano, condição *sine qua non*, para que o ato de pecar seja uma ação deliberada do próprio sujeito, daí ele conclui que não pode existir uma ação – de qualquer natureza – que estivesse acima da vontade livre do agir do ser humano. Vejamos nas palavras de Santo Agostinho:

²⁰⁸ AGOSTINHO, 2008, p. 192.

²⁰⁹ AGOSTINHO, 2008, p. 201.

²¹⁰ AGOSTINHO, 2008, p. 203.

²¹¹ AGOSTINHO, 2008, p. 206.

²¹² AGOSTINHO, 2008, p. 206.

[...] qualquer seja a causa que move a vontade, se acontecer lhe ser impossível resistir, e vier a cair sob a violência, não haverá pecado. Mas caso possa resistir que não ceda, e então certamente não haverá pecado. [...]. Quem poderia ser culpado num ato inevitável?²¹³

Logo, por conclusão lógica para Santo Agostinho não existe a mínima possibilidade da existência do pecado sem a responsabilidade direta do agir livre do ser humano, porque não existe uma causa que possa estar acima da própria vontade do agir pessoal. Os seres humanos pecadores têm na ignorância e na dificuldade as duas penalidades para o seu pecado, porque da ignorância procede ao erro, e o tormento que aflige o ente alma é devido à dificuldade. É lógico que essas penalidades só foram deliberadas pela justiça de Deus em decorrência de o ser humano não ter procedido pela boa vontade com a qual foi criado, mas procedem dos seus pecados.²¹⁴

*“Mas quando falamos da vontade livre para agir bem, evidentemente falamos daquela vontade com a qual o homem foi criado”.*²¹⁵ Um agir bem, ou agir livre, na concepção de Santo Agostinho é o uso deliberado da vontade perfeita, inserida no ente alma do ser humano no momento da sua criação. Uma vontade que consegue discernir o certo do errado; consegue identificar a verdade tal qual ela é. Uma vontade criada que não pode ser enganada.

É o retorno a essa vontade que Santo Agostinho trabalha no “De Libero Arbitrio”. Um retorno para a verdadeira vontade, uma verdadeira liberdade de agir, já que as consequências dos seus atos livres seriam sempre de acordo com a suprema vontade do Deus Criador. Então, através do cuidadoso método dialógico agostiniano, o ente alma tem a oportunidade de ter acesso à verdade eterna.

A questão de Deus não ser a origem do mal é fundamental em Santo Agostinho. Através do sistema dialógico os argumentos filosóficos vão sendo alimentados de tal maneira, que a conclusão lógica e clara é: Como Deus pode ser a origem do mal se Ele é todo bom? Tudo o que Deus criou é perfeito e todo bem procede de Deus. O mal tem a sua origem nas deficiências (falta) do livre-arbítrio, aplicado através da vontade no agir da alma que não foi devidamente educada. Vejamos o que afirma Santo Agostinho:

²¹³ AGOSTINHO, 2008, p. 208.

²¹⁴ AGOSTINHO, 2008, p. 210.

²¹⁵ AGOSTINHO, 2008, p. 210.

Ora, todo bem procede de Deus. Não há, de fato, realidade alguma que não proceda de Deus. Considera, agora, de onde pode proceder aquele movimento de aversão que nós reconhecemos constituir o pecado – sendo ele movimento defeituoso, e todo defeito vindo do não-ser, não duvides de afirmar, sem hesitação, que ele não procede de Deus.²¹⁶

Se o pecado tivesse tido origem em Deus, conforme Santo Agostinho, não haveria realidades, já que toda realidade é criação de Deus²¹⁷, porque toda realidade é perfeita em si mesma. Uma imperfeição sendo criada por Deus faria com que não existissem verdades eternas, posto que Deus suscite melhoras no que cria.

A simples intenção de existir alguma coisa não perfeita oriunda de Deus, faria com Deus não fosse Deus, perfeito, eterno, imutável. Compreende-se então que o pecado tem a sua origem no ser humano e, não em Deus e, tem duas fontes: “uma, o pensamento espontâneo; outra, a persuasão de outrem”.²¹⁸

Explicar a fé por meio de argumentos filosóficos proporcionou a Santo Agostinho o aprimoramento do seu sistema *circuitum nostrum*. Os avanços e recuos para se chegar a um conceito claro e distinto, só foi possível graças ao mover dialógico entre mestre e discípulo.

Para explicar a questão dos pecados através das nossas ações, Santo Agostinho lança mão da explicação entre o pecado original e os nossos próprios pecados. Qual a responsabilidade que os filhos e/ou descendentes têm em decorrência dos pecados dos pais, ou especificadamente qual a consequência do pecado de Adão e Eva para a posterior humanidade?

Ao lançar mão do primeiro argumento retórico, aplicado pelos seres humanos para se eximirem dos seus erros: “lançarem sobre outrem as responsabilidades dos seus pecados”.²¹⁹ Por pecado, Santo Agostinho declara que são:

As más ações que cometemos por ignorância e as boas que não conseguimos praticar, apesar da boa vontade, denominam-se pecados, visto tirarem sua origem daquele pecado cometido por livre vontade.²²⁰

²¹⁶ AGOSTINHO, 2008, p. 143.

²¹⁷ AGOSTINHO, 2008, p. 142.

²¹⁸ AGOSTINHO, 2008, p. 183.

²¹⁹ AGOSTINHO, 2008, p. 210.

²²⁰ AGOSTINHO, 2008, p. 211-212.

Nessa compreensão, Deus - O Criador – capacitou o ser humano para vencer as dificuldades para o “agir bem”, já que o ente alma ao ser criado é superior a qualquer corpo mais perfeito que possa existir na face da terra. Portanto, o castigo advindo para corrigir e ensinar vem através da misericórdia de Deus, e deliberadamente no cumprimento da sua justiça, com o intuito de nos tornarmos melhores do que somos e adentrarmos na verdade eterna.

Paralelo a essa compreensão do que seja pecado e a justiça corretiva de Deus, Santo Agostinho discorre sobre as quatro teorias, concernentes à origem do ente alma: 1) Todas as almas provêm de uma só, transmitida por geração; 2) Em cada nascimento uma nova alma é criada; 3) As almas são criadas em um lugar e enviadas por Deus para os corpos dos seres humanos que nascem e 4) As almas vêm de um lugar para os corpos dos seres humanos por sua própria vontade. O objetivo de enunciar essas 4 teorias, que ele deixa bem claro que ainda não tem uma definição das autoridades eclesiásticas católicas, é adiantar que independente da origem das almas o erro pessoal proveniente do ser humano não pode ser transferido para Deus, o Criador das almas.

Explicar uma crença por meio de fé era o meio usual para chegar-se à verdade eterna e, esse meio é-nos dado através das coisas temporais, de tal maneira adaptada às nossas fraquezas, que mesmo que algumas realidades nos escapem aos sentidos, Deus nos aperfeiçoa no nosso correto uso da boa vontade através do perfeito ordenamento dos tempos. Santo Agostinho abre mão desse modelo e utiliza-se dos argumentos filosóficos para explicar que os pecados são erros, devido ao não uso da boa vontade. O sistema agostiniano proporcionou explicar que a criação do mal moral foi proveniente da própria vontade livre do ser humano, e conseqüentemente ele não pode transferir as responsabilidades dos seus atos livres para Deus ou qualquer outro ser.

O uso da vontade livre faz com que o castigo recebido pelos seus erros seja uma prova da justiça, da misericórdia e do amor incondicional de Deus para “ensinar” aos que tem fé o conhecimento da verdade imutável. Nas palavras de Santo Agostinho, os castigos aplicados não atingem a integridade de Deus porque:

[...] as almas estão sujeitas a um castigo merecido por seus próprios pecados, sem que seja atingida em nada a integridade, a justiça e a irreduzível firmeza e imutabilidade do Criador, em sua natureza e majestade.

Porque os pecados, como já expusemos longamente, não devem ser atribuídos senão à própria vontade.²²¹

2.3. O problema do mal e o livre-arbítrio na alma

Logo, só me resta concluir: [...]. Portanto, não há nenhuma outra realidade que torne a mente cúmplice da paixão a não ser a própria vontade e o livre arbítrio.²²²

O livro “De libero arbítrio” foi iniciado em 388 em Roma e só pode ser concluído entre 394 e 395 em Hipona, quando Santo Agostinho era presbítero. É um livro em forma de diálogo, tendo Evódio, seu amigo, como interlocutor e discípulo. A partir do Livro II, 5, 12 até o II, 12, 46 Evódio só aparece uma única vez porque ele não acompanhou Santo Agostinho até Hipona. O tema central do livro é a liberdade do ser humano e a Origem do mal moral. Tendo como base os escritos do neoplatônico Plotino, porém discorda dele quanto ao problema da matéria ser essencialmente má e, portanto responsável pelo mal. E, por isso, através de argumentos filosóficos tenta explicar a fonte do mal moral – “o pecado”. Um livro para ser uma resposta contra os maniqueus.²²³

O maniqueísmo foi uma seita cristã que rejeitava o Antigo Testamento e foi fundada pelo profeta persa Mani no século III. Mani ensinava que teve uma revelação direta da natureza de Deus e do universo e, por isso, teve uma grande influência nos gnósticos em todo o Império Romano, especialmente no meio católico. Com o ensino de que Deus falava diretamente à alma pela Sagrada Escritura, proporcionando uma iluminação tal que o iluminado podia ver Deus diretamente, pois a alma além de espiritual é também divina. Os maniqueus ensinavam que a alma era um ente de matéria cósmica pura, perfeita, boa, verdadeira parte da substância divina, presa em um corpo mau e, por isso ele se viu tão atraído por essa seita gnóstica.

Santo Agostinho se desilude com os ensinamentos maniqueístas quando, após esperar longos nove (9) anos, conhece o líder maior da seita chamado Fausto. Depois de aguardar ansiosamente durante esses nove anos, ao surgir a oportunidade do encontro nasce uma profunda desilusão. Ele, após o contato com Fausto, percebe que era bem mais educado que o líder daquela seita. Santo

²²¹ AGOSTINHO, 2008, p. 224.

²²² AGOSTINHO, 2008, p. 52.

²²³ AGOSTINHO, 2008, p. 11-15.

Agostinho afirma que, chegou ao ponto, de sugerir-lhe um roteiro de leitura para se preparar para conversar com os homens intelectuais da região. Nove anos aguardando para resolver o problema que tanto lhe afligia: “O problema do mal”, e apenas a desilusão encheu a sua alma. Como não obteve a solução para esse problema, Santo Agostinho resolve afastar-se desse grupo.²²⁴

O livro “De libero arbítrio”, livre-arbítrio, tem como pano introdutório um questionamento de Evódio ao autor: “Peço-te que me digas, será Deus o autor do mal?”²²⁵

Para proporcionar uma resposta a esse questionamento teológico, Santo Agostinho inicia o seu *circuitum nostrum* evocando o argumento de fé e teológico do atributo da Pura Bondade de Deus. Esse primeiro argumento, como resposta sintetizada a Evódio, terá como conclusão: “Deus não pode praticar o mal”²²⁶ e, é justamente por isso que Deus não pode ser o autor do mal.

Seguindo o crescente passo do acesso ao conhecimento, o *circuitum nostrum* possibilitará que argumentos filosóficos, e não de fé esclareçam a Evódio quem é o autor, ou autores do mal.

Por isso, Santo Agostinho evoca um segundo atributo de Deus: “A Justiça”, para afirmar que é por isso que Deus recompensa os bons e castiga os maus.²²⁷ Esses dois argumentos servirão como uma introdução durante todo o desenvolvimento da questão e, estarão sempre presentes à resposta sobre o problema do mal e a sua solução: o livre arbítrio. E é por isso que Santo Agostinho afirma a Evódio que não existe apenas um autor do mal moral. Cada ser humano que comete o mal é um autor do mal na face da terra, porque age “de modo voluntário”.²²⁸ E, porque o homem age com sua liberdade, através da sua vontade, é o responsável pelo seu ato moral, pois é fruto do seu modo voluntário de agir.

²²⁴ EVANS, G. R. *Agostinho: Sobre o mal*. Tradução João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1995. p. 28-35.

²²⁵ AGOSTINHO, 2008, p. 25.

²²⁶ AGOSTINHO, 2008, p. 25.

²²⁷ AGOSTINHO, 2008, p. 25.

²²⁸ AGOSTINHO, 2008, p. 26.

O problema do mal acompanha Santo Agostinho durante muito tempo de sua vida, por isso em Confissões ele relata a pequena história do seu furto, quando era apenas um jovem de dezessete²²⁹ anos:

Havia próximo da nossa vinha, uma pereira carregada de frutos nada sedutores nem pela beleza nem pelo sabor. Alta noite, pois tínhamos o perverso costume de prolongar nas eiras os jogos até essas horas, eu com alguns jovens malvados fomos sacudi-la para lhe roubarmos os frutos. Tiramos grande quantidade, não para nos banquetearmos, se bem que tenhamos provado alguns, mas para lançarmos aos porcos. Portanto, todo o nosso prazer consistia em praticarmos o que nos agradava, pelo fato do roubo ser ilícito.²³⁰

Um furto pelo prazer do furto, por isso ele afirma que os lançou fora, o seu prazer, ou melhor, ele usa a palavra “banqueteando-me”²³¹ só na maldade que lhe enchera de alegria. Na verdade ele afirma que se os frutos tiveram algum sabor em seus lábios foi o pecado que lhes deu sabor e, o riso me enchia o rosto “provocado pelo gosto de enganar”²³² os que achavam que não poderiam ser roubados. Sobre a inquietação de Santo Agostinho a respeito do mal, desde a sua tenra idade, Marcos Roberto N. Costa nos afirma que:

Agostinho deparou-se, teoricamente, com o problema do mal aos 19 anos de idade, por ocasião da leitura do Hortensius. Nesse momento, o mal aparece a ele como um paradoxo, pois como explicar a contradição existente entre o princípio axiomático ciceroniano, segundo o qual “todos os homens desejam, por natureza, a felicidade”, e a realidade dos males praticados pelo homem, dentre os quais os cometidos pelo próprio Agostinho?²³³

Os maniqueístas vão inicialmente suprir uma parte dessa dúvida ao ensinar que o universo tem dois princípios ontológicos: a Luz: o Bem e as trevas, ou matéria, o mal. Conforme esse ensino o mal é proveniente da matéria. Porém, Santo Agostinho, não tendo uma resposta que o satisfizesse, aos 30 anos conhece o Bispo Ambrósio e a filosofia de Plotino. Desses conhecimentos Santo Agostinho elaborará a sua teoria sobre o problema do mal. Ao aprender que Deus é uno e de substância simples espiritual conclui que Deus é um único princípio ontológico. Então como Deus pode ser o problema do mal?

²²⁹ AGOSTINHO, 1992, p. 52.

²³⁰ AGOSTINHO, 1992, p. 50.

²³¹ AGOSTINHO, 1992, p. 52.

²³² AGOSTINHO, 1992, p. 55.

²³³ COSTA, Marcos Roberto Nunes. 10 lições sobre Santo Agostinho. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 33.

O próprio Santo Agostinho nos informa que leu algumas obras de Platão²³⁴, porém para resolver esse problema foi fundamental o conhecimento dos filósofos neoplatônicos, especialmente Plotino, que o leva a conhecer dois importantes princípios: “(1) a noção de participação e (2) o conceito de não ser como equivalente ao nada”.²³⁵

A criação dos céus, da terra e de todos os seres do mundo (criação ex nihilo)²³⁶ possibilitará a Santo Agostinho o argumento de que a matéria ao ser criada por Deus por um ato de amor e não por uma necessidade a partir do nada: “se essas criaturas espirituais ou quaisquer outras inteiramente não existissem ou se permanecessem informes? Não as fizestes por necessidade”²³⁷, prova que o argumento maniqueísta do problema do mal na matéria não se sustenta, já que há apenas um princípio ontológico e tudo foi criado perfeito. Agostinho se convence que Deus não pode ser a origem do mal, pelo menos do mal moral. Então, se Deus não é a origem do mal moral e, o ser humano é criado por Deus, então como é possível que o ser humano peque? Como o ímpeto para o mal é tão dominador em crianças? É como se o mal não fosse apreendido e ou formado pelo meio em que se vive. Parece que o mal já está impresso na alma, na mente, pois isso já se revela na tenra idade:

Assim a debilidade dos membros infantis é inocente, mas não a alma das crianças. Vi e observei uma, cheia de inveja, que ainda não falava e já olhava, pálida, de rosto colérico, para o irmãozinho de leite. Quem não é testemunha do que afirmo? Diz-se até que as mães e as amas procuram esconjurar este defeito, não sei com que práticas supersticiosas. Mas enfim será inocente a criança quando não tolera junto de si, na mesma fonte fecunda do leite, o companheiro destituído de auxílio e só com este alimento para sustentar a vida?²³⁸

Parece-nos que aqui Santo Agostinho está insinuando que a alma já tem impressa em sua formação o problema do mal. Ora, se isso for uma verdade, então não existe a realidade do livre-arbítrio como um “dom” de Deus para que a sua justiça pudesse ser inserida no universo. Então voltamos a perguntar: Qual a origem do mal? Ele é um resultado de uma aprendizagem no ser humano? Para ele o mal não pode ser aprendido, posto que “o termo instrução deriva precisamente do fato

²³⁴ AGOSTINHO, 1998, p. 121.

²³⁵ COSTA, 2012, p. 34.

²³⁶ AGOSTINHO, 1992, p. 300-301.

²³⁷ AGOSTINHO, 1992, p. 331.

²³⁸ AGOSTINHO, 1992, p. 30.

de alguém se instruir²³⁹, e a instrução é o que possibilita ao ser humano o despertar à ciência²⁴⁰ (ter acesso à verdade pelo intelecto) e, por isso a instrução é um “bem”, conclui Agostinho. Dessa argumentação ele conclui que fazer o mal é tão somente renunciar à instrução.²⁴¹

Para explicar essa conclusão lógica, ele argumenta que só há conhecimento verdadeiro se for pela ciência. Só se desperta em nós a ciência pela instrução. A instrução é um bem. Toda ciência passa pelo crivo da racionalidade, da inteligência. Todo o que aprende procede bem. Conclui-se então que: fazer o mal é tão somente renunciar à instrução. Essas premissas obrigatoriamente levam-nos a essa conclusão filosófica.

O *circuitum nostrum* utiliza-se de argumentos e premissas lógicas para responder pedagogicamente uma pergunta inicialmente de fé e de âmbito teológica.

Portanto, podemos afirmar que para Santo Agostinho a propensão ao mal se dá pela corrupção do ser humano ao não ser educado, ou melhor, ao não ter o seu ente alma educado para as coisas sensíveis. Quando Evódio pergunta a causa de praticarmos o mal, ouve o seguinte argumento:

Agostinho: Ah! Suscitas precisamente uma questão que me atormentou por demais, desde quando era ainda muito jovem. Após ter-me cansado inutilmente de resolvê-la, levou a precipitar-me na heresia (dos maniqueus), com tal violência que fiquei prostrado...[...], que se não fosse meu ardente desejo de encontrar a verdade, e se não tivesse conseguido o auxílio divino, não teria podido emergir de lá nem aspirar à primeira das liberdades – a de poder buscar a verdade.²⁴²

Sobre essa força poderosa, quanto ao problema do mal, G. R. Evans nos diz:

O mal é “criação” de uma criatura, nascida do abuso da vontade por parte do homem e dos anjos decaídos. [...] Uma visão do problema do mal centrada no homem torna o mal muito menos importante do que uma visão centrada em Deus. É explicação pautada pelo otimismo. A confiança de Agostinho cresceu ao ver claramente as implicações da ideia de que o mal procede só da vontade. Parou de sentir a profunda ansiedade que padecia quando acreditava que o mal era algo que ameaçava ou limitava a Deus.

²³⁹ AGOSTINHO, 2008, p. 26.

²⁴⁰ AGOSTINHO, 2008, p. 26.

²⁴¹ AGOSTINHO, 2008, p. 27.

²⁴² AGOSTINHO, 2008, p. 28.

Sem subestimar, sequer por um momento, o dano que o mal pode causar na alma humana individual, viu o mal diminuir de porte a seus olhos.²⁴³

Vale ressaltar que Santo Agostinho compreende que o mal ontológico-metafísico não possui substância, nem corpo, pois é o não ser, é a ausência do ser. Leiamos o que Santo Agostinho diz sobre o mal ontológico:

Em absoluto, o mal não existe nem para vós, nem para as Vossas criaturas, pois nenhuma coisa há fora de Vós que se revolte ou que desmanche a ordem que lhe estabelecesteis.²⁴⁴

Procurei o que era maldade e não encontrei uma substância, mas sim uma perversão da vontade desviada da substância suprema – de Vós, ó Deus – e tendendo para as coisas baixas: vontade que derrama as suas entranhas e se levanta com intumescência.²⁴⁵

Conforme Ivan de Oliveira Silva é por essa interpretação do mal moral e pessoal que Agostinho postula que: “o mal não existe Ontologicamente, por ser ele um não-ser, ou seja, apenas uma ausência ou a redução do bem.”²⁴⁶

Para responder adequadamente a questão sobre o mal, Agostinho avisa a Evódio que vai percorrer o caminho de “crer para entender” e, por isso é fundamental o argumento de Deus ser a perfeição em si mesmo, em perfeita justiça, todo poderoso, autossuficiente em si mesmo, todo amor em mais alto grau e, sendo assim sem possibilidade de mudança nem submissão.²⁴⁷ Com esses pré-requisitos, ou postulados básicos, ele parte para elaborar os argumentos sobre o mal.

Qual a causa do mal? Santo Agostinho nas Confissões recorda-se de quando era maniqueu e assim pensava a origem do mal:

Todavia, não tinha uma idéia clara e nítida da causa do mal. Porém, qualquer que ela fosse, tinha assente para mim que de tal modo a havia de buscar, que por ela não fosse constrangido a crer, como mutável, um Deus imutável, pois de outra maneira cairia no mal cuja causa procurava. [...]

Esforçava-me por entender (a questão) – que ouvia declarar – acerca de o livre-arbítrio da vontade ser a causa de praticarmos o mal, e o Vosso reto juízo o motivo de o sofrermos. Mas era incapaz de compreender isso nitidamente.²⁴⁸

²⁴³ EVANS, 2006, p. 13.

²⁴⁴ AGOSTINHO, 1992, p. 155.

²⁴⁵ AGOSTINHO, 1992, p. 158.

²⁴⁶ SILVA, Ivan de Oliveira. *Santo Agostinho: o problema do mal*. São Paulo: editora Pillares, 2008. p. 53.

²⁴⁷ AGOSTINHO, 2008, p. 29.

²⁴⁸ AGOSTINHO, 1992, p. 142.

E, nessa mesma linha de pensamento declara que a certeza de que era a sua vontade livre e o seu desejo que o impulsionava para as ações do mal. Colocou mais uma vez claramente que a fonte do mal, através do seu pecado, era tão somente o livre-arbítrio. Vejamos nas próprias palavras de Agostinho:

Por isso, quando queria ou não queria uma coisa, tinha a certeza absoluta de que não era outro, senão eu quem queria ou não queria, experimentando cada vez mais que aí estava a causa do meu pecado.

Quanto ao que fazia contra a vontade, notava que isso era antes padecer (o mal) do que praticá-lo. Considerava isso não como uma falta mas como uma punição, em que, reconhecendo a vossa justiça, era logo forçado a confessar que justamente recebia o castigo.²⁴⁹

Santo Agostinho ao declarar que “tinha a certeza absoluta de que não era outro, senão eu quem queria e não queria” reafirma mais uma vez que a ação de agir e/ou não agir depende exclusivamente da sua vontade. E, isso faz com que ele assuma que o sujeito é moralmente responsável pelo seu agir, pelo seu livre-arbítrio.

A compreensão do mal em Santo Agostinho está efetivamente ligada ao seu pensamento escatológico: “Os bons serão premiados e os maus punidos”²⁵⁰, portanto Deus ao dar o dom do livre-arbítrio ao ser humano inaugura o agir da sua justiça, culminando com o julgamento final (juízo final) de toda a humanidade para inaugurar um novo céu e uma nova terra.

Para certificar-se de que somente o ser humano tem a capacidade de um agir voluntário, Santo Agostinho argumenta com Evódio que os seres humanos dominam a terra porque são dotados de razão. Por isso os seres humanos são superiores aos animais. Essa razão faz com que os seres humanos saibam e se percebam, logo sabem que existem:

Agostinho: Por conseguinte, aquele que sabe que vive, não está privado da razão?

Evódio: Isso se segue.

Agostinho: ora, os animais vivem, como já nos apareceu com clareza, mas não são dotados de razão.

Evódio: Evidente.

²⁴⁹ AGOSTINHO, 1992, p. 143. Grifos nosso.

²⁵⁰ AGOSTINHO, 2008, p. 25.

Agostinho: eis, então, que agora entendes o que me respondeste ignorar: nem todo ser vivo sabe que vive, ainda que todo aquele que sabe que vive seja necessariamente ser vivo.²⁵¹

Essa argumentação de Santo Agostinho, responsabilidade do agir pessoal, faz com que sua conclusão sobre a origem do mal moral seja: **“De onde vem a prática do mal? Se não me engano tal como a nossa argumentação mostrou, o mal moral tem sua origem no livre-arbítrio de nossa vontade”**²⁵².

Com essa afirmação postulada em forma de argumento filosófico, a conclusão que se chega é que se não houvesse o livre-arbítrio não haveria o mal moral na terra. Como a alma tem a responsabilidade de agir moralmente bem, daí sucede a necessidade de uma educação intelectual racional, promovendo o afastamento dos conhecimentos oriundos dos sentidos, que tanto nos enganam e nos afastam das verdades imutáveis de Deus.

É então por esse motivo que Santo Agostinho postula que o livre-arbítrio vem de Deus²⁵³, como um dom ao ser humano para que assim possa manifestar a justiça nos seres humanos. Esse argumento define que a justiça de Deus só é possível por causa da liberdade, provinda da vontade do ser humano. Com o livre-arbítrio o ser humano age, através da sua vontade. Daí se segue que a boa vontade deve prover: “um agente que age com vontade livre, ou é moralmente responsável por um ato, somente se o ato não é causalmente determinado por qualquer coisa fora do agente”. : “Com um ato não determinado por qualquer causa externa a ele”. Para que não houvesse dúvidas de que os argumentos não tinham origem no apelo à autoridade e, sim aos argumentos filosóficos, Agostinho confronta Evódio:

Agostinho: Mas o que eu desejo saber é se compreendes com evidência esse último ponto. Ou se, levado pelo argumento da autoridade, crês de bom grado, ainda que sem claro entendimento.

Evódio: Na verdade, devo afirmar que, sobre esse ponto, eu aceitei-o primeiramente dócil à autoridade. Mas o que poderia haver de mais verdadeiro do que as seguintes asserções: tudo o que é bom procede de Deus. E tudo o que é justo é bom. Ora, existe algo mais justo do que o castigo advir aos pecadores, e a recompensa aos que procedem bem?

²⁵¹ AGOSTINHO, 2008, p. 45.

²⁵² AGOSTINHO, 2008, p. 68-69. Colocamos em negrito essa citação, pois ela é quem define claramente a questão da origem do mal moral.

²⁵³ AGOSTINHO, 2008, p. 73.

Donde a conclusão: é Deus que atribui o infortúnio aos pecadores e a felicidade aos que praticam o bem.²⁵⁴

É através do livre-arbítrio que o ser humano tem vontade própria e pessoal, por isso ele escolhe a forma de agir e, ao utilizar-se dessa vontade, ele age moralmente. Por isso, o livre-arbítrio foi concedido aos seres racionais para que eles agissem corretamente:

Ora, que ela tenha sido concedida para esse fim pode-se compreender logo, pela única consideração que se alguém se servir dela para pecar, recairão sobre ele os castigos da parte de Deus.

[...] Assim, quando Deus castiga o pecador, o que te parece que ele diz senão estas palavras: "Eu te castigo porque não usaste de tua vontade livre para aquilo a que eu a concedi a ti?" Isto é, para agires com retidão.²⁵⁵

Não agindo corretamente os seres humanos estariam passíveis de serem punidos pelos seus erros (pecados). Pecados cometidos porque o ser humano voltou-se para o que é mutável, transitório, sensível, afastando-se do uso da razão, que está em sua alma. Segundo Santo Agostinho há um sentido interno (faculdade universal que governa a todos os sentidos dos exteriores, por igual) que está abaixo da razão e existe também nos animais,²⁵⁶ tem a função de julgar os sentidos corporais aprovando ou rejeitando as impressões adquiridas por eles.²⁵⁷ Vejamos os argumentos que Santo Agostinho usa:

Todavia, se a questão ainda não está bastante evidente, passemos adiante, a fim de avançarmos, unicamente apoiados em provas certas e evidentes. Ora, o evidente até o presente é o seguinte:

- que os sentidos corporais percebem os objetos corporais;
- que esses mesmos sentidos não podem ter a sensação de si mesmos;
- que o sentido interior percebe não só os objetos corporais por intermédio dos exteriores, mas percebe até mesmo esses sentidos;
- enfim, que a razão conhece tudo isso e conhece-se a si mesma;
- visto que todos esses conhecimentos tornam-se objeto de ciência.²⁵⁸

Para Santo Agostinho acima da razão, da alma, só Deus.²⁵⁹ E para mostrar a Evódio essa verdade ele ensina que existem três gêneros de seres: 1) Seres que

²⁵⁴ AGOSTINHO, 2008, p. 73-74.

²⁵⁵ AGOSTINHO, 2008, p. 75.

²⁵⁶ AGOSTINHO, 2008, p. 89.

²⁵⁷ AGOSTINHO, 2008, p. 91.

²⁵⁸ AGOSTINHO, 2008, p. 87-88.

²⁵⁹ AGOSTINHO, 2008, p. 93.

têm existência, mas não a vida; 2) Seres que têm existência e vida, mas sem inteligência; 3) Seres que têm existência, a vida e a inteligência (razão). “Com efeito, o que há de mais excelente entre as criaturas do que a vida da inteligência? E o que há de mais inferior do que o corpo?”²⁶⁰ Comentando sobre esse assunto Marcos R. Nunes Costa escreve:

E, para mostrar como o mal acontece no livre-arbítrio do homem, começa por demonstrar as seguintes premissas: a) o homem é o único animal que possui alma dotada da faculdade da razão; b) isso o torna superior aos demais animais; c) e, portanto, tem a capacidade de conhecer; d) pela iluminação divina percebe a justa ordem estabelecida por Deus, segundo a qual não devemos antepor as coisas inferiores às superiores; e) e conhecendo-a, não pode escolher entre seguir a ordem, aproximando-se assim do Criador, o único que pode fazê-lo feliz, ou afastar-se da ordem, criando a desordem, que é o mal, caminho da infelicidade.²⁶¹

Claro que Santo Agostinho utiliza-se do conceito do mal dos neoplatônicos como privação, ausência ou distanciamento do bem, por isso a sua definição do mal ser o distanciamento do ser humano de Deus, através do seu livre-arbítrio. Ele reforça a ideia de que o problema do livre-arbítrio, como um bem em si mesmo, está na capacidade de racionalidade dada por Deus ao ser humano, para que haja com retidão, por isso a necessidade de esclarecer a questão dos três gêneros de seres.²⁶² É a razão, que se localiza na alma, que nos faz responsáveis pelos nossos atos diante de Deus, do outro, de nós mesmos e do mundo.

Apropriando-se do argumento da prova da existência de Deus e de que todos os bens provêm de Deus, Agostinho conclui que:

Ora, essas duas verdades: que Deus existe e que todos os bens vêm dele, nós já admitimos com fé inabalável. Entretanto, nós as expusemos de tal forma que a terceira verdade também se torna plenamente evidente, a saber: que a vontade livre deve ser contada entre os bens recebidos de Deus.²⁶³

Para argumentar com Evódio o porquê Deus concedeu ao ser humano o livre arbítrio, mesmo que essa liberdade da vontade possa ser usada para o pecado, ele mostra que o ser humano usualmente utiliza-se de seus bens corporais (mãos, pés, olhos, etc) para fazer o mal a outrem ou a si mesmo. E, ao fazerem o mal para

²⁶⁰ AGOSTINHO, 2008, p. 133.

²⁶¹ COSTA, 2012, p. 37.

²⁶² AGOSTINHO, 2008, p. 133. Os três gêneros são: a) Os que tem existência; b) Os que vivem e c) Os que sabem que vive.

²⁶³ AGOSTINHO, 2008, p. 135.

si mesmo e para outros através dos membros do seu corpo, estão servindo-se das paixões vergonhosas e infames, ou seja, estão abusando dos bens ao utilizarem para o mal. Através dessa alegoria ele conclui que do mesmo modo os seres humanos ao receberem o bem chamado livre arbítrio podem utilizá-lo para pecar, quando obedecem às paixões infames e, acertar quando fazem a verdadeira vontade de Deus através das suas decisões, ou seja, não pecando.

O ser humano ao receber os seus membros no seu corpo deve saber usá-lo como um bem e, não removê-lo do seu corpo por fazê-lo pecar²⁶⁴, assim, ele conclui que o livre arbítrio é um dom de Deus dado para que o ser humano não peque deliberadamente e, sem o livre arbítrio “ninguém pode viver honestamente”.²⁶⁵

Mas, conforme o próprio Santo Agostinho: “Agora, responde-me, eu te peço: o que te parece melhor em nós: aquilo sem o que se pode viver com retidão ou alguma coisa sem a qual não se pode viver retamente?”²⁶⁶ É fundamental basearmos o nosso agir pelas leis imutáveis de Deus, é isso que nos faz racional. É através da razão que entendemos que vivemos:

Assim, como nos pareceu, reside na alma. E, não encontramos para ela outro nome adequado do que o de razão. Ainda que a seguir nós nos lembremos de que ela também pode ser denominada mente ou espírito. Mas se é verdade que a mente é uma coisa e a razão outra, em todo caso é certo que somente a mente pode se servir da razão. Donde a consequência: aquele que é dotado de razão não pode estar privado da mente.²⁶⁷

A Educação intelectual proporciona à alma “no corpo” o apego ao transcendente na busca da verdade, fortalecendo de tal maneira o intelecto que proporciona ao ser humano o afastar-se dos vícios e das paixões. E, é por isso que é nela, a educação, que a alma se desprende do sensível e adentra aos conhecimentos elevados e eternos.

Quando dizemos que somos a imagem e semelhança de Deus, estamos no uso da potencialidade da nossa Razão. É por meio da razão que reorganizamos, ou potencializamos os conhecimentos e a memória. Com o uso da memória facultamos as várias possibilidades de reorganizarmos e modificarmos conhecimentos e conceitos, de acordo com os novos argumentos aplicados e desenvolvidos.

²⁶⁴ AGOSTINHO, 2008, p. 136.

²⁶⁵ AGOSTINHO, 2008, p. 138.

²⁶⁶ AGOSTINHO, 2008, p. 137.

²⁶⁷ AGOSTINHO, 2008, p. 48-49.

É a alma que nos capacita para o uso da racionalidade, pois ela é o útero da memória, guardando o que nos agrada e o que repudiamos. E por ser o útero da memória e composta por substância racional, a alma, a nossa alma, tem a capacidade de ver todas as coisas, até mesmo as que são imateriais, as lembranças por exemplo, e entender as coisas através da inteligência.

Em Santo Agostinho só há conhecimento se houver saber racional.²⁶⁸ Ele diferencia razão e inteligência para mostrar que a única forma da alma olhar a si mesma é através da inteligência (ou raciocínio). Aliás, Santo Agostinho tem plena certeza de que somente à inteligência é concedido perceber que nada existe maior e superior às coisas.²⁶⁹ O termo ver, olhar, quando se refere à alma é para Santo Agostinho a própria ação da racionalidade como caminho proposto por Deus para que o ser humano ache a verdadeira verdade.

Como a verdade não pode provir dos sentidos, pois não há ciência que provenha dos sentidos, Santo Agostinho argumenta que a “verdade” só pode ser alcançada pelo intelecto, pela razão. Aqui a verdade tem o mesmo sentido de “racionalidade” e, portanto, se não é racional não é verdadeiro. A alma do virtuoso consegue criar uma maior harmonia com a virtude e, portanto torna-se melhor, mais perfeita.

Pelo uso da razão a alma adquire uma constância na regência do corpo humano, fazendo com que ele não se engane com frequência, mas viva desfrutando das verdades eternas e imutáveis.

Como a alma é composta de razão ela precisa ser desenvolvida em busca de suas potencialidades máximas, mesmo presa em um corpo, para isso é necessário que a alma tenha acesso a dois tipos de aprendizagem: conhecimentos adquiridos na honestidade e numa existência correta (intelectual, racional) e conhecimentos que lhes seja útil ocasionalmente (conhecimento sensível sem abandonar o racional). É importante salientar que o melhor crescimento da alma, *quantitate*, se dá através de conhecimentos adquiridos na honestidade e numa existência correta – vida virtuosa, vida através da razão. Há ainda um terceiro tipo de

²⁶⁸ AGOSTINHO, 2005, p. 137.

²⁶⁹ AGOSTINHO, 2005, p. 69.

conhecimento, que é danoso à alma: conhecimentos meramente sensíveis, em detrimento do intelectual.²⁷⁰

No livro IV das Confissões ele pede a Deus para que a sua alma não se apegue aos vícios, advindos dos sentidos, porque isso levaria à destruição da sua alma e aumentaria os desejos pestilenciais, trazendo como consequência o endurecimento dos ouvidos do coração e o aumento da vaidade e da dor, prolongando mais ainda o seu afastamento de Deus.

O medo de não contemplar mais a verdade, devido às fraquezas e à vaidade, faz com que Santo Agostinho se refugie no afastamento, no distanciamento, dos desejos e da degradação da alma. Só há um meio para estabilizar a tão mutável alma: “Fixa aqui, ó alma, a tua mansão”.²⁷¹ Naquele instante Santo Agostinho deseja que a sua alma não mais se afaste da razão.

Fixar morada na casa Deus significa ficar inteiramente preso à verdade, verdade oriunda da Razão. A dificuldade dessa ação de Santo Agostinho é, em primeiro lugar, imaginarmos que ele está desejando isolar-se ou afastar-se de qualquer contato com o mundo sensível, isso é impossível, já que vivemos em um mundo de materialidade e, portanto, de sensoriedade. Mas, “fixar morada na casa de Deus” é afastar-se dos conhecimentos oriundos das sensações e voltar-se completamente para os eternos conhecimentos oriundos da Razão, da mente, da intelectualidade, da alma. Então, mais uma vez o problema é: É possível que o ser humano afaste-se completamente dos conhecimentos oriundos das sensações? Como fixar morada na pura razão, ou na racionalidade?

A possibilidade está exatamente no livre arbítrio. Controlar as emoções requer controle da alma ou do corpo? Certamente do corpo através da alma. Para que a alma determine que o corpo seja despojado de todas as paixões é necessário que ela seja virtuosa. Há uma relação inversa entre virtude e paixões, ou seja, quanto mais virtudes menos preso às paixões. O inverso também é verdade. Então para que seja possível fixar morada na casa de Deus é necessário que a alma cresça (potencialidade) para que se desprenda da materialidade. Educar a alma na intelectualidade faz com que a boa vontade seja dominante no agir pelo livre-arbítrio possibilitando que a alma não divague nas coisas vãs. Com a potencialidade da

²⁷⁰ AGOSTINHO, 2005, p. 88-89.

²⁷¹ AGOSTINHO, 1992, p. 86-87.

alma Agostinho exige da sua própria alma o silêncio das sensações. A verdade, a verdadeira verdade, lhe seria mantida através do racional e da ciência.

Para que o livre-arbítrio seja efetivamente uma “**vontade boa**”, a alma deve potencializar as suas ações para uma educação racional. Nesse contexto “o pleno desenvolvimento do nosso potencial” depende de uma luta diária contra o sono e a vontade de ir à busca de todos os tipos de prazeres imediatos. Ser maduro nessa situação é saber renunciar aos favores do imediatismo e aguardar benefícios no futuro e na eternidade.

A partir desse instante mostraremos como o sistema pedagógico agostiniano foi adaptado do sistema dialógico maiêutico de Sócrates e Platão e, portanto percorremos uma distancia temporal de cerca de 800 anos. Uma distancia temporal que teve os agravantes da língua e da cultura há muito em desgaste no combalido final do Império Romano.

Em seguida, daremos um salto de Santo Agostinho para a contemporaneidade (cerca de 1.580 anos), para analisarmos o sistema pedagógico agostiniano *circutum nostrum versus* a estrutura pedagógica de Paulo Freire: A pedagogia da autonomia.

Utilizamos como fontes primárias os livros: Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa; Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido e Pedagogia do oprimido.

Cruzemos agora a ponte construída por esses pensadores e que ainda liga um sistema dialógico (práxis) entre Sócrates, Santo Agostinho, Freire e nós, que continuamos construindo esse maravilhoso saber pela palavra.

3 O MÉTODO DIALÉTICO AGOSTINIANO

3.1 Um método socrático de perguntas e respostas

A educação clássica na Grécia de Homero, Sócrates, Platão e Aristóteles está baseada na *aretê* (virtude) que é o atributo próprio da nobreza e o que identifica o herói ao dar a sua vida para proteger a polis. Essa educação foi baseada em princípio espartano, militar, que tinha o objetivo de formar uma polis de heróis. O Estado assume a educação do indivíduo, já que o indivíduo pertence a sua polis. Após a formação grega a cidade de Atenas assume a educação que se propõe à formação dos aristocratas da polis. Com a democracia a educação se estende aos cidadãos atenienses e a ágora, local de decisões públicas, é o espaço para os debates filosóficos.

Em pouco tempo todos os cidadãos gregos, demos, têm livre acesso à educação voltada para a manutenção das polis gregas. A educação deixa de ser individual para ser de todos os gregos e passa a ser coletiva. A ágora agora é o terreno das guerras onde as palavras devem ser usadas com elegância, sabedoria, coerência e lógica nas retóricas, lugar onde quem discursa melhor vence a batalha. É aqui que surge a escola²⁷² como lugar de sala de aula onde uma coletividade se reúne para aprender com os seus *didáskalos*.

Como só o ser humano é educável para a utilização da razão, a *paideia* grega consiste em tentar educar o ser humano para torná-lo melhor, desenvolvendo o *arete* pessoal que garantiria a manutenção da polis grega. O ser humano é e deve ser um ser social.²⁷³ Só a educação possibilita a felicidade, ou o bem supremo, ou sumo-bem. Os prazeres das vicissitudes materiais desviam a alma dos seres humanos da verdadeira felicidade e os levam para a corrupção política – vida social da polis. Quando os seres humanos se corrompem tornam-se iguais aos animais, motivados pelos apetites insaciáveis. “São insaciáveis, porquanto não enchem de alimentos consistentes a parte real e estanque de si mesmos”.²⁷⁴

²⁷² TEIXEIRA, Evilásio Francisco Borges. *A educação do Homem segundo Platão*. São Paulo: Paulus, 1999. p. 17.

²⁷³ JAEGER, 1994, p. 337. “Como os gregos viram, é integralmente político-pedagógica. Foi das necessidades mais profundas da vida do Estado que nasceu a idéia da educação, a qual reconheceu no saber a nova e poderosa força espiritual daquele tempo para a formação de homens, e a pôs a serviço dessa tarefa”.

²⁷⁴ TEIXEIRA, 1999, p. 30.

A educação deve proporcionar homens virtuosos e felizes. Ser virtuoso é aprender a usar a razão para ascender à contemplação do que é real, eterno, verdadeiro. Só é possível essa catarse através da educação que possibilita ao ser humano refutar os seus desejos materiais e empreender a sua busca pelo que é eterno e imutável. Uma educação que purifica a alma do ser humano para que ele seja verdadeiramente feliz com o saber. Ser feliz é viver pela razão contemplativa.²⁷⁵

Na mais tenra idade as crianças gregas aplicam-se à matemática e geometria, com o intuito de racionalmente se prepararem para ascender o caminho da dialética. O método pedagógico preferido da antiguidade clássica grega foi a dialética. O diálogo foi o caminho escolhido para a manutenção do saber compartilhado, e o ensino educacional dos gregos tinha como objetivo principal tornar todo cidadão um virtuoso. Proporcionar a virtude do rei, a virtude do guerreiro e a virtude do sábio faria com que a polis permanecesse segura, alimentada e bem administrada. Uma educação que não permite que o cidadão isole-se do meio em que vive; sem a *polis* não há existência do cidadão grego. Morar em uma polis grega significava agir conforme a sua virtude. Todos os cidadãos eram responsáveis pela manutenção da própria *polis*.

Um método pedagógico que utiliza a *maiêutica*²⁷⁶, para fazer nascer a verdade pela alma, ao relembrar tal qual a verdade é. Observe que somente através do diálogo a verdade é gestada, construída, alcançada, criada, reconstruída e discutida. Não é um saber de quem vive isolado; é um saber compartilhado entre mestre/discípulo, educador/educando.

Dentro do modelo socrático/platônico quero destacar os dois tipos de conhecimento que serão extremamente importantes para a pedagogia agostiniana: o saber *dóxa* e o saber *epistêmico*.²⁷⁷ O saber *dóxa* permite ao ser humano a compreensão da realidade sensível intuitiva. Para Platão o saber *dóxa* é um conhecimento não científico, limita-se apenas à opinião, não passa pelo crivo da razão. Já o conhecimento *epistêmico* é racional e contemplativo, leva o ser humano

²⁷⁵ TEIXEIRA, 1999, p. 33.

²⁷⁶ TEIXEIRA, 1999, p. 45. Maiêutica tem como significado: parto ou fazer nascer por um parto. O Dr. Teixeira escreve que a maiêutica é o caminho utilizado para que a alma em potência intrínseca ao relembrar da verdade eterna possa converter em ato o que já viu anteriormente no mundo das ideias. Portanto é um método pedagógico que faz com que o ser humano se torne virtuoso e contemplativo, desprendendo-se da realidade material aparente e mutável.

²⁷⁷ TEIXEIRA, 1999, p. 68-70.

ao mundo das ideias e das verdades eternas e imutáveis. É o conhecimento intelectual que deve ser desenvolvido no ser humano virtuoso. Só o conhecimento intelectual leva à plena felicidade ou ao sumo bem e à justiça. A educação deve ser integral, ou seja, educar o corpo (ginástica, luta, matemática, geografia) e a alma (música, dialética, oralidade da palavra, poesia, leitura e escrita).

A educação do corpo deve desenvolver a *arete* do guerreiro. Mas, é através da alma que o corpo deverá ser totalmente subordinado ao racional e à busca pela verdade contemplativa.

A educação socrático-platônica está a serviço da polis, pois não existe a possibilidade da existência do indivíduo sem a polis residencial. Toda a *paidéia* grega é desenvolvida para a coletividade, não é uma educação para a individualização. O cidadão da polis sabe qual é o seu papel na comunidade. O ser humano é educado para servir a sua *polis*. A construção da identidade era a serviço de toda a comunidade. Todos devem desenvolver e aplicar a *arete* para que a polis permaneça existindo. A educação foi a forma que os gregos encontraram para construir uma polis perfeita. Nessa comunidade não são as necessidades pessoais que devem sobressair, mas as necessidades coletivas. A busca da felicidade é da *polis* como um todo. A educação deve proporcionar aos indivíduos as ferramentas necessárias para viverem em harmonia social e, para viverem em harmonia cada indivíduo deve desenvolver aquilo que é mais apto para a sua comunidade. Quanto a isso, Evilazio Teixeira nos diz:

O homem, como ser isolado, é insuficiente, não basta a si mesmo". Em outras palavras, o homem não é apenas chamado a viver, mas conviver. Conviver implica sair de si mesmo e relacionar-se com os outros.²⁷⁸

Durante os séculos seguintes a educação socrático-platônica permanece como ideal do líder das nações Ocidentais. O Império Romano absorve esse método e desenvolve a oralidade dialética como o caminho para o poder estatal. Os imperadores são educados para serem dominadores da palavra em ação. E, com o início da fragmentação do Império Ocidental, os textos gregos perdem um pouco a sua importância e dão lugar a textos latinos, especialmente de origem religiosa

²⁷⁸ TEIXEIRA, 1999, p. 111.

católica. É neste contexto que Santo Agostinho nasce e vai ser protagonista da mudança do pensamento grego para o pensamento religioso latino.

Historicamente o Império Romano inicia o séc. IV com grandes dificuldades financeiras, políticas e na manutenção do regime de produção escravagista. O Imperador Constantino I empreendeu reformas fortalecendo o poder imperial e separando poderes militares e políticos. O cristianismo é assumido como religião oficial do Império. Os religiosos começaram a ter ascensão cada vez maior nos cargos políticos e administrativos do Império romano Ocidental e Oriental.²⁷⁹ A educação torna-se o caminho para assumir cargos sociais, especialmente quem dominava a oratória grega latina. Santo Agostinho vai ser educado nessa proposta de tornar-se um hábil orador. Torna-se um professor do *cursus honorum* (carreira pública) da primeira cátedra oficial de retórica do Império Romano. Tinha agora atingido o objetivo educacional de sua vida.

Conforme Magno Vilela, Santo Agostinho ao afastar-se do *cursus honorum* permitiu que o seu nome deixasse apenas de pertencer a uma lista de docentes da Antiguidade, e o resultado foi o nascimento do mestre do Ocidente e pedagogo de Deus,²⁸⁰ postulando às futuras gerações textos teológicos, filosóficos e pedagógicos, que na contemporaneidade suscitam estudiosos ávidos pelas suas discussões tão atuais e intrigantes.

O método empregado por Santo Agostinho é similar ao de Platão, mesmo que estejam separados historicamente por 800 anos; linguística, cultural e geográfico. Mas, o programa pedagógico dialético platoniano sobreviveu. Agora, Santo Agostinho mesmo sem falar grego e, conhecendo poucas literaturas de Sócrates, Platão e especialmente as de Aristóteles, prossegue utilizando esse método com algumas modificações. Vejamos agora um quadro comparativo entre Platão e Santo Agostinho sobre a imortalidade da alma:²⁸¹

²⁷⁹ JORDÃO, Eduardo Antônio. *Agostinho: educação e fé na cidade de Deus*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 18-20.

²⁸⁰ FIGUEIRA, Eulálio. *Teologia e educação: educar para a caridade e a solidariedade/ Eulálio Figueira, Sérgio Junqueira*. – São Paulo: Paulinas, 2012. p. 66. (coleção teologia na universidade).

²⁸¹ AGOSTINHO. *Patrística: Solilóquios e a Vida Feliz*. Tradução Nair de Assis Oliveira. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1998. p. 87-88; PLATÃO. *Fédon: ou da alma*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999, p. 146. A imortalidade da alma em Platão e em Santo Agostinho. A imortalidade é inerente a própria alma. Quando o ser humano morre, e o seu corpo que é transitório e mutável se decompõe, a alma permanece intacta, não deixa de existir por ser um ente imaterial, puro e perfeito. Nesse sentido os dois textos se encaixam perfeitamente nos esclarecimentos e, como o

Platão: Fédon: ou da alma	Santo Agostinho: Solilóquios
<p>Cebes: Correto</p> <p>Sócrates: E a alma, este ser invisível, que vai para um lugar análogo a ela, excelente, puro, invisível, ou seja, ao país de Hades, para junto do deus repleto de bondade e sabedoria, lugar a que espero minha alma vá dentro em breve, se o deus o desejar. O quê?! Se à alma faltasse tal natureza, ela deixaria o corpo e se desfaria como a maioria dos homens acredita? É necessário, meus estimados Símiias e Cebes, algo mais. Aqui está o que ocorre: se a alma se afasta pura, sem nada preservar do corpo, como se ao longo da existência não houvesse tido com ele relacionamento algum, mas, ao contrário, tendo-lhe escapado e continuado sempre recolhida em si mesma, e meditação, ou seja, filosofando e aprendendo a morrer, não é esta, na verdade, uma preparação para a morte?</p> <p>Cebe: Sim.</p> <p>[...]</p> <p>Sócrates: [...]. Sustentada por essa verdade pura, persuadida de que deve viver sempre o mesmo, enquanto estiver unida ao corpo e após a morte, devolvida ao que é de sua própria natureza, será libertada de todos os males que atormentam a natureza humana. Com estes princípios, meus caros amigos Símiias e Cebes, e após tal existência, temerá a alma, no instante da morte, ser arrebatada, dissolvida pelos ventos e aniquilada, deixando de existir?</p>	<p>R. Não lamentos. A alma humana é imortal.</p> <p>A. Como provas?</p> <p>[...]</p> <p>R. Se tudo o que é próprio do sujeito permanece para sempre, é de necessidade que também o próprio sujeito permaneça. Toda ciência está na alma como sujeito. E se a ciência permanece sempre, necessariamente permanece a alma para sempre. Ora, a ciência é verdade, e a verdade, como a razão o demonstrou no início deste livro, permanece para sempre. Por isso, a alma permanece para sempre e não se diz que a alma tenha morrido. Sem absurdo, só poderia negar a imortalidade da alma aquele que provasse que algumas das afirmações discutidas acima não estejam fundamentadas.</p>

que mais nos interessa e no modelo do esclarecimento: através da dialética, claro que estamos usando dialética no sentido de Platão e de Santo agostinho: diálogo entre mestre e discípulos. Santo Agostinho usa o termo ciência como conhecimento exatamente igual ao de Platão.

E, quanto a utilização dos sentidos pela alma²⁸²:

Platão: Fédon.	Santo Agostinho: Sobre a potencialidade da alma.
<p>Sócrates: Também já não dissemos anteriormente que, quando a alma se serve do corpo para examinar alguma coisa, seja por meio da visão ou da audição, seja por qualquer outro órgão de percepção (pois se examina por meio do corpo, quando no exame se empregam os sentidos), então, ela é arrastada pelo corpo para aquilo que nunca é da mesma maneira, que se extravia, se perturba e tem vertigens como se estivesse embriagada, pelo fato de tocar tais coisas?</p> <p>Cebes: Ó Sócrates, creio que todo homem, até o menos inteligente, depois de ouvir a sua explicação, deve concordar que a alma é em tudo mais semelhante ao que permanece sempre o mesmo do que ao que não permanece.</p>	<p>Agostinho: Logo, o corpóreo, por singular semelhança natural, é visto com os olhos. E a alma, pela qual vemos o incorpóreo e entendemos seu conceito, é preciso não seja corpo, nem algo corpóreo. Ou pensa de outra maneira?</p> <p>Evódio: Está bem, admito que a alma não é corpo nem coisa corporal. Diga, finalmente, o que ela é?</p>

Verificamos que o conteúdo, a forma e o modelo dos dois textos aplicados aqui em paralelo são extremamente similares. Uma fórmula pedagógica que possibilitou uma educação segundo a *paidéia* grega/romana. Santo Agostinho explica porque se utiliza desse método pedagógico: “Porque faz parte de um bom método pedagógico chegar à sabedoria com certa ordem, pois sem ordem quase não há confiabilidade na felicidade”²⁸³ e “sugiro que, acompanhando a orientação que lhe dou, observe a direção do raciocínio. Não leve a mal que, por vezes, o caminho pareça um tanto cansativo, e se demoram a chegar as conclusões.”²⁸⁴ Claro que ordem para Santo Agostinho significava a educação da alma intelectualmente para afastar-se do conhecimento sensível, possibilitando-a voltar-se

²⁸² AGOSTINHO, 2005, p. 66; PLATÃO, 2005, p. 55-56. Observamos pelos textos em paralelo que os dois filósofos organizam as suas ideias baseadas na clássica separação entre o que é material e o que é imaterial. Para os dois pensadores a alma se serve dos sentidos para a averiguação da verdade, porém, as verdades imutáveis e eternas só podem ser vistas pelo que lhe é similar, ou seja: a alma. Dois textos separados por 500 anos nos revelam a mesma forma e modelo de busca do conhecimento do imutável, que para Platão são as ideias e para Santo Agostinho Deus.

²⁸³ AGOSTINHO, 1998, p. 45-46.

²⁸⁴ AGOSTINHO, 2005, p. 32.

para as realidades contemplativas e eternas. O *telos* do conhecimento em Santo Agostinho era a felicidade. A felicidade se dá através da contemplação ou ascese.

Ao empreender o sistema do diálogo socrático²⁸⁵, rebatizado por ele mesmo de *circuitum nostrum*, Santo Agostinho estava resgatando o que era de mais significativo para os antigos filósofos gregos – a noção de *areté*²⁸⁶ (virtude): “Temos assim três virtudes que foram descobertas na nossa cidade: sabedoria, coragem e moderação para os chefes; coragem e moderação para os guardas; moderação para o povo. No que diz respeito à quarta, pela qual esta cidade também participa na virtude, que poderá ser? É evidente que é a justiça.” Na concepção da Paidéia grega o *areté* identificava o caráter social do cidadão da polis. A defesa da polis dependia do uso correto dessa virtude.

Para Werner Jaeger os diálogos socráticos/platônicos tinham o objetivo de “despertar em nós esta participação ativa”.²⁸⁷ Em todos os diálogos de Santo Agostinho percebemos essa busca de envolver ativamente todos os que estão fazendo parte do diálogo. É exatamente nesse envolvimento ativo que o *circuitum nostrum* possibilita formar seres humanos com a virtude da sabedoria, ou seja, fazê-los melhores através de uma educação que leva as suas almas às verdades imutáveis e eternas. A educação pedagógica do *circuitum nostrum* proporcionará à alma o caminho necessário para alcançar a verdade do ser.²⁸⁸

Quando seguimos o método pedagógico agostiniano, chamado por ele mesmo de *circuitum nostrum*, a primeira coisa que percebemos é que ele se assemelha ao utilizado por Sócrates e Platão. O sistema pedagógico se baseia em um intrincado diálogo entre mestre e discípulo. Geralmente a discussão do problema ou tema proposto se dá pela dúvida oriunda do discípulo. Cabe então ao mestre possibilitar que ao final da discussão os dois estejam satisfeitos com a resposta encontrada. Mas, o fundamental nessa busca é que todos que estejam envolvidos na discussão cheguem a uma conclusão que satisfaça integralmente, pois se um apenas não ficar satisfeito o sistema *circuitum nostrum* volta a agir através de perguntas e respostas até que a solução seja plena.

²⁸⁵ JAEGER, Werner. *Paidéia: A formação do homem grego*. Tradução Artur M. Parreira, 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994. p. 592.

²⁸⁶ PLATÃO. *A República*. Tradução Enrico Corvisieri. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997. p. 130. (Coleção os pensadores).

²⁸⁷ JAEGER, 1994, p. 597.

²⁸⁸ FIGUEIRA, 2012, p. 68.

Santo Agostinho declara que ao seguirem o *circuitum nostrum* o discípulo deve estar preparado para responder racionalmente²⁸⁹, portanto não deve ter pressa nem basear-se por respostas de fé ou apelar para argumentos de autoridade.²⁹⁰ Vejamos o que o discípulo Evódio declara sobre esse sistema pedagógico:

Use o seu método preferido. Aprovo inteiramente tal sistema de ensino e aprendizagem. Quando respondo ao que antes ignorava, sendo perguntado, e sem entender do assunto, a resposta a que sou levado mostra o assunto de modo mais claro – e nem sei como – inclusive na impressão agradável que me causa.²⁹¹

Suscitar no discípulo a capacidade de interagir, mesmo quando ignora o assunto discutido, proporciona ao mestre lentamente o direcionamento das discussões argumentativas, para que a compreensão seja direcionada do discípulo para o mestre, corroborando na identificação das limitações enfrentadas pelo ouvinte e, ao mesmo tempo interlocutor. Mestre e discípulo dialogam percorrendo o *circuitum* pedagógico na reelaboração das perguntas e respostas até atingirem um conceito claro e distinto, ou seja, a resposta elaborada pelo dialogar.

Embora separados historicamente por 800 anos, como foi possível que Santo Agostinho mantivesse um sistema pedagógico similar a paidéia grega? Como um pensador teólogo e filósofo ministrava as suas ideias através do sistema pedagógico socrático/platônico se não conhecia à língua grega? Sabemos disso porque o próprio Santo Agostinho afirmara: “Mas qual era a causa da aversão que tinha à língua grega que me ensinaram quando criança?”²⁹² e “o trabalho de aprender inteiramente essa língua estrangeira como que aspergia com fel toda a suavidade das fábulas gregas.”²⁹³

Historicamente no século IV o Império Romano estava se fragmentando, porém na parte africano-latina o ensino da língua e da cultura grega ainda era obrigatório, embora a língua oficial fosse o latim, porém o conhecimento do grego figurava como condição de acesso às carreiras proeminentes governamentais do Império. Santo Agostinho fez os seus estudos iniciais em Tagaste e em Madaura, norte da África, onde teve sua educação também em língua grega. Porém, sua

²⁸⁹ AGOSTINHO, 2005, p. 73.

²⁹⁰ AGOSTINHO, 2005, p. 44.

²⁹¹ AGOSTINHO, 2005, p. 73-74.

²⁹² AGOSTINHO, 1992, p. 36.

²⁹³ AGOSTINHO, 1992, p. 38.

vocação linguística foi o latim, e através das traduções do grego do mundo antigo para o latim, a educação humanística proporcionou o conhecimento da educação grega (Paidéia) traduzida para o latim por Terêncio, Virgílio e Cícero e, essa formação educacional proporcionou o modelo pedagógico *circuitum nostrum*,²⁹⁴ que irá percorrer toda a sua imensa obra.

Vasculhando o conhecimento do mundo antigo, Santo Agostinho formata a sua filosofia na descoberta e reinterpretação do *λογος* (*logos*) platônico nos escritos joaninos.²⁹⁵ Na tradução latina o *λογος* (razão, palavra, conhecimento) foi traduzido como verbo. Através dessa tradução Santo Agostinho trabalha o *logos* como sendo Jesus Cristo, o Deus feito homem, ou seja, Jesus Cristo nascendo com um corpo de carne humana. Essa interpretação faz com que ele reinterprete a influência da ontologia neoplatônica de Plotino, possibilitando agora refutar a ideia de que a matéria (corpo) é má, e a alma a substância divinizada em nós, já que o verbo se fez carne e fora responsável pelos seus atos não pecaminosos, embora tivesse um corpo de carne.

Em Plotino essa dualidade fazia com que o ser humano não tivesse responsabilidade pelas suas ações diante do pecado, já que a materialidade era a responsável pelo mal, por ser de sua essência má e corrompida, em contraste com a alma que sendo uma parte divinizada e perfeita que mediava um corpo em um mundo onde o ser humano era o lugar onde se dava toda a *theophania*²⁹⁶ (manifestação) do Deus perfeito e eterno. É essa parte divina, alma, que é a responsável pela ponte de ligação entre o mundo inteligível e o sensível, possibilitando o conhecimento, ou saber, ontológico e causal.

3.2 *Circuitum nostrum*: uma pedagogia da autonomia

Essa viagem de conhecimento, iniciada na Idade Média, nos remete, necessariamente, ao encontro de um pensador pedagogo contemporâneo chamado Paulo Freire. Verificamos que no seu livro “Pedagogia da autonomia” os princípios educacionais são bastante semelhantes aos princípios do *circuitum nostrum* de Santo Agostinho. Vejamos como Paulo Freire pensa sobre a prática docente:

²⁹⁴ FIGUEIRA. 2012, p. 70.

²⁹⁵ João 1: 1,2.

²⁹⁶ BEZERRA, Cícero Cunha. *Compreender Plotino e Proclo*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006. p. 81.

O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se “aproximar” dos objetos cognoscíveis. [...]. É exatamente nesse sentido que ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes.²⁹⁷

O primeiro questionamento nessa pesquisa foi: Por que escolher na contemporaneidade Paulo Freire? Respondemos a este questionamento com onze razões: a) Os seus princípios educacionais que são semelhantes ao do *circuitum nostrum*; b) Sua exigência do aprender criticamente; c) Seu rigor metódico exigido; d) Seu diálogo como práxis da construção do saber desejado; e) Sua exigência de agentes ativos na construção do saber em discussão; f) Sua aproximação do educador e educando na ponte do diálogo, como práxis ativa social; g) Em não falarem de dialética na construção da ponte do saber, mas aplicar o diálogo como condição necessária do atuar juntos mestre/discípulo, educador/educando; h) No seu acreditar que “saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades” do saber compartilhado; i) Na forma em que os dois amavam os seus leitores e educandos, pois acreditavam que o amor era a mola impulsionadora do diálogo; j) No diálogo partindo da palavra problematizada e k) Na construção do saber por meio de seres humanos ativos, transitando nas várias áreas do saber, para construírem o saber a partir da palavra problematizada.

E, depois dessas condições similares entre os dois pensadores, podemos afirmar que eles sempre buscavam a verdade e, para isso empreenderam uma jornada de transformações da sociedade da sua época, através das suas próprias vidas dedicadas ao *magister*.

Como vimos no capítulo I e II, Santo Agostinho, prima por um modelo metódico rigoroso, por isso durante toda a sua explanação a Evódio, o ponto principal era não terem pressa para que fosse encontrada a solução dos problemas propostos nos seus diálogos.

²⁹⁷ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 48ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. p. 28.

Encontrarem juntos a solução. Esse é o ponto chave de todo o sistema chamado *circuitum nostrum*. Mestre e discípulo, educador e educando trabalham juntos, aprendem juntos, solucionam juntos.

Partir de exemplos materiais, simples e do cotidiano para encontrar uma solução que se encontra no plano da metafísica (livre-arbítrio, pecado, conhecimento, amor, justiça) nos remete à tarefa primordial do educador em Paulo Freire: produzir seres humanos ativos na transformação do saber da sua própria sociedade e época. Semelhantemente Santo Agostinho proporcionava, também, ao educando que no início do diálogo partindo de entes físicos, próximos da própria discussão, fossem arremetidos pelo saber dialogado aos objetos cognoscíveis desejados.

Voltemos à discussão de Santo Agostinho e Evódio sobre o que é o ente alma. No percurso escolhido para solucionar o problema discutido eles agora observam uma árvore e Santo Agostinho pergunta a Evódio se a árvore é real?²⁹⁸ Claro que é real, responde. Então, Santo Agostinho inicia um processo comparativo entre árvore e justiça, para que o educando tivesse compreensão da diferença entre existência material (árvore), existência imaterial (alma) e conceito puro (justiça). Uma discussão que envolve os acertos e as dúvidas e erros do educando em conjunto com o educador. O *circuitum nostrum* instigava educandos “rigorosamente curiosos”, inquietos e persistentes na sua busca para a solução do problema.

Conforme Paulo Freire isso pode ser chamado de aprender criticamente. Ou seja, a verdadeira aprendizagem requer que o discípulo/educando seja o verdadeiro construtor do saber, mesmo que tenha que reconstruir o saber ao lado do mestre/educador que também deve ser um agente ativo ou sujeito do processo da produção do saber desejado.

Esse é, segundo Freire, o verdadeiro saber ensinado, já que o objeto cognoscível é apreendido pelo sujeito cognoscente (mestre/educador e discípulo/educando) em uma mão dupla, através do diálogo educacional, levando o educando a aprender a “pensar certo”.²⁹⁹

²⁹⁸ AGOSTINHO, 2005, p. 30.

²⁹⁹ FREIRE, 2014, p. 28.

O *circuitum nostrum* e a pedagogia da autonomia são sistemas pedagógicos que se propõem a criar as condições de gerar professores e estudantes críticos, agentes não passivos, mas verdadeiros criadores e transformadores do saber pensar certo. Os dois sistemas possibilitam as condições de desenvolver no educador e no educando a capacidade de utilizar-se da realidade para concretizar o saber. Os saberes gerados pelos diálogos são frutos da interação entre educador e educando e, os textos criados tem como autor uma comunidade de discussão, que não se afasta do concreto e da realidade cotidiana e, não fala de dialética mecanicamente, eles vivem a dialética na produção do saber, intervindo no mundo para conhecer o real do mundo criado pelos conceitos do ser humano.

Os nove pilares para uma prática docente na pedagogia da autonomia, conforme o próprio Freire são:³⁰⁰ 1) Rigor metódico; 2) Baseado em pesquisa; 3) Respeita os saberes dos educandos; 4) Necessita de criticidade; 5) Necessita de estética e ética; 6) Necessita da corporificação das palavras pelo exemplo; 7) Enfrenta os riscos da aceitação do novo saber e rejeita qualquer discriminação; 8) Necessita de uma reflexão crítica e, 9) Exige o reconhecimento e a assunção da identidade cultural.

Semelhantemente, no *circuitum nostrum*, os pilares são: 1) Rigor metódico; 2) necessidade de criticidade; 3) Conceituação clara e distinta; 4) Saber necessariamente como formação estética; 5) Ação ativa do saber do discípulo; 6) Coragem para conhecer o que se crê.

Esses pilares são desenvolvidos por Santo Agostinho sistematicamente durante todos os seus escritos, especialmente nos documentos baseados no sistema dialógico, ou como é chamado “os primeiros escritos”.³⁰¹ Esses escritos, segundo Bento Silva Santos, abrange um período de 4 anos, onde abordou temas frequentemente metafísicos (felicidade, alma, existência de Deus, liberdade) quando viveu seu período de *otium philosophandi* (ócio filosófico), que por meio de comparações e um intenso diálogo envolvendo os seus amigos e discípulos diretamente como sujeitos ativos na busca das soluções dos problemas levantados.

³⁰⁰ FREIRE, 2014, p. 28.

³⁰¹ AGOSTINHO, Santo. *Contra os acadêmicos, A ordem, A grandeza da alma, O mestre*. Paulus, 2008. p. 9. Santo Agostinho passa seis meses na casa de campo de Verecundo com seus amigos e familiares.

Os nove pilares descritos por Freire estão inseridos em todos os diálogos agostinianos. O rigor metódico é frequentemente realçado por Santo Agostinho, já que para ele o conhecimento verdadeiro deveria também “Não apenas verdadeira, mas certa, e livre de toda a aparência de falsidade”.³⁰² Daí que todas as discussões traziam embutidas uma criticidade férrea, já que uma verdade não pode ser aparente, deve resistir a todos os questionamentos necessários. É mister que a beleza estética das narrativas são por si só uma prova do rigor estético, tudo isso dentro de uma primorosa pesquisa/reflexão crítica, envolvendo os discípulos ativamente na produção do novo conhecimento.

Nesse contexto podemos afirmar que tanto o *circuitum nostrum* como a pedagogia da autonomia trabalham com um rigor metódico para que o educando aprenda a pensar certo. Veja que o pilar 9) Reconhecimento e a assunção da identidade cultural é efetivamente, tanto em Freire como em Santo agostinho, o “Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque é capaz de amar”³⁰³ mantendo, claro, a ética na relação com o outro e, nisso Santo Agostinho mais uma vez nos dá um exemplo de alteridade, pois a sua busca pelo saber é para que nunca mais o erro possa fazer com que alguém se afaste do verdadeiro, eterno, imutável conhecimento.

Santo Agostinho compreendia que “saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”³⁰⁴, daí a necessidade do envolvimento ativo de todos os que estavam na busca e produção do conhecimento, ou seja, de todos os envolvidos no diálogo.

Sobre a importância do diálogo, o educador Paulo Freire nos revela: “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”³⁰⁵, ou seja, no diálogo. Aparentemente todo o projeto pedagógico de Freire se baseia no diálogo, já que é uma exigência existencial e, o encontro dos seres humanos se dá pelo diálogo, mediatizados pelo mundo. É através da palavra

³⁰² AGOSTINHO, 2005, p. 44.

³⁰³ FREIRE, 2014, p. 42.

³⁰⁴ FREIRE, 2014, p. 47.

³⁰⁵ FREIRE, 2014, p. 108.

dialogada que o mundo se dá e se transforma, fazendo com que a educação seja permanentemente ativa e não depositária.³⁰⁶

Assim como Freire, Santo Agostinho na sua pedagogia dialógica possibilita que o educador e o educando(s) conquistem o conhecimento através do diálogo, através da palavra falada, através da ação dialógica do educador/educando ativamente. Concretamente os dois fazem uma ação de libertação através do agir pela palavra.

Nessa busca conjunta, nenhum sujeito conquista o outro pelo poder dominador da palavra e, sim pelo construir juntos a ponte de acesso à educação e conseqüentemente à construção ou à reformulação do mundo pela palavra viva, ativa e transformadora. Palavra que deve ser permeada pelo amor. Tanto para Freire como para Santo Agostinho é através do diálogo que mostramos o amor³⁰⁷ pelo outro, pela vida e pelo saber ativo. Eles concluem que se não há amor não há possibilidade do dialógico, do construir juntos.

A dialogicidade, tanto em Santo Agostinho como em Freire, tem um caráter crítico/construtivo que possibilita aos seres humanos serem os agentes das atividades transformadoras do mundo ao seu redor, e que não permaneçam escravos da inanição cultural ao seu redor, que em última instância chamamos de alienação do saber. A ponte que interliga o saber e transforma o mundo chama-se palavra. Sem a palavra não há construção do novo, não a esperança do renovo, não há interatividade com o mundo construído pelo saber, pelo verdadeiro saber, ou como Santo Agostinho e Freire chamam “verdadeiro pensar”³⁰⁸, um pensar crítico, lógico, construtivo, científico.

Um pensar racional, que entende a realidade como um *devir*, como uma possibilidade infinita de ação e interação. Uma realidade que esconde toda a potência aos que não reconhecem na palavra, através do diálogo, a mola propulsora

³⁰⁶ FREIRE, 2014. Paulo Freire destaca no capítulo 2 deste livro que a educação bancária é aquela em que o educador tem preponderantemente uma relação com os educando de narrador e/ou dissertador. O processo educacional proporciona que os educando sejam apenas objetos pacientes e ouvintes. É o tipo de educação que não proporciona libertação, mas enche os educandos dos conteúdos sem permitir uma discussão ativa sobre o tema.

³⁰⁷ FREIRE, 2014, p. 111; AGOSTINHO, 1998, p. 22. “São seres humanos e eu os amo, não por serem animais, mas por serem seres humanos, isto é, pelo fato de terem almas racionais, as quais eu amo mesmo nos ladrões. Pois posso amar a razão em alguém, embora possa de direito ter aversão àquele que usa mal aquilo que amo. De modo que tanto mais amo os meus amigos, quanto melhor eles usam a alma racional, ou quanto desejem fazer bom uso dela”.

³⁰⁸ FREIRE, 2014, p. 114.

do eterno e verdadeiro saber. Acerca disso Freire escreve: “*Não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo*”.³⁰⁹

Em Santo Agostinho o sistema pedagógico dialógico *circuitum nostrum* tem a missão de levar o ser humano iluminado pela graça de Jesus Cristo ao encontro da verdade, verdadeira e imutável, e, após um apurado tempo de educação crítica racional que privilegie a intelectualidade, a razão, e não os sentidos que aproximam a alma das coisas temporais, mutáveis e transitórias, permanecer em contemplação das verdades eternas. Neste contexto, Freire, acredita que a ação dialógica da palavra, práxis, possibilita que o ser humano construa ou reconstrua a nossa realidade através de uma construção crítica racional. Daí que percebemos que a verdade em Freire será sempre temporal e reconstruída pelo novo. É um eterno devir, pois nunca será uma verdade em ato total e, sim em potência, pois está sempre em transformação, quer dizer, em construção.

Aqui temos uma diferença no que seja a “verdade” entre esses dois pensadores. Para Santo Agostinho uma vez encontrado a verdade, o termo é esse mesmo: “encontrado” já que Deus definiu o que seja a verdade e, através da racionalidade e da graça de Jesus Cristo encontra-se o que já está criado perfeito e imutável. Em Freire a verdade passa pelo crivo da racionalidade crítica também, porém a verdade é temporal, mutável e incompleta, pois é criação do saber humano, ou seja, a verdade é uma criação derivada do diálogo do saber entre seres humanos, a verdade é construída no tempo e no espaço pelos seres humanos.

Em Freire a dialogicidade é a essência da educação e, serve como práxis da liberdade construída, pois é fruto do encontro de seres humanos com um objetivo educacional comum.³¹⁰

Tanto Santo Agostinho como Freire assumem que o diálogo crítico é uma palavra problematizada. Entram em ação os seres humanos, juntos, na estrada do saber racional crítico intelectual, para encontrarem a solução da palavra problematizada. Os dois pedagogos concordam, também, que a solução da palavra problematizada deve ser no intelecto e na ação da práxis, ou da ponte criada pelo diálogo das próprias palavras que se organizam racionalmente criando uma solução

³⁰⁹ FREIRE, 2014, p. 107.

³¹⁰ FREIRE, 2014, p. 111.

compartilhada. Não uma solução de um, ou do educador sobre o educando, mas uma solução mediatizada pelo dialógico. Por isso, não existirá um conceito verdadeiro que deve ser aceito pelo outro. O sistema dialogado permite que todos sejam os criadores ativos. Para Santo Agostinho isso era encontrar a verdade verdadeira. Para Freire a práxis construtiva da verdade produz uma verdade momentânea, cultural. Uma verdade nesse instante agora verdadeira.

É o sistema dialógico que permite que a educação não seja depositária. A metodologia empregada pelos dois pensadores parte da palavra problematizada entre mestre/discípulo e educador/educando que através do diálogo buscam na realidade as palavras soluções, fazendo com que os envolvidos tenham nas discussões uma construção da ponte entre o físico e o intelectual, gerando uma ação crítica e de consciência do mundo existente. Nessa metodologia em comum eles evitam assumir argumentos de autoridade como verdade a seguir. Devem seguir criticamente os argumentos racionais intelectivos que os faculte transitar pelo entroncamento entre teologia, filosofia e pedagogia. Uma ponte que mantenha a humanidade sempre crítica e construtora do saber libertador.

Santo Agostinho propõe um conhecimento que una o ser humano a Deus, já que o final da verdade é a contemplação, ou permanência no que é verdadeiro e, para que esse saber seja efetivado segue rigorosamente o *circuitum nostrum*. Já Freire se propõe transformar seres humanos passivos em ativos na construção da verdade que transforma o mundo, utilizando para isso a pedagogia da libertação.

Os dois caminhos pedagógicos desejam unicamente que os seres humanos raciocinem corretamente. Todos dois partem do sensível para o inteligível, embora Freire parta da realidade prática da pá para a palavra “p+á” que existe no intelecto e pode ser vista com olhos da inquietação. Métodos que partem do mundo sensível para inteligível. Métodos que resgatam a fé no ser humano, enquanto ser humano transformador ativo. Métodos que só funcionam se os seres humanos tiverem amor ao saber e ao próximo – alteridade aplicada na práxis pelo diálogo, pelo conviver com o outro, pelo ouvir o outro, pelo construir com o outro.

Nas duas pedagogias a dialética tem como objetivo maior produzir seres humanos ativos na construção do saber intelectual, partindo dos conhecimentos sensíveis e finalizando nas realidades metafísicas. No caso de Santo Agostinho nós temos como finalidade ou *telos* o encontrar-se com Deus (verdade eterna e imutável)

e, em Freire o reconstruir a realidade do mundo segundo a palavra verdadeira. Nos dois casos é a razão e a inteligência que são ensinadas a agirem metodicamente na busca e construção de um mundo conhecido e construído igualmente por todos. Não há lugar para o subjugado educacionalmente falando, nem espaço para os que sobrevivem dominando o saber para proveito político, financeiro e social. No mundo das palavras verdadeiras todos são ativos e desprovidos de ambições que destruam o outro. Isso significa um saber envolvido pelo amor ao próximo.

Embora Santo Agostinho disponibilize o seu sistema pedagógico com o intuito de unir-se às verdades eternas em Deus, o sistema pedagógico freiriano nos traz um registro fantástico ocorrido na Zona da Mata de Pernambuco envolvendo Deus, fé, crença, trabalho e educação. Vejamos nas próprias palavras de Freire:

- Muito bem – disse eu a eles. – Eu sei. Vocês não sabem. Mas por que eu sei e vocês não sabem?

Aceitando o seu discurso, preparei o terreno para minha intervenção. A vivacidade brilhava em todos. De repente a curiosidade se acendeu. A resposta não tardou.

- O senhor sabe porque é doutor. Nós, não.

- Exato, eu sou doutor. Vocês, não. Mas, por que eu sou doutor e vocês não?

- Porque foi à escola, tem leitura, tem estudo, e nós, não.

- E por que fui à escola?

- Porque seu pai pôde mandar o senhor à escola. O nosso, não.

- E por que os pais de vocês não puderam mandar vocês à escola?

- Porque eram camponeses como nós.

- E o que é ser camponês?

- É não ter educação, posses, trabalhar de sol a sol sem direitos, sem esperança de um dia melhor.

- E por que ao camponês falta tudo isso?

- Porque Deus quer.

- E quem é Deus?

- É o pai de nós todos.

- E quem é pai aqui nessa reunião?

Quase todos de mão para cima, disseram que era.

- Você seria capaz de sacrificar dois (filhos), submetendo-os a sofrimentos para que o terceiro estudasse, com vida boa, no Recife? Você seria capaz de amar assim?

- Não.

- Se você – disse eu -, homem de carne e osso, não é capaz de fazer uma injustiça dessa, como é possível entender que Deus o faça? Será mesmo que Deus é o fazedor dessas coisas?

Um silêncio diferente, completamente diferente do anterior, um silêncio no qual algo começava a ser partejado. Em seguida:

- Não. Não é Deus o fazedor disso tudo. É o patrão.³¹¹

Freire possibilitou a maiêutica de Sócrates, Platão e Santo Agostinho no diálogo com os camponeses de Pernambuco. Utilizando-se de premissas simples eles chegam à conclusão de que o problema da falta de educação sobre eles é uma questão trabalhista e, que Deus não pode ser usado como desculpa para o mal que os atinge. Com o simples uso de uma sequência lógica de premissas eles chegaram à conclusão lógica de que a miséria era mantida pelos patrões e, por isso não tinham educação. Esse evento é importante para nós educadores porque nos mostra que a dialogicidade torna-se a práxis da palavra falada, compartilhada. Mesmo entre educandos com um baixo nível de escolaridade.

O diálogo proporcionou uma ponte imediata ligando a cerca que escondia (cerca aqui significa o conhecimento *dóxa*, ou aparente, que simula ou aparenta o que não é verdadeiramente) a verdadeira realidade que os cercava. Transformar cercas (*dóxa*) em pontes (*epísteme*) foi o que proporcionou aos camponeses refletirem e criticamente serem assertivos na conclusão do mal que os atingia. Não era Deus que os mantinham na miséria, era o patrão, ou a condição sócia econômica produtiva, que removia as possibilidades de crescimento educacional e financeiro das suas vidas de camponês.

Em *De magistro* (o mestre), Santo Agostinho relata a Adeotato que a palavra falada tem a finalidade de ensinar aquilo que se pergunta e fazer recordar aquilo que já se sabe, desde que o falar não seja apenas um expressar de palavras faladas sem sentido. Quem expressa a palavra falada “expressa exteriormente o sinal de sua vontade por intermédio do som articulado.”³¹²

Então, ao dialogarem estão ensinando e recordando por palavras e, não ensinando palavras, embora possa em alguns momentos criarem palavras que precisam ser ensinadas. E, por meio do diálogo expressar símbolos e sinais que compõem o conceito de todo ente existente. Sim, as palavras faladas apontam para a solução da palavra pergunta. A verdade é o material que construirá a ponte de acesso a solução do problema proposto.

³¹¹ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 17 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 67-68.

³¹² AGOSTINHO, 2008, p. 361.

Quando Paulo Freire nos escreve que “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.”³¹³, percebemos que é exatamente isso que a pedagogia agostiniana nos proporciona através da dialética: uso das palavras para a construção do saber buscado. Mesmo que as palavras tenham em si mesmo símbolos, ou elas mesmas sejam os próprios símbolos. “Acaso nunca viste como os homens quase conversam com os surdos por meio de gestos e os próprios surdos também com gestos perguntam, respondem, ensinam, indicam tudo o que querem ou muita coisa?”³¹⁴

Então, através do diálogo entre os seres humanos, as coisas visíveis e invisíveis, os sabores e os sons são representados por meio de sinais que significam palavras não faladas, palavras pantomímicas. O sistema dialógico agostiniano e freiriano partem da linguagem possível para a linguagem crítica racional, pois eles entendiam que a linguagem dialogada possibilitava a reprodução de sinais que os levariam à formulação da verdade desejada, sem esquecer que o conhecer dialógico produz a transformação social, práxis.

Foi pela dialogicidade que Santo Agostinho e Freire mostraram “que uma coisa é falar e outra coisa é ensinar”.³¹⁵ O sistema dialógico teria a finalidade de racionalmente organizar as premissas e os argumentos em uma estrutura lógico-crítico, para que uma conclusão fosse incontestável. O uso da racionalidade é a condição *sine qua non* para que as palavras apontassem, encontrassem ou criassem a solução desejada. Com uma estrada longa de discussões, os símbolos vocálicos ou não possibilitavam transpor o conhecimento sensível ou dóxa, e os levarem ao conhecimento científico ou epistêmico. Esse saber é necessário porque “é perigoso ter como conhecidas coisas desconhecidas”.³¹⁶

O diálogo em si é a possibilidade do emprego das palavras compartilhadas para descrever e procurar o objeto, que necessariamente precisa ser conhecido. A dialogicidade leva aos olhos da mente, alma ou razão, o que deve ser pesquisado e conhecido. Os sinais vocálicos fazem os interlocutores produzirem conhecimento racional no desvelar do que estava encoberto pelas aparências ou pelas opiniões. O temor do falso conhecimento é uma busca constante de Santo Agostinho e Freire. É

³¹³ FREIRE, 2014, p. 108.

³¹⁴ AGOSTINHO, 2008, p. 366.

³¹⁵ AGOSTINHO, 2008, p. 399.

³¹⁶ AGOSTINHO, 2008, p. 401.

fundamental lembrarmos que aprender também pode ser recordar e fixar os novos parâmetros desse saber. Fugir do aparente e ter a coragem de enfrentar o desconhecido sem medo do novo.

Em Santo Agostinho o valor da dialética resgata também a autoeducação; o conhecer-se a si mesmo. A alma é educada para voltar-se para si mesma e assim conhecer-se a si mesma. Conforme Santo Agostinho essa parte invisível do ser humano é a mais desconhecida da composição humana. Só com uma dialética racional é possível transpor o intransponível, ou seja, conhecer o desconhecido não pela opinião e sim pela *episteme*, pela ciência, pelo racional. Só através dessa forma de pensar certo é que o ser humano tem acesso à sede do intelecto.

Por que o sistema *circuitum nostrum* foi tão assertivo? Para solucionarmos essa questão levamos em conta a observação de Heres Drias de O. Freitas, que nos escreve que Santo Agostinho por ser um africano e viver “uma teologia muito prática, muito atenta ao cotidiano”³¹⁷ possibilitou um ensino prático, precioso, e que tinha significado para todos os que o ouviam.

Aprender com exemplos do cotidiano fez com que a realidade incorporada no método pedagógico agostiniano impactasse os envolvidos no diálogo. Podemos afirmar que um dos pontos mais importantes no circuito pedagógico agostiniano foi através do diálogo ativo incorporar elementos práticos, que estavam ao seu redor para desenvolver um sistemático exercício de construção da solução dialógica da palavra proposição e das palavras argumentos.

Já Freire um latino-americano, utiliza-se exatamente desses mesmos elementos cotidianos que estão ao seu redor e ao redor dos seus estudantes. A ponte de construção do saber dialógico de Freire também adaptou e criou uma pedagogia que partiu da prática dos seus ouvintes. Escrever e ler “P + A = pá” para um camponês, um trabalhador da construção civil ou mesmo de uma dona de casa é trazer para a palavra criativa o seu dia-a-dia.

O *circuitum nostrum* foi assertivo porque explorou em profundezas as várias funções do discurso dialogado, tais como linguagem como transmissão de

³¹⁷ AGOSTINHO, Santo. *Patrística: a fé e o símbolo*. [tradução Fabricio Gerardi]. São Paulo: Paulus, 2013. p. 10.

informação, linguagem como uso expressivo e uso diretivo³¹⁸. Tanto Santo Agostinho como Freire foram mestres na utilização dessas três funções interligadas pelo diálogo. É imprescindível afirmar que nos sistemas pedagógicos desses dois pensadores a linguagem foi explorada utilizando-se dessas três funções, que suscitavam emoções e desejos do saber pelo seu interlocutor. O intuito dessa linguagem era fazer com que os interlocutores percebessem com a mente as coisas que são vistas pelos olhos e pelas emoções.

O saber também leva em conta a curiosidade e a vontade do agir livre. O mestre ou educador não deve ser visto como o caminho para o saber, ele é apenas uma ponte ou mola que impulsiona o discípulo ou educando ao acesso do saber compartilhado. Saber ouvir as emoções suscitadas pela palavra linguagem é perceber pelo *feed back* se todos estão seguindo na direção verdadeira. Tanto o mestre quanto o discípulo são seres humanos com emoções e desejos. Vejamos o que Freire escreve: “Me movo como educador porque, primeiro, me movo como gente”³¹⁹ É impossível compartilhar o saber sem envolver-se com o outro, na alteridade de me ver no outro diferente de mim. O sistema pedagógico de Freire e Santo Agostinho foi assertivo porque eles nunca deixaram de se mover pedagogicamente como gente, aprenderam a ficar no mesmo nível de quem os ouvia e, por isso eram compreendidos nas suas dialéticas.

Com o objetivo de levar o ser humano à felicidade Santo Agostinho escreve que “logo, todo aquele que vier à Suma Medida pela verdade será feliz”.³²⁰ Não é possível a felicidade sem o conhecimento racional. O sistema pedagógico agostiniano propõe levar o ser humano até à verdade eterna e imutável – Jesus Cristo, fazendo com que o ente alma encontre a justa medida, ou seja a felicidade contemplativa. Nesse contexto o conhecimento proporciona ao ser humano a plenitude espiritual, que é o encher-se da verdade e do relacionamento com Deus. Já o sistema pedagógico freireano tem como proposta transformar o indivíduo

³¹⁸ COPI, Irving m. *Introdução à Lógica*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1974. Copi no Capítulo 1 do seu livro nos descreve as três funções principais da linguagem. A primeira é a simples transmissão de informações e/ou produção de conhecimento negando ou afirmando proposições e apresentando argumentos e conclusão; a segunda é a linguagem como uso expressivo que são os discursos que expressam sentimentos nos ouvintes e ouve os sentimentos dos ouvintes; o terceiro é a linguagem com uso diretivo que é aquele que impede ou causa uma ação manifesta (são manifestos através de ordens para obter uma ação direta).

³¹⁹ FREIRE, 2014, p. 92.

³²⁰ AGOSTINHO, 1998, p. 156.

alienado em um educando participativo, que através das suas ações ativas seja o transformador e gestor de uma nova sociedade.

O *circuitum nostrum* permitiu que os conceitos agostiniano fossem claros e distintos, ou seja, seus conceitos não poderiam ser confundidos com outros dessemelhantes. E, para que isso fosse atingido foi necessário que o sujeito, ou sujeitos, da ação ativa dialógica tivessem um claro conhecimento sobre o que se discutia, possibilitando um agir moral derivado dos seus próprios pensamentos e linguagem.

Quero finalizar destacando o quanto o sistema pedagógico agostiniano incentivava os interlocutores a serem ativos na busca da palavra questionadora. Leiamos o que Santo Agostinho escreve no final de seu livro *Leiamos o que Santo Agostinho escreve no final de seu livro Vida feliz*:

Já que é assim, saiba, ó meu caro Teodoro, como para chegar até onde aspiro, fixo os olhos sobre ti, somente sobre ti, que não cesso de considerar como o mais capaz de me ajudar.³²¹

³²¹ AGOSTINHO, 1998, p. 120.

CONCLUSÃO

Santo Agostinho foi teólogo, filósofo e pedagogo que buscou através dos seus escritos filosóficos, seguindo o modelo *circuitum nostrum*, a compreensão e conceituação do “ente alma” como criação de Deus no ser humano, tornando-o um ser racional.

O ente alma tendo a sua origem em Deus, busca o seu *telos* - finalidade última - se for educado pelo intelecto. Essa educação proporcionará ao ser humano conhecer as verdades eternas e/ou relembrar-se das verdades eternas adquiridas diretamente de Deus ao ser criado.

O ente alma tem a finalidade de proporcionar ao homem o uso correto da boa vontade sobre o livre arbítrio. Uma educação que tem a finalidade de fazer com que o ente alma se desprenda dos desejos materiais e temporais, voltando-se para a contemplação da verdade eterna, permitindo ao ser humano a liberdade, ou seja, não sendo mais dominado pelo pecado, pelo erro e pelo aparente.

É no ente alma que está a mente, o raciocínio, o intelecto e a Razão. Por ter em sua substância imaterial a razão. O ente alma a utiliza pelo raciocínio e inteligência como meio para transformar conhecimento sensível em intelectual, ou científico.

É pelo raciocínio que o ente alma se possibilita julgar e agir pela boa vontade, usando para isso necessariamente a prudência, a força, a temperança e a justiça, pois é através dessa vontade aplicada no livre-arbítrio que o ser humano se distancia do pecado e se aproxima de Deus. E, como o ente alma é imaterial e a substância mais próxima de Deus, torna-se superior a qualquer ente material, inclusive o próprio corpo que ocupa.

Ele tem como função maior o *animus* do corpo, o controle do seu agir e da sua vontade, e proporcionar o equilíbrio alimentar e orgânico de todo o corpo humano. Por fim é o próprio ente alma que deve ensinar o ser humano a se desprender da mutabilidade, para que tenha acesso à Verdade Eterna, chamada Deus.

“Evódio: Peça-te que me digas, será Deus o autor do mal?”³²² Com esse questionamento Evódio, o amigo de Santo Agostinho, provocou uma discussão teológica/filosófica que proporcionou-nos um livro fantástico chamado “De libero arbitrio”, que influenciou as mentes teológicas e filosóficas da Idade Média, da Modernidade e ainda hoje na Contemporaneidade continua motivando discussões sobre o agir moralmente livre do ser humano.

Considerando que Santo Agostinho ensina que o ente alma deve ser educado intelectualmente para afastar-se do conhecimento sensível e assim, voltar-se para as realidades contemplativas e eternas, já que esse conhecimento possibilita ao ser humano um bem agir livre, sem ser causalmente forçado por nenhum agente externo, por entender que quando o ser humano aprende, ou relembra as verdades de Deus (eternas, imutáveis, incorruptíveis, etc.), sua alma sempre tenderá a agir, pela boa vontade, com um livre arbítrio que culminará em um agir moral.

Porém a possibilidade do agir moral, livre arbítrio, tornou-se a origem do mal moral na terra. Mas, o agir pelo livre-arbítrio é o recurso que Deus utiliza para aplicar a sua “justiça”, premiando os bons e punindo os maus. Esta conclusão lógica de Santo Agostinho, já que a liberdade vem de Deus para todo ser humano, a fim de que assim a “justiça” da lei eterna possa ser aplicada nos seres humanos de acordo com o agir pela vontade livre.

Santo Agostinho afirma que somos responsáveis por nossa vontade, independente de existir a possibilidade de vivermos em um mundo “causalmente determinado”. Essa realidade só teria validade para os entes não racionais, pois apenas seguem as leis. A boa vontade em Agostinho é fundamental porque só ela faz com que o ser humano deixe de apenas seguir **a lei mutável**³²³ das sociedades e, tenha acesso a uma lei imutável (a verdade), para que assim sua vontade seja efetivamente “boa”, independente do tempo e do espaço.

Santo Agostinho buscou descrever racionalmente o que significa o problema do mal e o livre-arbítrio e, como isso pode interferir no relacionamento do ser humano com Deus e do relacionamento entre os seres humanos em comunidades. O ente alma tem a finalidade de proporcionar ao ser humano uma forma correta da vontade sobre o livre-arbítrio. Quando a alma se desprende dos desejos materiais e

³²² AGOSTINHO, 2008, p. 25.

³²³ AGOSTINHO, 2008, p. 40.

temporais, volta-se para a contemplação da verdade eterna e permite que esse ser racional não seja dominado pelo pecado, pelos vícios. O relacionamento entre os seres humanos era tão importante para Santo Agostinho que ele escreve o Livro a cidade de Deus, para falar da justiça de Deus e da justiça entre os seres humanos.

Santo Agostinho inicia a escrita de “*De civitate dei*” – A cidade de Deus em 413 e a finaliza em 426³²⁴, com o objetivo de responder teológica e filosófica uma questão apologética: a ação da justiça de Deus na terra, como resposta à justiça dos seres humanos. Mostramos que a justiça de Deus é aplicada devido ao uso do livre-arbítrio no ser humano. Através das boas escolhas no agir humano recebemos recompensas e, castigos quando fazemos escolhas más. Mostramos, também, que pecado é o ato pessoal deliberado de renunciar à instrução, por esse motivo, a justiça de Deus é deflagrada.³²⁵

Ora, na realidade, em todo o desenvolvimento do livro *De libero arbitrio*, Santo Agostinho ao seguir os passos pedagógico do *circuitum nostrum*, na formulação dos conceitos de livre-arbítrio, pecado, liberdade, agir moral e o mal (nas suas três dimensões: moral, metafísico e físico) remonta sempre à justiça de Deus, como o elemento fundante de todos esses conceitos.

Partindo, então, desse princípio fundante, podemos afirmar que a justiça é o conceito central deste livro. Para Lothar Kraft, ex-Diretor Geral da Fundação Konrad Adenauer do conservador Partido Democrata Cristão Alemão:

Santo Agostinho, um sábio da Antiguidade com relevância no presente, disse que o conceito central da ética é a justiça. Da ideia de justiça resulta a ordem da vida em comunidade. Literalmente ele afirma: “Abolindo-se a justiça, que outra coisa são os ricos senão bandos de ladrões. Se o Estado esquecer a justiça, este Estado é um ladrão”. Citação de Agostinho, não da revista veja. (KRAFT, 1995, p.3).³²⁶

Santo Agostinho descreve a partir da parte terceira do seu livro *De libero arbitrio* até o final do livro a justificação conceitual de justiça de Deus, como ação de controle e forma da ordem da vida em comunidade, ou seja, convivência entre todos os seres humanos do mundo. A justiça de Deus passa necessariamente pela justiça

³²⁴ AGOSTINHO, 2009, p. 17-19.

³²⁵ AGOSTINHO, 2008, p. 25-27.

³²⁶ KRAFT, 1995 apud PAULY, 2014, p. 2.

entre os seres humanos, portanto, uma justiça exigida pela vida em comunidade. Nesse contexto Kraft cita Agostinho:

Desterrando a justiça, que é todo reino, senão grande pirataria? E a pirataria que é, senão pequeno reino? Também é punhado de homens, rege-se pelo poderio de príncipe, liga-se por meio de pacto de sociedade, reparte a presa de acordo com certas convenções. Se esse mal cresce, porque se lhe acrescentam homens perdidos, que se assenhoreiam de lugares, estabelecem esconderijos, ocupam cidades, subjugam povos, toma o nome mais autêntico de reino.³²⁷

O termo política desvirtuou-se grandemente da conceituação de Sócrates, Platão e Aristóteles. Para a Grécia Magna, justiça era conceder a cada um o que é seu e, política o modelo de convivência entre os seres humanos na polis.³²⁸ Permitir que os ricos dominassem a sociedade era possibilitar, em potencialidade, uma abolição da justiça que garante a manutenção do cidadão da polis.

A justiça como guia e garantia dos relacionamentos entre os seres humanos, mantém a ética no outro, como alteridade necessária, para que não haja dominadores e dominados, mas uma liderança que governa em prol de todos da polis. Santo Agostinho ao escrever essa citação descrevia o porquê a cidade de Roma tinha sido invadida por Alarico. A justiça tinha sido abolida há muito tempo no Império Romano. Os ricos se apropriavam do Império ao seu bel prazer. Conforme o próprio Santo Agostinho: “tornaram-se piratas”, ladrões na tradução de Kraft.

Os piratas, ou ladrões, sobrevivem criando pequenos reinos, comunidades, dentro do próprio reino que habitam, ou seja, da própria sociedade em que habitam. Dividindo para reinar esses ricos só são limitados pela justiça. Por isso, faz-se necessário abolir a justiça. Uma comunidade que não se preocupa com o outro. Alteridade é um conceito que não deve ser utilizado, nem valorizado, pois o que é importante é o lucro das suas ações, quer em âmbitos negociais, quer em âmbitos educacionais, já que na contemporaneidade a educação é medida pelo valor desembolsado por quem pode pagar para manter reproduzir na sociedade uma comunidade em que a justiça não passa de um conceito abstrato e inexistente socialmente.

³²⁷ AGOSTINHO, Santo. *A cidade de Deus*. Tradução de Oscar Paes Leme. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 153.

³²⁸ JAEGER, 1995, p. 108-148.

O Estado deve assumir as suas responsabilidades na educação, moradia, emprego, segurança e saúde. Transformar-se em um Estado, que mede o cidadão pela quantidade de recursos financeiros à sua disposição, é abrir mão do respeito à meritocracia. É abrir mão do preocupar-se e amar o outro, é destruir o conceito de alteridade em nossa comunidade contemporânea.

A releitura de Santo Agostinho por Kraft nos demonstra que a sociedade da época do fim do Império Romano foi pilhada pelos piratas (ladrões), porque a ética política não manteve a justiça como prumo, ou nível, para aferir o quanto estamos nos afastando do amor e respeito ao outro. Podemos afirmar que uma comunidade sem justiça é uma comunidade sem educação, pelo menos sem educação pública.

Freire ao aprimorar a sua pedagogia age como uma ponte com a pedagogia agostiniana – *circuitum nostrum* - resgatando a práxis da dialogicidade, tornando o outro um ser ativo na construção da palavra viva, da mudança efetiva do pensar da sociedade. Um saber que se faz fazendo com a ajuda do outro. Nas próprias palavras de Freire: “[...] a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação”³²⁹, ou seja, uma práxis que não se permite finalizar o saber iniciado.

O agir moral só será uma realidade no ser humano se o seu ente alma estiver plenamente educado para o bem agir e, o controle do seu agir e da sua vontade livre lhe possibilitará sempre aproximar-se cada vez mais das verdades imutáveis e eternas.

³²⁹ FREIRE, 2014, p. 56.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. ed. rev. e atualizada no Brasil. São Paulo: Shedd. Editor Vida Nova, 1997.

AGOSTINHO, Santo. *Sobre a Potencialidade da Alma: De quantitate animae*. Tradução de Aloysio Jansen de Faria; ver da tradução Frei Graciano Gonzalez. 2. Ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. *Patrística: O Livre-arbítrio*. Tradução: Nair de Assis Oliveira. 5. ed., São Paulo: Paulus, 2008.

_____. *Patrística: A Graça I*. Tradução Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 1998.

_____. *Patrística: A Graça II*. Tradução Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 1999.

_____. *A cidade de Deus*. Tradução de Oscar Paes Leme. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. *Patrística: Comentário ao Gênesis*. Tradução Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2005.

_____. *Patrística: A Trindade*. São Paulo: Paulus, 2008.

_____. *Patrística: a fé e o símbolo*. [tradução Fabricio Gerardi]. – São Paulo: Paulus, 2013.

_____. *Confissões*. Tradução de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. 11. ed., Petrópolis/RJ: Vozes, 1992.

_____. *Patrística: Solilóquios e a Vida Feliz*. Tradução Nair de Assis Oliveira. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1998.

_____. *Contra os acadêmicos, A ordem, A grandeza da alma, O mestre*. Tradução Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus. 2008.

A TORÁ: A Lei de Moisés. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

BETTENSON, Henry. Documentos da Igreja Cristã. Tradução de Helmuth Alfred Simon. 3. ed. São Paulo: ASTE, 1998.

BEZERRA, Cícero Cunha. Compreender Plotino e Proclo. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.

BLOOMFIELD, Arthur E. O futuro glorioso do planeta terra. Belo Horizonte/MG: Editora Betania, 1978.

BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. História da filosofia cristã. 3ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

COPI, Irving m. Introdução à Lógica. Tradução de Álvaro Cabral. – São Paulo: Editora Mestre Jou, 1974.

COSTA, Marcos R. Nunes. 10 lições sobre Santo Agostinho. 2ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

COSTA, Marcos R. Nunes. Santo Agostinho e o “Problema dos Futuros Contingentes”. Archai, Nº. 10, jan-jul, 2013. p. 11-18.

CREMONA, Carlo. Agostinho de Hipona: a razão e a fé. Tradução de Pergentino Stefano Pivatto. Petr[opolis/RJ: Vozes, 1990.

DURANT, Gilbert. A imaginação simbólica: Perspectivas do homem. Tradução de Carlos Aboim de Brito. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1993.

ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano: A essência das religiões. Tradução de Rogério Fernandes. Portugal/Lisboa: edição Livros do Brasil

EVANS, G. R. Agostinho sobre o mal. tradução João Rezende Costa. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2006.

FERREIRA, Franklin. Agostinho de A a Z. São Paulo: Editora Vida, 2006.

FIGUEIRA, Eulália; JUNQUEIRA, Sérgio. Teologia e Educação: educar para a caridade e a solidariedade. São Paulo: Paulinas, 2012.

FLERK, Fernando Pio de Almeida. O problema dos futuros contingentes. Porto Alegre: EDPUCRS, 1997.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 48 ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 17 ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 56 ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GILSON, Étienne. Introdução ao estudo de santo Agostinho. Tradução de Cristiane Negreiros A. Ayoub. 2 ed. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2010.

GOURGUES, Michel. A vida futura segundo o Novo Testamento. Tradução I.F.L. Ferreira. São Paulo: Paulinas, 1986.

HAMMAN, A. G. Santo Agostinho e seu tempo. Tradução Álvaro Cunha. São Paulo: Editora Paulinas, 1989.

HUENEMANN, Charlie. Racionalismo. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

JAEGER, Werner. Paidéia: A formação do homem grego. Tradução Artur M. Parreira 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

JORDÃO, Eduardo Antônio. Agostinho: educação e fé na cidade de Deus. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

KANT, Immanuel. Fundamentação da metafísica dos costumes. [Seleção de Textos de Marilena Chauí: tradução de Tania Maria Bernkopf, Paulo Quintela, Rubens r. t. Filho]. São Paulo: Abril Cultural, 1980. Coleção os Pensadores.

KIERKEGAARD, Soren Aabye. Temor e Tremor; O Desespero Humano. Tradução de Carlos Grifo; Maria j. Marinho; Adolfo Casais Monteiro. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Coleção os Pensadores).

LAHAYE, Tim. Temperamento controlado pelo Espírito. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

LANDERS, John. Teologia dos Princípios Batistas. 2. ed. Rio de Janeiro/RJ: JUERP, 1987.

LEWIS, C. S. O grande abismo. Tradução Neyd Siqueira. 2. ed. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 1986.

LUIZETO, Flávio. Reformas Religiosas: Lutero e Calvino; a contra-reforma e os jesuítas; a crise da modernidade. São Paulo: Editora Contexto.

MONDIN, Batista. O homem: quem é ele?: elementos de antropologia filosófica. Tradução R. Leal Ferreira e M. A. S. Ferrari. São Paulo: Paulus, 1980.

NOGARE, Pedro Dalle. Humanismo e anti-humanismo: Introdução à antropologia filosófica. 13. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

PAULY, Evaldo Luís. Parecer Banca de defesa dissertação. 25/08/2014.

PLATÃO, A República. Tradução Enrico Corvisieri. – São Paulo: Editora Nova Cultural (Coleção os pensadores), 1997.

PLATÃO, Fédon. Tradução Heloisa da Graça Burati. São Paulo: Editora Rideel, 2005.

PLATÃO, Fédon: ou da alma. – São Paulo: Editora Nova Cultural (Coleção os pensadores), 1999.

REZENDE, Antonio. Curso de filosofia: para professores e alunos de graduação. 7. Ed. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar Editor, 1997.

ROUMIÉ, Pedro. Valores do reino. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.

SCHALY, Harald. Breve história da escatologia cristã. 2. Ed. Rio de Janeiro/RJ: JUERP, 1992.

SCHREINER, Josef. Palavra e mensagem: Introdução Teológica e crítica aos problemas do A.T. Tradução Benôni Lemos. 2. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1978.

SHEDD, Russell Philip. A solidariedade da raça: O homem em Adão e em Cristo. Tradução de Marcio Loureiro Redondo. São Paulo: Edições Vida Nova, 1995.

SHEDD, Russell Philip; PIERATT, Alan. Imortalidade: São Paulo: Edições Vida Nova, 1992.

SILVA, Ivan de Oliveira. Santo Agostinho: o problema do mal. São Paulo: Editora Pillares, 2008.

SPENCER, Roque; BARROS, Maciel de. Razão e Racionalidade. São Paulo: T.A. Queiroz, 1993.

STOTT, John. A Cruz de Cristo. Tradução João B. Batista. São Paulo: Editora Vida, 1991.

STRECK, Danilo R. Correntes pedagógicas: Uma abordagem interdisciplinar. Petrópolis/RJ: Vozes; Rio Grande do Sul: Celadec, 2005.

STRECK, Gisela L. W.; LAUX, Núbia M. (Org.). Manual de normas para trabalhos científicos: baseados nas normas da ABNT. 2. Ed. Ver. e atual. São Leopoldo: EST/ISM, 2009.

STUMP, E. & KRETZMANN, N. The Cambridge companion to Augustine. [Capítulo X: Augustine on free will] Cambridge, UK ; New York: Cambridge University Press, xv, 2001. p. 307.

TEIXEIRA, Evilásio Francisco Borges. A educação do Homem segundo Platão. – São Paulo: Paulus, 1999.

TEIXEIRA, Isa Mota. Deus filosofia e libertação. Goiânia: Editora Única, 2001.

TILLICH, Paul. Teologia Sistemática. Tradução de Getúlio Bertelli. 2. ed. São Paulo: Paulinas; (São Leopoldo, RS): Sinodal, 1987.

WARBURTON, Nigel. Uma breve história da filosofia. Tradução de Rogério Bettoni. Porto alegre/RS: L&PM, 2013.

WETZEL, James. Compreender Agostinho. Tradução de Caesar Souza. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

WILES, Joseph Pitts. As institutas da religião cristã: um resumo João Calvino. Tradução Gordon Chown. São Paulo: Publicações Evangélicas Seleccionadas, 1984.

WONDRACEK, H. K.; REHBEIN, Matthew L.; CARTELL, Leticia N. Desenvolvimento humano na Lógica do Espírito: Uma introdução às ideias de James e Loder. Joinville/SC: Grafar, 2012.